

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
DOUTORADO EM MEMÓRIA SOCIAL

MARIA THEREZA MONTEIRO PEREIRA SOTOMAYOR

PATRIMÔNIO DIGITAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E OS MARGINALIZADOS:
TECENDO REDES ENTRE MEMÓRIA E ARQUIVO

RIO DE JANEIRO
2023

MARIA THEREZA MONTEIRO PEREIRA SOTOMAYOR

PATRIMÔNIO DIGITAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E OS MARGINALIZADOS:
Tecendo redes entre memória e arquivo

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como pré-requisito para a obtenção do título de doutora em Memória Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Doyle
Louzada de Mattos Dodebei

Rio de Janeiro
2023

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

M

Monteiro Pereira Sotomayor, Maria Thereza
Patrimônio digital, movimentos sociais e os
marginalizados: Tecendo redes entre memória e
arquivo / Maria Thereza Monteiro Pereira
Sotomayor. -- Rio de Janeiro, 2023.
166f

Orientadora: Vera Lúcia Doyle de Mattos Dodebei.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Memória Social, 2023.

1. Memória. 2. Arquivos. 3. Preservação digital.
4. Net-ativismo. 5. Pessoas em situação de rua. I.
Doyle de Mattos Dodebei, Vera Lúcia, orient. II.
Título.

MARIA THEREZA MONTEIRO PEREIRA SOTOMAYOR
PATRIMÔNIO DIGITAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E OS MARGINALIZADOS:
TECENDO REDES ENTRE MEMÓRIA E ARQUIVO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como pré-requisito para a obtenção do título de doutora em Memória Social.

Aprovado em: 29 de março de 2023. (Livro de atas de defesa nº02, folha 06, tese 151)

Banca examinadora:

Prof^a Dra Vera Lucia Doyle de Mattos Dodebei (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a Dra. Diana de Souza Pinto (membro interno)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a Dra. Aline Lopes de Lacerda (membro interno)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof^a Dra. Mônica Machado (membro externo)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof^a Dra. Shirley Carvahêdo Franco (membro externo)
Universidade de Brasília - UNB

Prof Dr. João Marcus Figueiredo Assis (membro externo)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

A todo povo de rua, a todos os condenados da Terra.

AGRADECIMENTOS

Esta tese, como tudo na vida, foi feita em muitas mãos. Embora eu seja uma pessoa que aproveita muito os momentos solitários, tendo a concordar com o pai do conceito de Memória Coletiva, Maurice Halbwachs, quando ele afirma que mesmo quando estamos em nossa própria companhia, estamos acompanhados, em memória e pensamento, por diversas pessoas.

Assim, elaborar esse trabalho não poderia ser diferente. Desde o momento em que decidi estudar para a prova de doutorado até a última linha desta tese, eu pude contar com minha rede de apoio. Meu marido, minha mãe, meu pai, minha sogra, irmãs e primas, um verdadeiro time, para que eu pudesse, sendo mãe de uma bebê de seis meses, estudar para as provas. Ainda realizei o concurso da UFF na época, e sem eles, essa conquista também seria impossível.

Ao longo desses quatro anos enfrentei, pessoal e coletivamente, os desafios de uma pandemia, enquanto precisava equilibrar o cuidado de uma criança com o trabalho remoto, o medo constante de uma doença desconhecida, e a tessitura de uma tese. O Programa de Pós Graduação em Memória Social, na figura dos professores, e é claro, da minha querida orientadora, Vera Dodebei, que foi como uma mãe para mim em diversos momentos, foram fundamentais nesse processo, compreendendo as minhas dificuldades, oferecendo ajuda, e mesmo que de longe e me ajudando a passar por tudo isso.

A banca de qualificação também foi parte central para o aprimoramento deste trabalho, trazendo críticas que, confesso, me abalaram em princípio, mas com isso abriram minha mente e tornaram possível aprofundar e focar nas questões centrais do meu trabalho. Não poderia deixar de mencionar meus colegas e chefia da UFF, que deram todo apoio quando eu decidi tirar licença para finalização do texto. E claro, a todas as amigas e amigos que me ouviram mil vezes sofrer e chorar, vítima da síndrome da impostor e me deram colo e força para seguir adiante.

Ao fim deste agradecimento, fica evidente como não teria como receber esse título sozinha. Se hoje estou aqui, é porque toda uma rede existe comigo. E é por acreditar no poder da rede que esse trabalho existe. Sou grata, enfim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, com esse projeto.

SOTOMAYOR, Maria Thereza. **Patrimônio digital, movimentos sociais e os marginalizados: tecendo redes entre memória e arquivo**. 2023. 166f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

RESUMO

Esta tese tem como interesses, refletir sobre as relações de poder historicamente construídas entre grupos que dominam espaços sociais, a memória oficial e os arquivos públicos, e os grupos que foram sendo marginalizados em todos esses espaços. A partir disso, pensamos a memória, os arquivos e seus potenciais usos, tanto de silenciamento quanto de insurgência de pessoas invisibilizadas. Utilizando como corpus da pesquisa as páginas Rio Invisível e SP Invisível, propomos um trabalho de análise de narrativas, categorização e sugestão de modelos de preservação para os registros gerados por esses movimentos sociais do início do século XXI. A preservação dessa documentação tanto garantiria a longevidade do acervo produzido pelo net-ativismo, como também sobre a vida de pessoas em situação de marginalidade social. Dentro desse contexto, há também um interesse de estudo sobre os restos produzidos pela sociedade que, dentro de um sistema excludente por definição, se estendem aos humanos, não permitindo que todos tenham direito à visibilidade e igualdade de direitos, deixando à mercê das mais variadas vicissitudes as camadas da população consideradas descartáveis por não se enquadrarem nos padrões estabelecidos pelas classes dominantes. Procuramos também problematizar a banalização dessa moralidade, inerente ao neoliberalismo, que nos leva a uma autodestruição no âmbito social e ambiental. Realizamos uma análise sobre o entrelaçamento das mídias e os movimentos sociais, como parte integrante do processo de aparecimento de corpos invisibilizados ou de visibilidade negativa.

Palavras-chave: Memória. Arquivos. Preservação digital. Net-ativismo. Pessoas em situação de rua.

SOTOMAYOR, Maria Thereza. **Digital heritage, social movements and the marginalized: weaving networks between memory and archive.** 2023. 166f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ABSTRACT

This thesis is interested in reflecting on the power relations historically constructed between groups that dominate social spaces, the official memory and public archives, and the groups that have been marginalized in all these spaces. Based on this, we think about memory, archives and their potential uses, both for silencing and insurgency for invisible people. Using the pages Rio Invisível and SP Invisível as the research corpus, we propose a narrative analysis work, categorization and suggestion of preservation models for the records generated by these social movements of the beginning of the 21st century. The preservation of this documentation would both guarantee the longevity of the collection produced by net-activism, as well as on the lives of people in situations of social marginality. Within this context, there is also an interest in studying the remains produced by society that, within an exclusionary system by definition, extend to humans, not allowing everyone to have the right to visibility and equal rights, leaving them at the mercy of the most varied vicissitudes the layers of the population considered disposable for not fitting into the standards established by the dominant classes. We also seek to problematize the trivialization of this morality, inherent in neoliberalism, which leads us to self-destruction in the social and environmental spheres. We performed an analysis on the intertwining of media and social movements, as an integral part of the process of appearance of invisible bodies or negative visibility.

Keywords: Memory. Archives. Digital preservation. Net-activism. Homeless people.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Post SP Invisível	15
Figura 2. Mapa da “rede” Invisível pelo Brasil	16
Figura 3. Logo de 6 páginas com o tema dos “Invisíveis”	21
Figura 4. Interação entre mídia social, dispositivos e pessoas	49
Figura 5. Cabeçalho da página SP Invisível	84
Figura 6. Post da página SP Invisível	84
Figura 7. Post da página SP Invisível (link para doações)	85
Figura 8. Post da página SP Invisível (comentários dos internautas)	85
Figura 9. Estrutura macro da página (SP Invisível)	93
Figura 10. Estrutura específica dos posts (SP Invisível)	93
Figura 11. Estrutura macro da página (RIO Invisível)	94
Figura 12. Estrutura específica dos posts (RIO Invisível)	94
Figura 13. Múltiplas categorias de análise 1	119
Figura 14. Múltiplas categorias de análise 2	120
Figura 15. Múltiplas categorias de análise 3	122
Figura 16. Múltiplas categorias de análise 4	123
Gráfico 1. Gênero	111
Gráfico 2. Cor ou raça	111
Gráfico 3. Faixa etária	112
Gráfico 4. Tempo em situação de rua	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Mapa Teórico Conceitual	22
Tabela 2: Análise Diplomática: Páginas Rio Invisível; SP Invisível	95
Tabela 3: Estrutura multinível sugerida	108

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 VULNERABILIDADE, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA	29
3 A CULTURA DOS RESTOS	53
3.1 Acumulação, descarte e os documentos: como a ética capitalista atravessa os arquivos	55
3.2 Arquivos: dos objetos documentais analógicos aos digitais	62
3.3 Arquivo e patrimônio digital	72
4. CURADORIA DE CONTEÚDO E DIREITOS HUMANOS:O CASO DAS PÁGINAS RIO INVISÍVEL E SP INVISÍVEL	75
4.1 Análise do contexto, estrutura e atividades da página SP Invisível	77
4.1.1 Contexto de produção	78
4.1.2 Funcionalidade da Instituição e/ou Movimento Social	79
4.1.3 Programas e atividades	79
4.1.4 Natureza de suas transações	80
4.1.5 Natureza de sua clientela ou usuários	80
4.1.6 Estruturas internas	80
4.1.7 Interações com significância arquivística	81
4.2 Análise do contexto, estrutura e atividades da página RIO Invisível	81
4.2.1 Contexto de produção	81
4.2.2 Funcionalidade da Instituição e/ou Movimento Social	81
4.2.3 Programas e atividades	82
4.2.4 Natureza de suas transações	82
4.2.5 Natureza de sua clientela ou usuários	82
4.2.6 Estruturas internas	83
4.2.7 Interações com significância arquivística	83
4.3 Diplomática aplicada às páginas rio e sp invisível: seriam essas páginas documentos de arquivo?	90
4.3.1 Por que consideramos esse acervo um patrimônio digital?	98
4.3.2 Fontes de informação e conhecimento que emergem dessas narrativas visuais	107
4.3.3 Análise qualitativa das 330 histórias de SP Invisível	113
4.4 Proposta de arquivamento e preservação digital	124
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	137
ANEXO I - INVENTÁRIO SUMÁRIO SP INVISÍVEL: NÍVEL FUNDO	142
ANEXO II - CATEGORIAS EMERGENTES NAS NARRATIVAS VISUAIS DE SP INVISÍVEL	143

ANEXO III - INVENTÁRIO SUMÁRIO RIO INVISÍVEL: NÍVEL FUNDO	135
ANEXO IV -CATEGORIAS EMERGENTES NAS NARRATIVAS VISUAIS DE RIO INVISÍVEL	157

1 INTRODUÇÃO

A motivação desta pesquisa - tese tem duas origens: a primeira é a indignação pessoal com as consequências da marginalidade social, tais como as que são vistas nas ruas das cidades, muitas vezes materializadas na figura de pessoas em situação de rua, e a segunda, pelo interesse nos movimentos sociais digitais que começaram a surgir trazendo as narrativas dessas pessoas para as mídias sociais, como é o caso das páginas de *Instagram* RIO Invisível e SP Invisível¹. Para nós, esta pesquisa deve observar a sinergia entre essas duas questões, quais sejam, as pessoas marginalizadas pelas desigualdades sociais prementes no Brasil e os movimentos sociais que são capazes de fazer surgir novos registros e possibilidades de ações, que enquadramos aqui como um tipo de net-ativismo, conforme a perspectiva de DiFelice (2017). Compreendemos que o estudo acerca desses temas não pode se limitar apenas à compreensão técnica do desenvolvimento das tecnologias ou exclusivamente ao impacto social gerado por elas, mas sim a “uma ecologia colaborativa que instaura interações experimentais entre dispositivos de conexão, bancos de dados, pessoas e grupos em forma distribuída em cada parte do planeta, provocando em muitos casos rupturas nas estruturas de poder” (DIFELICE, 2017, p. 136). Por isso, realizar uma pesquisa do ponto de vista teórico-técnico, se faz necessário.

Ambas as páginas foram criadas em 2014, sendo a primeira SP Invisível. O foco anteriormente era no Facebook, e hoje com mais engajamento no Instagram. Um dos traços em comum entre elas é o fato de trazerem narrativas visuais (SOTOMAYOR, 2018) para as mídias sociais tendo como protagonistas, pessoas em situação de rua. Esta modalidade narrativa congrega tanto uma biografia contada quanto a imagem que compõe e dá rosto a essa trajetória. Ela é mediada tanto pelo entrevistador quanto por quem envia esses relatos para a página. São fotografias combinadas com trechos de entrevistas realizadas com eles em várias partes da cidade, procurando despertar afetos na população que tem acesso às tecnologias e não vive a realidade das ruas. No Instagram, a plataforma permite curtidas,

¹ Vale ressaltar que existem pelo menos 14 páginas que realizam trabalhos semelhantes, e iremos nos deter em algumas categorias de análises sobre essas outras páginas também, contudo, o foco desta tese será dado apenas a essas duas páginas por questões de facilidade de acesso aos arquivos criados.

compartilhamentos e comentários, além das reações expressas em emojis. Eis um exemplo:

Figura 1 - Post SP Invisível



Fonte: [instagram.com/spinvisivel](https://www.instagram.com/spinvisivel)

A maior diferença entre as páginas é que desde 2018 SP Invisível tornou-se uma ONG, o que deu a ela outras projeções e aumentou consideravelmente o escopo do projeto, sendo essa página uma liderança no que tange a projetos periódicos de arrecadação de fundos para auxiliar essa população e também lhes proporcionar momentos de prazer e acolhimento, como no caso dos eventos de páscoa e natal, em que eles não só recebem doações e sim presentes, além de também vivenciarem a experiência de poder comer à mesa, tomar um banho, coisas corriqueiras para a parte da sociedade que vive em casas, mas que para esse grupo significa muito. Já RIO Invisível se manteve como um movimento menos institucionalizado e foi finalizado em 2021, embora antes disso tenha participado de algumas ações nacionais que foram lideradas pela SP Invisível, a partir da página BR Invisível, criada para, de alguma forma, ser um veículo aglutinador de todas as páginas que possuem “Invisível” no seu nome e o mesmo objetivo em comum, que é o de trazer visibilidade às narrativas de pessoas em situação de rua.

Contudo, é preciso ressaltar que embora muitos movimentos sociais tenham surgido com propósitos progressistas, assistimos perplexos a ascensão da extrema direita se utilizando da estrutura descentralizada desses movimentos com o intuito de ganhar espaço e adeptos. Mas mesmo que seja necessário ter a dimensão de que o uso político dessas novas formas de atuação social pode ser capitalizado para fins muito diferentes do que os que os iniciaram, enfatizar o trabalho de páginas como essas é também uma forma de ocupar esses espaços virtuais, replicando e difundindo iniciativas que buscam criar pontes de solidariedade e problematização das injustiças sociais.

Um outro aspecto a ser analisado é que, embora DiFelice (2017) tenha uma perspectiva de que esses movimentos geralmente começam de um conflito, em especial contra as diversas formas de opressão do Estado, podemos dizer que as páginas dos “Invisíveis” não têm *um* inimigo comum, senão uma série de problemas estruturais que levam pessoas àquela situação e todo o descaso e violência que continuam sofrendo, quanto mais tempo passam nas ruas. Por isso, apesar de muitas dessas páginas atuarem também na arrecadação de itens de primeira necessidade para os entrevistados, a principal luta é pela emergência dessas subjetividades, a partir dos relatos que eles produzem sobre si mesmos.

Apesar das páginas possuírem em seus títulos a palavra “invisível”, acreditamos que essa palavra talvez não seja capaz de alcançar, sozinha, as questões associadas à maneira como a sociedade os enxerga, ou deixa de enxergar essas pessoas. Em geral, essas pessoas têm visibilidade para o poder público e sociedade em geral, porém, como fonte de desvios, problemas, necessitados de controle, ou seja, aquilo que aqui iremos denominar, visibilidade negativa.

Para nós, além de muitas vezes eles não serem vistos - mesmo quando estão ao nosso lado nas ruas - menos ainda ouvidos, o que se passa também é uma visibilidade negativa, no sentido de que as pessoas muitas vezes são capazes de perceber sua presença física, pois eles estão ali ao nosso lado nas ruas, mas os associam aos estereótipos e estigmas dos mais variados: o drogado, o perigoso, o mendigo, o vagabundo, em última instância, o outro, que ao despertar um sentimento *infamiliar*³ revela na verdade um terror que remete a algo velho conhecido e muito mais íntimo do que sugerem as aparências (FREUD, 2020). Desta forma, é como se aquilo que causa mais repulsa nesses indivíduos, que

³ *Das Unheimlich*, em alemão.

acreditamos ou, pelo menos queremos acreditar, estar o mais distante possível de quem somos, é justamente aquilo que está bem próximo de nós, seja por experiência própria ou dos que conhecemos.

Freud (2020) destaca que o infamiliar é caracterizado por algo que deveria permanecer nas sombras, mas por alguma razão escapa. Sendo assim, para o pai da psicanálise, não é um sentimento de surpresa por algo distante ou novo, mas por algo íntimo à vida anímica, que tentamos recalcar, mas retorna, de maneira incômoda. Para nós, este fenômeno se passa tanto na vida individual quanto coletiva. De alguma forma, ao vermos a miséria do outro, em qualquer que seja sua acepção - moral, física, psíquica ou financeira - encontramos em nós mesmos a nossa fraqueza, enquanto indivíduos e sociedade. A fragilidade do outro, de alguma forma, faz com que sejamos convidados, à nossa revelia, a lembrar da nossa própria. Como muitas vezes lidar com isso se torna penoso, uma das possíveis alternativas é destruir ou ignorar esse sujeito que é capaz de despertar tais afetos, como se, ao fazer isso, fosse possível enviar de volta esse “eu” que deveria ficar escondido, recalçado.

Isso acontece porque tendemos a elencar, socialmente, as normas que pretensamente tentam definir o humano, ou pelo menos um ser humano digno e respeitável. No imaginário social, estar em uma situação de vulnerabilidade social, desordem mental ou dependência química, não está nesse escopo e deve ser mantido fora do nosso alcance. Estas mesmas normas são formadas por modos de poder que decidem que certas pessoas são mais “humanas” do que outras com base em uma série de características sociais historicamente construídas.

E esses enquadramentos sociais excluem aqueles que não estão na norma ao ponto de não serem considerados humanos, nem tratados como tal (BUTLER, 2018). Nesse recorte, quanto mais periférico, menor o direito de ser respeitado. Para Judith Butler, “uma vez que a vida é entendida como igualmente valiosa e interdependente, certas formulações éticas resultam daí” (BUTLER, 2018, p.50). Ou seja, é preciso que essas pessoas sejam vistas como pessoas, não uma massa homogênea de corpos, para que possamos criar a possibilidade de transformação. E compreendemos que, uma das formas de alcançarmos isso é a partir da valorização das memórias e narrativas que eles podem dar acerca de suas vidas, visto que isso possibilita não só, que vejamos as histórias que acompanham esses corpos, algo que por si só já é grandioso, mas também permite um mapeamento sobre

segmentos sociais que raramente têm seus dados registrados, de modo que isso possa dar pistas para futuros projetos de políticas públicas para essas populações, com base nas informações que essas páginas trazem sobre elas.

Assim, as narrativas de pessoas em situação de marginalidade social são, para nós, uma forma de luta pelo reconhecimento, ou ainda, uma maneira de criar condições para o reconhecimento (BUTLER, 2015) e ao mesmo tempo, nos fazer questionar como as “normas operam para para tornar certos sujeitos pessoas “reconhecíveis” e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer” (BUTLER, 2015, p. 20). E o reconhecimento a que nos referimos aqui é o de que um determinado grupo de pessoas seja compreendido como humano, com suas vulnerabilidades, necessidades e potencialidades, assim como qualquer outro.

Ao trazer essas narrativas visuais (SOTOMAYOR, 2018) para as mídias sociais, cria-se um verdadeiro acervo online com informações sobre essas pessoas e principalmente sobre a experiência de viver nas ruas, que apesar de ser muito particular para cada um, também possui componentes em comum à todos. Desse modo, esses movimentos criam espaço para que esses corpos apareçam enquanto pessoas, com histórias de vida e trajetórias próprias. Mas apesar da beleza dessas ações proporcionadas por esse hibridismo entre humanos e máquinas, conforme aponta Damin (2020), o *Instagram*, como outras redes sociais, é finito, e aceitar isso nos leva a refletir sobre as possibilidades e desafios da preservação digital, um dos temas centrais desta pesquisa.

Damin (2020) destaca que umas das questões que precisam ser pensadas é a seleção. O que irá ser preservado? E de quem? Essa escolha precisa estar bem fundamentada e explicitada. No nosso caso, há vários níveis de seleção, sendo a mais abrangente, páginas dentro da categoria pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social, devido ao potencial que vemos nesse acervo para a sociedade, visto que embora sejam privados, podem ser considerados de interesse público e social, pelas informações que trazem acerca da realidade dessas pessoas no início do século XXI e sobre os movimentos que realizam este trabalho, além de ser uma tentativa de assegurar a acessibilidade dessa documentação no futuro.

O próximo nível, equivalente a pergunta, “de quem será preservado”, foi a decisão de focar em duas páginas específicas, das 14 que estão ativas por todo o Brasil. São elas, RIO Invisível e SP Invisível. Embora acreditemos na importância do acervo de todas as páginas, sabemos que pensar a preservação não é uma tarefa

fácil, visto que seria necessário ter acesso aos registros de cada uma delas, compreender a estrutura delas e é claro, analisar as postagens. Além disso, o campo da preservação como um todo (no contexto analógico ou digital) é muito complexo e exige vários atores envolvidos e muitas etapas de concepção. Acreditamos que o modelo que propomos pode ser útil a cada uma delas, guardadas as devidas proporções e particularidades, mas para fins de execução desta tese, fez-se necessário um recorte.

Conforme aponta o programa de preservação digital da FIOCRUZ (2020), a primeira etapa da preservação digital é a sua identificação. Assim, antes de efetuar a submissão dos arquivos num repositório digital confiável, “os curadores já terão selecionado e avaliado o conteúdo destinado à preservação, utilizando critérios próprios, descritos no Plano de Preservação Digital” (FIOCRUZ, 2020, p.18). Neste trabalho, focaremos nesta primeira etapa, procurando preparar o acervo para que a médio e longo prazo possa ser preparado um projeto de preservação digital para essas páginas.

Realizamos esse recorte devido a proximidade geográfica e pela familiaridade com uma das páginas, a RIO Invisível, já analisada durante a dissertação de Mestrado intitulada, “Rio Invisível e as Narrativas Visuais da População em Situação de Rua da Cidade do Rio de Janeiro”, defendida no Programa de Pós Graduação em Memória Social – UNIRIO em 2018, dentre outras questões que serão explicitadas a seguir.

Esta pesquisa-tese de doutorado aprofunda e complexifica temas abordados na supracitada dissertação, que analisou tanto a maneira como a cidade do Rio de Janeiro historicamente lida com seus cidadãos marginalizados, os registros encontrados sobre isso, sempre a partir de uma visão do Estado, estruturalmente racista, e os engajamentos e movimentos dentro desta página no *Facebook*, para observar os impactos dessas ações para os internautas que acompanhavam a página. Uma das questões levantadas pela banca, naquele momento, foi justamente a finitude dessas redes e como lidar com isso.

No contexto da pandemia do COVID - 19, já no Doutorado, foi possível observar que houve tanto migração dos engajamentos das páginas para o *Instagram*, quanto uma mobilização, por parte dessas páginas, para ações de ajuda conjunta focadas na população em situação de rua. Em junho de 2020, oito páginas,

todas com a identidade visual⁴ dos “Invisíveis” se uniram para angariar fundos e distribuir kits de higiene e frio para pessoas em situação de vulnerabilidade social (moradores de rua, em sua maioria) em diversas partes do país, e criaram a página “BR Invisível”, que divulga histórias originadas nas páginas regionais, e faz campanhas de auxílio para pessoas em situação de marginalidade. Eis as logos de algumas das páginas de Instagram. Além dessas existem outras, mas elencamos essas seis para evidenciar as características visuais semelhantes em todas elas:

Figura 3 - Logo de 6 páginas com o tema dos “invisíveis”



Fonte: Autoria própria, 2021.

Acima, os logos das páginas dos “Invisíveis”. Todas possuem fundo branco ou preto e uma câmera digital à direita, colada à última letra das iniciais das cidades. Para a legislação brasileira, pessoas em situação de rua são definidas, segundo o Decreto nº 7053, de 23/12/2009, como:

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a **pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular**, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (BRASIL, 2009, online, grifo nosso)

Apesar desses enquadramentos necessários à execução de leis e decretos, acreditamos que são vidas com questões muito mais profundas e complexas, embora, de fato, todas elas de alguma forma, manifestem essas características em suas narrativas. Portanto, este é o grupo majoritário que é atendido, ou melhor dizendo, faz parte dessas páginas, não sendo excluídos, contudo, os demais, que

⁴ Conjunto de elementos que representa, visualmente, uma instituição, grupo ou serviço.

também vivem situações de vulnerabilidade mas ainda habitam algum espaço privado.

Os movimentos sociais analisados nesta tese nos fazem perceber esse processo de ação social em rede, como *parte* da transformação digital pela qual a sociedade vem passando. Salientamos que é uma parte porque a transformação digital possui muitas facetas, dentre elas, a precarização do trabalho, o desenvolvimento de modelos de Inteligência Artificial cada vez mais robustos, entre outros. Contudo, como o uso das tecnologias de informação e mídias sociais vem sendo cada vez mais apropriado pelas pessoas, esse modelo de ativismo foi se tornando possível, mas possuímos o entendimento de que essas narrativas que operam no contexto digital, fluido por natureza, tendem a ser fugazes.

Como foi dito anteriormente, trabalhamos com a perspectiva de que as mídias sociais são potenciais documentos de arquivo e, em última instância, são registros de ações humanas. Por essa razão, temos como intuito propor que seja realizada uma curadoria digital, que consiste nos processos de arquivamento e preservação digital, mas não só, incluindo também metodologias de gestão de dados, capacidade de adicionar valor e gerar novas fontes de informação e conhecimento (SALES; SAYÃO, 2012) tendo em vista a importância política e social desse acervo.

Para tanto, iremos realizar uma pesquisa teórico - empírica, em que por um lado buscamos amparo em bibliografia transdisciplinar para compreender temas como estigma, exclusão social, neoliberalismo, vulnerabilidade e precariedade, etc, por outro, iremos realizar uma análise das páginas por meio de entrevistas com os produtores e do desenvolvimento de categorias, a partir das histórias que são apresentas nelas, criando metadados que podem ser úteis para o processo de preservação digital. A seguir, apresento o quadro teórico - metodológico, baseado na tese de doutorado de Dodebei (1997) que elucida o processo de elaboração desta pesquisa:

Tabela 1 - Mapa teórico - conceitual

	Conceitos gerais	Instrumentos teórico/ metodológicos	Discurso teórico
Contexto	Estigma	Teorias do estigma	Goffman
	Vulnerabilidade e Precariedade	Teorias da Vulnerabilidade e Precariedade	Butler

social	Invisibilidade e Visibilidade	Teorias da invisibilidade e visibilidade	Butler
	Racismo	Teorias do racismo	Mbembe, Kilomba
	Neoliberalismo	Teorias do neoliberalismo	Mbembe, Stengers, Souza
	Infamiliar	Teoria do Infamiliar (<i>das Unheimlichh</i>)	Freud
	Cuidado	Teorias do cuidado	Bauman, Freire
	Cidadania e subcidadania	Teorias da cidadania e subcidadania	Souza
Preservação	Memória	Teorias da memória; Netnografia	Pollak, Halbwachs, Huysen, Evaristo, Kilomba
	Patrimônio	Teoria da cidadania patrimonial	Lima Filho
	Arquivos	Teorias da gestão de documentos; Curadoria de conteúdo	Assman, Cook, Bellotto, Luz, Rondinelly
	Restos e rastros	Teoria dos restos	Debary
Movimentos sociais	Redes	Teoria das redes	Barabási
	Net-ativismo	Teoria do net ativismo	Di Felici
	Movimentos sociais	Teoria dos corpos em aliança	Butler

Fonte: Dados da pesquisa

A decisão de desenvolver este tema no doutorado foi tomada a partir da percepção de que esse acervo constitui um patrimônio digital, tanto pelo fato de possuir centenas de narrativas de pessoas em situação de rua de diversas partes do país, como também por se tratar de registros de movimentos sociais no ambiente digital. Desta forma, nosso objetivo principal é analisar o papel das mídias sociais e sua capacidade de difundir as memórias dos marginalizados e o potencial uso político dessas memórias e, a partir disso, pensar em métodos de categorizar, analisar e descrever o acervo das páginas, com intuito de produzir metadados para para que este trabalho de net-ativismo tenha possibilidade de ser acessado mesmo quando as redes sociais que as hospedam, tenham fim. Isto posto, esse trabalho não perde de vista a dimensão social do fazer arquivístico e a responsabilidade do profissional de arquivos, que precisa responder às demandas sociais e trabalhar para gerir e preservar os registros criados nesse ambiente, que apesar de muito recente na história da sociedade, já traz impactos na vida pública e privada.

Algumas questões levantadas dizem respeito à precariedade e desigualdade social e sua relação com a memória. Na teia que se pretende ser esta tese, o capítulo 2 se posiciona como um plano de fundo que baseia e justifica todas as ações empíricas que serão empreendidas. Dialogando com os conceitos de precariedade e vulnerabilidade de Butler (2015), humanidade supérflua, de Mbembe (2019), nós pretendemos situar histórica e socialmente os corpos dessas pessoas marginalizadas, buscando compreender o tipo de construção social que foi sendo elaborada para que seja aceitável que alguns corpos devam ser protegidos e lembrados, e outros não. Além disso, é neste momento que embasam teoricamente nosso argumento acerca do valor da narrativa e da memória como construtores de subjetividade e de potenciais ações políticas voltadas para as populações marginalizadas da sociedade.

Uma segunda questão trata dos restos e rastros deixados pela cultura, sejam eles o excedente humano, do consumo ou dos arquivos. Para tanto, relacionamos Baudrillard (2009) e Assmann (2009), focando na ideia de que os arquivos são objetos criados para perpetuação da cultura e pela cultura. Tendo delimitado que os arquivos são culturalmente construídos (COOK, 2012) e que estão tradicionalmente à serviço do poder (FARGE, 2009), propomos capítulo 3 a utilização de técnicas de análise diplomática aplicadas ao contexto dos documentos digitalmente produzidos (RONDINELLY, 2013) por páginas de movimentos sociais, para traçarmos um caminho a ser percorrido no tratamento arquivístico dos registros produzidos pelas páginas RIO Invisível e SP Invisível, utilizando, desta forma, os conhecimentos de arquivo para dar conta das necessidades da sociedade contemporânea e dos movimentos sociais, que focam em um grupo de pessoas que mais sofrem violência por parte do Estado.

Vale ressaltar que, nesta ‘pesquisa-teia’, o trabalho terá um direcionamento teórico - empírico, em que realizaremos tanto uma pesquisa bibliográfica sobre como a sociedade vem tratando a questão da marginalidade social, e também o mapeamento e análise de cada página, ou seja, em que etapa da história elas estão hoje, de onde elas vieram e como se relacionam com as demais páginas pelo Brasil. Neste sentido será construído também um mapa para que possamos dimensionar a capilaridade desses movimentos pelo país, ainda que seja levado em conta que cada processo é único e haja motivações diversas.

Não à toa, chamamos esta pesquisa de tese – teia. Em inglês, a tradução de teia é web, e não há conceito que faça mais sentido do que este para um trabalho que propõe uma organização e análise desta pequena teia imersa em uma maior ainda. Sabemos do desafio implícito neste objetivo, visto que tentar compreender e eventualmente controlar sistemas complexos provavelmente será um dos maiores desafios deste século (ALBERT, BARABÁSI, 2015).

Além disso, olhar para os processos naturais e culturais enquanto sistemas complexos, permite tanto admitirmos que há sempre algo que nos escapa, quanto que fazemos parte de sistemas dentro de sistemas que diversas ciências e tecnologias procuram entender. E que, fundamentalmente, nós todos só existimos porque nem em nível celular estamos sozinhos, e isso é um dos imperativos que esta pesquisa propõe: a despeito do neoliberalismo, que tenta nos convencer de que somos indivíduos autossustentáveis, a realidade é que somos todos interligados e interdependentes (STENGERS, 2015). Foi percebendo isso que grandes empresas deram início ao império que hoje detém, na forma dessas plataformas que dominam os espaços da internet:

Networks have gained particular popularity with the emergence of Facebook, the company with the ambition to map out the social network of the whole planet. Facebook was not the first social networking site and it is likely not the last either: An impressive ecosystem of social networking tools, from Twitter to LinkedIn are fighting for the attention of millions of users. Algorithms conceived by network scientists fuel these sites, aiding everything from friend recommendation to advertising⁵. (ALBERT; BARABÁSI, 2015, Online)

Se essas empresas enriquecem a partir dos dados que geramos para elas, foi porque perceberam o potencial que há quando se usa tecnologia para virtualizar a tendência e necessidade dos seres humanos em se conectarem uns com os outros. Pesquisar e dar visibilidade a movimentos que se utilizem destas plataformas para criarem outros tipos de teias, estas de afeto e solidariedade, é também uma forma de criar mais um nó nesta imensa rede: tratarmos deste assunto pelo ponto de vista da preservação da memória digital por meio do arcabouço teórico metodológico disponível pela arquivologia.

⁵ As redes ganharam popularidade especial com o surgimento do Facebook, a empresa com a ambição de mapear a rede social de todo o planeta. O Facebook não foi o primeiro site de rede social e provavelmente também não será o último: um impressionante ecossistema de ferramentas de rede social, do Twitter ao LinkedIn, está lutando pela atenção de milhões de usuários. Algoritmos concebidos por cientistas de redes alimentam esses sites, ajudando de tudo, desde a recomendação de amigos até a publicidade. (Tradução nossa)

Pela característica própria do tema e deste programa de pós-graduação interdisciplinar, nos sentimos à vontade para circularmos entre diversas áreas de conhecimento, que quando se encontram, se fortalecem. Por isso mesmo, visualizamos essa conexão entre os movimentos sociais digitais, os arquivos e a categoria reconhecimento.

Outra questão importante refere-se à consciência da finitude das páginas e com a percepção de que o fazer arquivístico, tanto do ponto de vista teórico quanto técnico, precisa caminhar junto das mudanças e demandas sociais e, portanto, como dito anteriormente, investiremos também nossos esforços na compreensão da gestão e preservação dos acervos das páginas RIO Invisível e SP Invisível. Enquanto arquivista, julgo importante estar atenta a esses movimentos, e consciente das escolhas realizadas, ao trabalhar para que essas memórias sejam preservadas, sabendo que embora sejam parte de um recorte, de uma escolha, elas têm potencial político.

Para tanto, o caminho a ser percorrido terá também como base, o estudo acerca da diplomática aplicada aos arquivos digitais, que é a disciplina que pode garantir a confiabilidade e autenticidade a esses documentos, visto que só a partir da manutenção de uma cadeia de custódia documental⁶ no ambiente digital, ou seja, que combine o que já é tradicionalmente estabelecido na área no que concerne aos documentos analógicos, com o que o e-ARQ Brasil⁷ atualmente nos apresenta em termos de requisitos (FLORES, D.; ROCCO, B. C. B.; SANTOS, H. M. D., 2016), que podemos garantir que as informações contidas nessas páginas sejam autênticas e confiáveis.

Vale lembrar que ao falarmos de preservação, é preciso ter em mente o trabalho arquivístico que deve ser realizado com essa documentação, que precisa ser gerido desde o início do seu ciclo de vida, e não só no final, e que além dos registros gerados pela atividade – fim, que são as páginas em si, há também os documentos gerados na atividade – meio, que possibilitam que todo o trabalho seja realizado.

A estrutura dessa pesquisa se dá em duas camadas que se tocam constantemente. Embora haja essa divisão, todas essas etapas são atravessadas

⁶ Ambiente em que o ciclo de vida dos documentos é realizado. Com esta cadeia, é possível conferir confiabilidade e autenticidade aos arquivos.

⁷ Trata-se de um modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos

pelos conceitos de cidadania, patrimônio e preservação e mesmo nas etapas mais técnicas da pesquisa, recorreremos a estas bases teóricas. No capítulo que se segue, trataremos das questões sociais que estão no cerne dos estigmas e violências simbólicas e reais sofridas por populações em situação de marginalidade social e as formas de resistência utilizadas pelos movimentos sociais da atualidade, que mesclam tecnologia, mídia e direitos humanos.

No terceiro capítulo, trabalhamos o conceito de restos, manifesto tanto nos arquivos e museus, como também nos dejetos produzidos pela sociedade. Relacionamos esses conceitos com os temas sociais trabalhados no capítulo anterior, adicionando as primeiras análises das páginas e das estruturas dos projetos que as mantêm. Além disso, é nesse momento que as discussões sobre patrimônio são trazidas, realizando o encadeamento necessário à próxima etapa da pesquisa, mais técnica.

Do quarto capítulo em diante, iremos focar nos pontos mais empíricos da pesquisa, e por isso mesmo, os 3 anteriores dão a base e sustentação para justificar a empreitada a seguir. Neste ponto ou “nó” da pesquisa - teia, iremos cartografar a presença dessas páginas no Instagram, analisando as suas interações e a forma como seus usuários se conectam com elas. À princípio, o olhar será voltado para uma realidade macro, ou seja, uma observação mais geral sobre as páginas, que será refinado, para uma análise mais aprofundada de cada uma delas, SP Invisível e RIO Invisível, escolhidas por critério de proximidade geográfica, tempo de atuação nas mídias sociais e o fato de que uma se transformou em ONG e outra seguiu como página de mídia social e teve suas atividades finalizadas, o que dá uma dimensão das possibilidades de atuação em ambos os casos. O objetivo dessa entrevista é aprofundar o entendimento acerca da estrutura interna de cada uma dessas páginas, e assim compreender os fluxos de trabalho de cada uma.

O capítulo 4 contempla o objetivo de criar um plano de curadoria digital que possibilita caminhos para a preservação dessas páginas, tomando como ponto de partida o estudo das estruturas e funções das páginas RIO e SP Invisível, que resultará no diagnóstico de cada uma delas, além da análise da legislação disponível acerca do tema da preservação digital, propondo como requisitos básicos, os já elencados na Resolução nº43 do CONARQ⁸, para implantação de um

⁸ CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos. Este conselho elabora resoluções que contém diretrizes específicas para cada área de atuação dos arquivos, tais como a questão da preservação arquivística

RDC-Arq; bem como sobre o tema dos da proteção dos dados pessoais, para que possamos elaborar uma política de descrição do acervo que esteja de acordo com as normativas atuais. E por fim, iremos propor modelos de arquivo digital para essas páginas, do mais simples ao mais complexo, ainda que adaptável a outras iniciativas que pertençam a esse tipo de ativismo digital.

2 VULNERABILIDADE, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA

Este capítulo trata da discussão sobre a distribuição desigual da vulnerabilidade e precariedade (BUTLER, 2015) e da sua conexão com um processo histórico de apagamento de subjetividades e memórias de populações inteiras. Relacionamos a invisibilidade ou visibilidade negativa tanto nos meios de comunicação como nos arquivos a uma violência simbólica e real (BOURDIEU, 2009) perpetrada pelo Estado e pela sociedade. Este movimento vem sendo construído há séculos, com base num racismo que vai se estruturando enquanto ao mesmo tempo torna possível o desenvolvimento do capitalismo (MBEMBE, 2019). Mas apesar do ideal neoliberal ter resgatado essa hiper exploração do capitalismo primitivo, usando inclusive a tecnologia para precarizar ainda mais as relações e direitos trabalhistas, há também movimentos de luta e resistência que atuam a partir da perspectiva do net – ativismo (DIFELICE, 2017), usando a memória, narrativa e a criação de registros para atuar em prol dos direitos da população em situação de rua. Neste capítulo esperamos dar conta de uma investigação teórica acerca desses temas, conectando e situando essas questões num contexto histórico, político e social.

Quando o processo histórico é lido sem que se observe a dimensão política das decisões que geram os arquivos e registros das sociedades, estamos diante de uma orientação historicista que privilegia os vencedores e acaba por servir aos que detêm o poder. Portanto, quando não temos a capacidade de encadear o presente segundo não apenas sua conexão com o passado, mas de alguma forma a intencionalidade que esse passado tinha de que o presente se apresentasse da forma como ele é, nós não conseguimos compreendê-lo (BENJAMIN, 2016), inclusive no que concerne ao patrimônio que foi deixado.

Segundo Benjamin (2016, p.12), “os despojos, como é de praxe, são também levados no cortejo. Geralmente lhes é dado o nome de patrimônio cultural”. O problema não está no conceito de patrimônio em si, mas no recorte que muitas vezes lhe é dado, em especial nos arquivos. Benjamin (2016) nos convoca a mudar de perspectiva e retirar nossa empatia para com os vencedores, que geraram frutos e herdeiros que hoje detêm o poder, para olharmos os esquecidos do mundo, os oprimidos, os que enfim, geraram quem hoje está, ainda, sendo dominado. Portanto, que tipo de patrimônios quero dar evidência e prestar minhas reverências? Os que

representam aqueles que venceram em cima da construção da subalternidade alheia ou daqueles que, apesar de tudo, resistem?

Se valorizarmos a história dos vencedores, significa que toda uma infinidade de acontecimentos que ocorreram concomitantemente ou pessoas que estavam fora do protagonismo dessa história foram ignoradas de alguma forma, inclusive o fato de que em boa parte dos casos, para que esse protagonismo exista, muitos foram os seres humanos que anonimamente sofreram e até morreram por isso. É o caso, por exemplo, dos monumentos às bandeiras, no Brasil, que evocam a natureza desbravadora de grupos de homens que penetravam as terras da América do Sul, à procura de riquezas. Contudo, para que esse tipo de monumento – documento em pedra – fosse erigido, foi suplantado o fato de que para que esses homens adentrassem terras que não pertenciam a eles, foram cometidos assassinatos, estupros e incêndios em várias aldeias indígenas. Mas conforme aponta Benjamin,

Não há documento de cultura que não seja também um documento de barbárie. E, do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, assim também não o pode o processo histórico em que ele transitou de um para o outro. (BENJAMIN, 2016, p. 13)

A barbárie que acompanha o suposto progresso está sempre contida nessa grande história, mas sem os focos de luz sobre ela. Porém, segundo Benjamin (2016) quando se muda a maneira de olhar a história, tomando o materialismo histórico como metodologia, “a tradição dos oprimidos ensina-nos que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é a regra” (BENJAMIN, 2016, p.13). Muito atual, essa fala nos diz sobre como de fato pessoas marginalizadas e oprimidas sobrevivem, mais do que vivem suas vidas. E quando a classe média sente os efeitos diretos de governos autoritários e sem compromisso com a manutenção de serviços públicos - que são direitos da população – de qualidade, podemos ter certeza que os mais necessitados e que foram colocados à margem do conceito de humanidade, já estão sofrendo com a escassez e o desrespeito no seu cotidiano há muito mais tempo, arrisco dizer, séculos.

O materialismo histórico propõe que, ao invés de olharmos os acontecimentos históricos como se fossem águas de um rio que corre num fluxo eterno, possamos observá-los como se estivessem cristalizados, prontos para serem atualizados para o presente, criando solo fértil para uma oportunidade revolucionária na luta pelo

passado reprimido (BENJAMIN, 2016). Assim, mesmo que não seja possível conhecer as histórias de indivíduos marginalizadas em outros momentos da história brasileira, justamente por conta do trabalho de enquadramento de memória (POLLAK, 1989) realizado pela história oficial, que privilegia grandes vultos e tem como função “mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (POLLAK, 1998, p. 09), ao olharmos para a atualidade procurando entender as estruturas que nos trouxeram até aqui, podemos, de maneira revolucionária, pensar não apenas as histórias particulares de cada indivíduo que vive a experiência da miséria, mas pavimentar um espaço para que as histórias dessas tantas pessoas e em consequência, a existência delas, seja valorizada.

Eis a importância de uma memória que contemple a tradição de ouvir os oprimidos e nos permita criar formas de resistir e lutar contra as diversas formas de opressão, que foram se tornando cada vez mais sofisticadas e ganhando contornos mais firmes no século XX, a partir da ascensão do nazi – fascismo e, posteriormente, do neoliberalismo. Se antes ficava mais evidente uma luta de classes, de setores específicos da sociedade, como súditos versus nobreza, proletário versus capitalista, a partir do neoliberalismo, desenvolve-se uma crença de que não há grupos divididos entre dominantes e oprimidos, mas indivíduos que coabitam os espaços e lutam, de forma solitária e exclusiva por sua prosperidade e conforto. Ou seja, sob essa lógica

Cada um de nós é responsável apenas por si mesmo, e não pelos outros, e essa responsabilidade é principalmente e acima de tudo uma responsabilidade por nos tornarmos economicamente autossuficientes em condições em que a autossuficiência está estruturalmente comprometida. Aqueles que não têm condições de pagar por assistência médica constituem apenas uma versão de uma população considerada descartável. (BUTLER, 2018, p. 32)

Por isso, propomos aqui, observar o desenvolvimento desta ideologia e como ela orienta o olhar que a sociedade direciona para certos grupos. Na passagem supracitada, Butler nos aponta como opera a lógica neoliberal de descarte de pessoas, e como são selecionados explicitamente quem merece viver e quem não merece, resultando, portanto, na forma como políticas públicas são pensadas ou simplesmente, não são nem concebidas. Quem não está inserido nessa categoria de

povo que seja merecedor de vida e cuidados, fica invisibilizado ou sua aparição é criminalizada, seja por questões raciais, sexuais, sociais ou de gênero. E como podemos perceber, a partir da proposta de avaliação dos acontecimentos a partir da metodologia do materialismo histórico (BENJAMIN, 2016), é algo que vem sendo construído há séculos, a partir dos interesses dos grupos dominantes.

Focamos, por isso, nos efeitos devastadores do neoliberalismo para grupos marginalizados, que sofrem diretamente com essa segregação, que considera uns mais humanos que outros. Analisamos também a sua conexão intrínseca com a história do surgimento do capitalismo no mundo moderno. Começamos com o questionamento que a filósofa estadunidense contemporânea Judith Butler nos exorta a fazer, “quais humanos contam como humanos?” (BUTLER, 2018, p. 43). Isso nos convida a pensar, entre outras coisas, sobre a questão do reconhecimento. Poderíamos mudar a pergunta para “quais humanos são *reconhecidos* como humanos?”, sem que ela perdesse seu sentido. Se assumirmos que todos os humanos são dignos de reconhecimento, precisamos compreender quais mecanismos nos fazem introjetar a ideia de que certos grupos de humanos são menos humanos e conseqüentemente, dignos de respeito do que outros.

Com isso, é como se, mesmo que racionalmente sejamos capazes de ver seres humanos diante de nós, há uma espécie de filtro que nos faz, simbolicamente, enxergar números, personagens, espectros, mas não pessoas. A mídia também é responsável por construir isso, visto que ela alimenta essa visão da sociedade sobre pessoas em situação de marginalidade social e acaba mantendo vivos diversos preconceitos. Tanto porque os modelos a serem seguidos, seja de beleza ou de comportamento, em geral não tem como representantes, pessoas marginalizadas, quanto porque raramente cria-se oportunidade para que essas pessoas falem por si mesmas, o que faz com que quem lê um jornal ou assiste a um programa de TV tenha acesso àquele outro a partir do olhar e da ideologia de outras pessoas e grupos, que podem direcionar a forma como olhamos para esses indivíduos e grupos desde tenra idade. Conforme aponta Denise Jodelet,

A observação das representações sociais é, de fato, facilitada em muitas ocasiões. Elas circulam nos discursos, são carregadas pelas palavras, veiculadas nas mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas nas condutas e agenciamentos materiais ou espaciais. (JODELET, 1989, p. 31)

Tomando o caso das pessoas em situação de marginalidade social, as representações que as circundam são renovadas de geração em geração e trazem consigo estigmas que foram sendo desenvolvidos há séculos e que funcionam como uma barreira para a integralização real dessas pessoas na sociedade, tornando suas figuras caricaturas do que realmente são. Além disso, é uma forma da sociedade reafirmar que apesar desses grupos, de alguma forma fazerem parte da comunidade e do que se considera como humano, não são pessoas como quaisquer outras, são diferentes, sempre (GOFFMAN, 1982). Assim:

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (GOFFMAN, 1982, p. 15)

A partir da visão estigmatizada que desenvolvemos por outros grupos ou pessoas, as inferiorizando, conforme aponta Goffman (1982), as colocamos dentro de categorias que tentam justificar atitudes de desrespeito e violências simbólicas ou não, e que expressam grau de importância que damos à segurança e à vida delas. Além disso, nos tornamos incapazes de enxergar o ser humano completo que está diante de nós, reconhecendo apenas a característica ou as características que dão origem ao estigma, seja ela a pobreza extrema, o uso de entorpecentes, alguma experiência no cárcere, e por aí vai. Deixamos de enxergar alguém tão humano quanto nós, para colocá-los numa categoria de outro.

Segundo Butler (2018), quando entendemos que a vida é igualmente valiosa e interdependente, seja essa vida rica ou pobre, negra ou branca, cis ou trans, certas formulações éticas são criadas. Assim, é preciso que haja uma revisão nos nossos conceitos de vida, para que possamos entender, verdadeiramente, que todas elas valem a pena.

Nessa perspectiva, a vida do outro, seja um outro humano ou não, é importante; e pela conexão intrínseca que existe entre os seres que habitam o planeta Terra, a vida desse outro impacta diretamente ou indiretamente na minha. Isso significa que é preciso também repensar esse modelo de consumo em que vivemos (STENGERS, 2015), ou iremos sucumbir aos desastres que esse estilo de

vida que levamos, inevitavelmente nos dirige, visto que ao destruímos o ambiente que nos sustenta, destruímos também aquilo que é capaz de nos prover um modo de vida mais suportável (BUTLER, 2018).

Portanto, repensar os modelos de sociabilidade tão excludentes em que vivemos (e banalizamos) e procurar soluções, é também uma questão de sobrevivência, pois cedo ou tarde, todos iremos sentir os efeitos catastróficos deste modo de vida baseado na exploração ilimitada de recursos naturais e humanos. Estamos diante hoje de um modelo político que deliberadamente decide quem deve viver e quem pode ser deixado para morrer (MBEMBE, 2018b), com base num racismo estrutural que vem seguindo um curso histórico desde a instituição colonial, que se utilizava da escravização de indivíduos oriundos de diversas nações de África para prosperar.

As consequências disso chegam hoje de diversas formas, e uma delas é a estigmatização do cidadão negro, que vivencia o racismo estrutural nos seus mais variados níveis: seja na violência direta e explícita, a partir da banalização do uso da força do Estado contra cidadãos negros, a impunidade em situações de violência por parte de outros cidadãos brancos ou a nível simbólico, a partir de falas, brincadeiras humilhantes, padrões estéticos voltados para a branquitude e por aí vai.

Segundo Mbembe (2018b), o biopoder utiliza o racismo como forma de regular a distribuição da morte. Essa morte pode ser direta ou indireta, no sentido de que o Estado encontra justificativas para matar à bala pessoas negras dolosa ou culposamente ou também, por falta de políticas públicas decentes, os deixa morrer ou viver com menos dignidade que pessoas brancas. Boa parte dos rostos encontrados quando olhamos pessoas em situação de rua, são negros ou pardos. Conforme aponta o Censo de 2020 realizado na cidade de São Paulo, mais de 70% da população é composta de pessoas negras⁹. Infelizmente, a pobreza tem cor.

Não é por acaso que, nas regiões mais ricas das cidades, se encontram mais pessoas brancas, assim como na mídia; enquanto que nas periferias e nas ruas o público seja em sua maioria negro. Essa cisão, de consequências brutais, “pressupõe a divisão da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros.”

⁹<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/01/31/homens-sao-85-dos-moradores-de-rua-em-sp-70-e-negra-e-ha-386-trans.htm>

(MBEMBE, 2018b, p.17). A isso, denominamos racismo e essa prática baseia-se, por exemplo, senão de forma explícita, mas principalmente na forma de ações políticas que pressupõem que uns devem viver, e outros podem morrer, a chamada, necropolítica.

Essa herança maldita vem dos tempos da *plantation*, em que a humanidade do escravo foi sendo transformada numa sombra, uma vez que essa pessoa perdia seu lar, direitos sobre seu próprio corpo e estatuto político, sendo isso caracterizado tanto como uma alienação quanto morte social (MBEMBE, 2018b). O Brasil aboliu a escravidão em 1888, há 135 anos, mas como teve suas bases sociais forjadas, desde os idos do século XVII, na ideia de que seres humanos de pele negra são menos humanos que os outros e os ditos brancos, ainda que ambos estivessem em condições de subalternidade, mereciam mais respeito. Daí que, ainda que tenha havido um documento oficial que comprovava que essas pessoas eram livres e gozavam do estatuto de cidadãos, tanto quanto quaisquer outros, não conseguiram na prática, essa liberdade, pois a sociedade da época os enxergava ainda como seres inferiores e tentou mantê-los destituídos, subjetivamente, de sua humanidade.

Portanto, um país que foi criado a partir da desumanização de seres humanos não europeus – povos originários e africanos escravizados – não é difícil compreender porque, ao analisarmos a exorbitante quantidade de pessoas em situação de marginalidade social, negros em geral estão em maioria. Enquanto isso, a cultura e os territórios indígenas – palavra que significa, “natural do lugar em que vive, gerado dentro da terra que lhe é própria” – são cada vez mais silenciados e colocados num espaço destinado ao folclore. No livro “Becos da Memória”, de Conceição Evaristo, há uma narrativa muito emblemática, que dimensiona o tamanho dessa desumanização imposta ao povo negro. A escravidão não retirou apenas o direito à uma vida digna para muitas gerações, mas também a uma auto imagem digna. A beleza, por séculos, foi considerada atributo branco.

Ditinha olhou para a patroa e sentiu o ar de aprovação no rosto dela. Como D. Laura era bonita! Muito alta, loira, com os olhos da cor daquela pedra das joias. Ditinha gostava muito de D. Laura, e D. Laura gostava muito do trabalho de Ditinha. Olhando e admirando a beleza de D. Laura, Ditinha se sentiu mais feia ainda. Baixou os olhos envergonhada de si mesma. (EVARISTO, 2017, p. 101)

A história se passa em uma favela mineira, em torno dos anos 50, e em muitos momentos da narrativa, evidencia a diferença brutal entre a vida das pessoas que lá habitam, e os seus quase-vizinhos, no bairro nobre. Além disso, neste livro, que poderia ecoar em muitas histórias reais, dada a sua relação com a realidade, os personagens vivenciavam uma situação de desfavelização da região, que obrigava àqueles indivíduos a saírem dali, mediante uma quantia irrisória como indenização ou alguns materiais, também escassos, para que pudessem construir um novo barraco em outro ponto da cidade, alguns inclusive acabando nas ruas, vivendo da mendicância. O livro retrata também, a indiferença das autoridades para questões básicas daquelas pessoas, como saneamento, esgoto e água encanada, bem como, o fato deles viverem apartados do resto da sociedade e sempre atuando em serviços pouco remunerados, vivendo na miséria. Embora se trate de um romance, narra dramas bem reais.

Nos anos 2000 deste século foram elaboradas políticas públicas e leis, ainda que estas últimas muitas vezes não sejam aplicadas em sua totalidade, que pretendem atingir o objetivo constitucional (BRASIL, online) de reduzir as desigualdades sociais, resultando, por exemplo, na criação de um ministério específico para assistência social. Posteriormente, surgiu o programa Bolsa Família, as ações afirmativas, que permitiram a entrada de pessoas historicamente excluídas do ambiente acadêmico nas universidades, entre outros programas sociais, que tentam mitigar os graves problemas sociais herdados dessa estrutura social. Atualmente, contamos com instrumentos legais que tem como objetivo coibir ações oriundas de preconceitos de raça, gênero e orientação sexual, além de meios alternativos de denunciar o descaso e os preconceitos de forma mais visível, como as mídias sociais, mas assim mesmo, a violência simbólica (BOURDIEU, 2002), caracterizada por sua capacidade de ser perpetrada com uma cumplicidade inconsciente por parte do dominado, pois é um tipo de violência baseada em acordos não conscientes entre a estrutura objetiva e mental dos envolvidos, exercida pelos grupos dominantes, segue dificultando mudanças de paradigma necessárias para que sejamos capazes de enxergar todos os seres humanos como sendo merecedores de direitos e respeito.

A cultura dominante, que descende de uma elite escravocrata, é fundamental nesse processo, visto que integra e mantém coesa a classe dominante e desmobiliza as classes dominadas, que em certo sentido, acabam aprendendo a

legitimar essas hierarquias estabelecidas por séculos de dominação (BOURDIEU, 1989) porque, principalmente, são educadas pelo próprio Estado, de forma a crer que essa é a única realidade, muitas vezes. Utilizando-se desses instrumentos, a saber, a educação baseada numa concepção eurocêntrica e patriarcal de mundo, junto com o enquadramento de memória que estabelece a memória oficial, o neoliberalismo encontra meios de se fortalecer, e em um país com o histórico de desigualdades sociais como o Brasil, são criados fossos ainda maiores entre as classes.

É preciso deixar claro que a pobreza e a miséria acompanham as sociedades ocidentais há milênios, e não é uma novidade do capitalismo a existência de pessoas em situação de marginalidade social. Já durante o período feudal, haviam os servos, escravos (outros europeus que eram trazidos como espólio das invasões, em geral), e o conceito de mendicância era bem conhecido. Contudo, a ascensão do capitalismo só foi possível porque a Europa utilizou-se da mão de obra escrava africana nas *plantations* e criou um modo de produção que não havia sido visto antes, de modo que esse sistema não poderia ter evoluído sem a utilização da violência (FEDERICI, 2017) e sem paulatinamente tornar uma regra a escravização perpétua de pessoas negras, que eram ao mesmo tempo aprisionadas num sistema desumano de produção e retiradas do seu estatuto legal de humanos (Mbembe, 2018). Portanto, a “novidade” trazida pelo capitalismo em sua acumulação primitiva (FEDERICI, 2017) foi o desenvolvimento desse racismo que hoje estrutura a sociedade e a forma como nos relacionamos uns com os outros. E além disso, do ponto de vista das mulheres europeias deste momento histórico, inviabilizou suas lutas e reivindicações por salários e uma vida independente, pois quando os recentes Estados-nação começam a descobrir esta nova modalidade de apreensão de riquezas, sem ter qualquer despesa com os trabalhadores, essas mulheres também se tornam cada vez mais descartáveis.

A partir do século XX, foi desenvolvida a versão mais recente do capitalismo, o neoliberalismo, que de alguma forma resgata esse modelo de acumulação primitiva usando dessa vez novos argumentos, que exaltam a importância do empreendedorismo no desenvolvimento das pessoas. Esse conceito surgiu nos anos de 1970, e foi amplamente discutido e aceito nas décadas de 1980 e 1990. Preconiza a redução da intervenção estatal, privatizações de empresas que não se relacionem com atividades específicas do Estado, terceirização de serviços de

atividade meio, abertura financeira e comercial, ajustes fiscais. Em tese, a agenda neoliberal seria capaz de ajudar no crescimento econômico dos países em desenvolvimento, graças à transferência de tecnologia e *know-how*, realizada a partir do investimento estrangeiro (OUSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016), numa reedição do discurso colonialista de levar desenvolvimento e civilização para os povos que eram explorados. Contudo, como aponta o próprio Fundo Monetário Internacional, grande entusiasta dessa doutrina, a aplicação desses preceitos, na prática, pode ter consequências sérias do ponto de vista social:

- The costs in terms of increased inequality are prominent. Such costs epitomize the trade-off between the growth and equity effects of some aspects of the neoliberal agenda.
- Increased inequality in turn hurts the level and sustainability of growth. Even if growth is the sole or main purpose of the neoliberal agenda, advocates of that agenda still need to pay attention to the distributional effects¹⁰. (OUSTRY; LOUNGANI; FURCERI, 2016, p. 39)

É possível perceber, nesta citação, que até mesmo aqueles que acreditam nesta doutrina como uma fonte de desenvolvimento inesgotável, são capazes de perceber os efeitos perversos dela, a partir do aumento das desigualdades sociais em países periféricos. Porém, esse aumento é o resultado final de uma série de problemas, que carregam em suas bases os conceitos morais que convenceram pelo menos três gerações da eficácia deste modelo. Mesmo aqueles que conscientemente discordam, se veem enredados pelos argumentos individualistas de desenvolvimento, que pautam a autossustentabilidade como o ápice do sucesso e qualquer política social em prol dos mais pobres é facilmente vista como assistencialismo.

No Brasil, como em muitos outros países que têm em comum um histórico de exploração e colonialismo, os ideais neoliberais encontram eco nas antigas formas de preconceito e estratificação social. Não há como, portanto, desconectar as questões de raça, dos problemas oriundos do neoliberalismo, pois, como afirma Benjamin (2016), é preciso enxergar o encadeamento dos fenômenos para compreendê-los no presente como uma herança do passado, e neste caso, o nexo

¹⁰ • Os custos em termos de aumento da desigualdade são proeminentes. Esses custos resumem o trade-off entre o crescimento e efeitos de equidade de alguns aspectos da agenda neoliberal.
 • O aumento da desigualdade, por sua vez, prejudica o nível e a sustentabilidade do crescimento. Mesmo que o crescimento seja o único ou principal objetivo da agenda neoliberal, os defensores dessa agenda ainda precisam prestar atenção aos efeitos distributivos.

causal entre a lógica de exploração sistemática do século passado com os dias atuais, e a precarização cada vez maior das relações trabalhistas, elucidam bem esta observação de Walter Benjamin. Segundo Mbembe (2018) a ideia de raça esteve por trás de catástrofes e foi causa de problemas psíquicos, crimes e massacres incalculáveis. Desta forma, o autor nos apresenta uma linha do tempo que nos trouxe até o ponto atual.

Começando no tráfico transatlântico de africanos, homens e mulheres foram transformados em mercadoria, passando a pertencer a outros. Mas apesar disso, não deixaram de ser sujeitos ativos, e lutaram pelo estatuto de humanos plenos. Foram revoltas inúmeras e incessantes, sendo a última pelo fim do sistema de *apartheid* no fim do século XX. Com o fim dos regimes de escravidão e a necessidade incessante de produzir e lucrar, desenvolve-se o neoliberalismo, sustentado pela globalização dos mercados e caracterizado por privatizar de tudo o que há no mundo, visto que tudo pode tornar-se mercadoria (MBEMBE, 2018). Segundo o autor, “por neoliberalismo, entenda-se uma fase da história da humanidade dominada pelas indústrias do silício e pelas tecnologias digitais” (MBEMBE, 2018, p.15).

E eis que o processo de coisificação aplicado para os diversos homens e mulheres escravizados no passado, ganha novos contornos e expande sua dimensão com o neoliberalismo: tudo pode virar mercadoria inclusive as pessoas, que viram reféns de um modelo que exige aprendizado e flexibilizações eternas, visto que vivemos todos no reino do curto-prazo (MBEMBE, 2018). Neste sentido, “os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas.” (MBEMBE, 2018, p. 17). O neoliberalismo preconiza a diminuição do Estado até um ponto tal, em que quase nada seja gerido e mantido pelo serviço público. Dessa forma, qualquer direito trabalhista ou assistência social é visto como empecilho ao desenvolvimento da economia.

Uma das formas de convencimento disso, é criar meios de desintegrar a noção de grupo e sociedade, de forma que as pessoas não sejam capazes de enxergar no outro um igual, ou no mínimo, uma pessoa que mereça cuidados do Estado. No caso da sociedade brasileira, ela foi sendo forjada nessa desintegração dos seus membros. Então primeiramente, não nos foi permitida a ideia de fraternidade que supostamente iria basilar a noção de povo e, depois, foi sendo mais

fácil criar um ambiente de hostilidade uns com os outros. Ou seja, o outro passa a ser percebido como uma ameaça à minha vida, e a eliminação desse sujeito é importante para manutenção da minha vida e segurança (MBEMBE, 2018b), o que costumeiramente justifica práticas violentas por parte do Estado e de organizações privadas. Esse processo de convencimento é passado de geração em geração, e dessa forma, aceitar o neoliberalismo e suas crenças, muitas vezes não é tão difícil quando deveria ser para quem acredita na democracia.

Tendo isso em vista, quais são as vidas abreviadas mais facilmente? (BUTLER, 2018) Certamente, vidas pobres, negras, periféricas, que são consequentemente vítimas desse abandono calculado, pois num Estado que vive sendo assediado pela lógica neoliberal, sobrevive quem pode pagar por sua existência.

(...)que as doenças podem ou não ser tratadas pelas instituições existentes, que os desastres naturais podem ser prevenidos em certas áreas e para algumas populações, enquanto não o são para outras, e tudo isso conduz a uma distribuição demográfica da condição precária. E essa verdade tem um sentido mais amplo para os pobres e para as pessoas em situação de rua, assim como para aqueles que são expostos à insegurança devastadora e à noção de um futuro destruído na medida em que as condições de infraestrutura desmoronam ou que o neoliberalismo substitui as instituições de sustentação da socialdemocracia por uma ética empreendedora que exorta até mesmo os mais impotentes a assumir a responsabilidade pela própria vida, sem depender de mais ninguém ou de mais nada.(BUTLER, 2018, p. 76)

Se durante o antigo regime o rei é quem decidia quem iria morrer, hoje o cidadão que não pode pagar pela própria vida é deixado para morrer (MBEMBE, 2018) sob a justificativa de que cada um é responsável pela sua vida, e se fracassou, foi por falta de esforço pessoal e/ou más escolhas. A ideologia do empreendedorismo, preconiza um individualismo que demoniza qualquer ação por parte do Estado que tenha como fundamento o bem-estar social de todos os cidadãos, chamando isso de assistencialismo, como se assistir aos entes mais frágeis da sociedade fosse algo ruim, ou ainda, irracional, visto que não há nenhum objetivo visível (BAUMAN, 2008). Portanto, considerando a citação supracitada, por mais que todos sejamos precários, é nossa condição intrínseca, essa precariedade é distribuída a partir de balizas de cor, classe social e gênero.

Ironicamente, em geral esses mesmos agentes que criticam políticas de assistência social valorizam ações de caridade por parte de entidades religiosas

(BUTLER, 2018) porque acreditam que a noção de solidariedade e de cuidado é uma função da religião ou da filantropia, e não do Estado. E na verdade, dentro dessa ética neoliberal, essas ações apenas mantêm as coisas como devem ser, pois, enquanto todas as instituições são destruídas em nome de uma autossuficiência, pequenos focos de “ajuda” são importantes para manter os mitos vivos, como o do bom neoliberal que doa parte do seu dinheiro para causas importantes ou o pobre que conseguiu conquistar o *seu* lugar ao sol.

Vivemos o que Butler (2018) chama de privatização do cuidado. Neste sentido, os direitos assegurados pelo Artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, online) vem sendo paulatinamente engolidos pela lógica de mercado capitalista, em que a saúde, educação, segurança e previdência social, se tornam cada vez mais responsabilidade dos indivíduos e só tem acesso a isso aqueles que possuem condições financeiras para tal. Quem são os cidadãos plenos num Estado em que, no auge de uma pandemia, não tem condições de manter assegurados seus tutelados mais frágeis?

“Gente” e “cidadão pleno” vão ser apenas aqueles indivíduos e grupos que se identificam com a concepção de ser humano contingente e culturalmente determinada que “habita”, de forma implícita e invisível, a consciência cotidiana, a hierarquia valorativa subjacente à eficácia institucional de instituições fundamentais como Estado e mercado e que constitui o cerne da dominação simbólica subpolítica que perpassa todas as nossas ações e comportamentos cotidianos. (SOUZA, 2003, p.180)

Assim, um grande contingente de pessoas historicamente violentadas em várias instâncias da vida, segue recebendo a mensagem, umas vezes sutil, outras nem tanto, de que não é suficientemente importante para que se dedique a elas políticas públicas adequadas ou mesmo, tratamento digno pelos demais cidadãos. A desigualdade é naturalizada inclusive pelos que sofrem com ela (SOUZA, 2003) porque, ao viverem num contexto em que as práticas sociais preconceituosas e racistas são estruturais, muitas delas não percebem a força e o tamanho dessa dominação, por vezes acreditando na neutralidade das suas consequências. Assim, essa subcidadania constrói não apenas uma condição material precária, mas também uma subjetivação calcada na precariedade.

O conceito de necropolítica, de Mbembe (2018b) também nos cabe aqui, pois nesse estado de coisas, vastas populações são tornadas mortos-vivos, já que não

só vivem em condições de violência tão extrema que os levam cotidianamente à morte, como também são vistos como espectros, criaturas quase humanas e absolutamente substituíveis, que não merecem atenção do Estado. Aliás, com a doutrina do Estado mínimo, temos um movimento que se caracteriza tanto pela produção da indiferença, transformação da vida social em números, categoria e normas, como também operações que racionalizam o mundo a partir das lógicas empresariais (MBEMBE, 2018).

Num cenário tão difícil, em que historicamente os mais carentes são invisibilizados ou só se tornam protagonistas quando criminalizados, neste século XXI, em que coroamos essa realidade com o avanço do neoliberalismo, que nos transforma não só em criaturas solitárias, mas também paranoicas com a existência do outro, transformado num perigo e um inimigo, como então pensar saídas? Primeiramente, realizar o exercício que propomos nesta tese, de repensar essas normas que dizem quem são os humanos e quem são os quase humanos. Depois, observar a importância de valorizar a batalha que se torna corpórea para aqueles que foram rebaixados por essa norma, e insistem publicamente em existir e ter importância (BUTLER, 2018).

E as mídias entram como potenciais instrumentos para essa aparição, que depende de um corpo de pessoas que se reúnem com esse intento. Seja através de passeatas ou de outras modalidades de ativismo, é importante que os corpos estejam se juntando (BUTLER, 2018) e as mídias entram nesse processo tornando possível a visualização desse ato político. Nesse sentido, a mídia é parte e documento dessa ação. Evidentemente, quando pensamos em mídias sociais, é preciso ter senso crítico quando se pensa a utilização da tecnologia, pois sabe-se que as bolhas formadas pelos algoritmos não existem por acaso, permitindo a visualização de conteúdo a partir de recortes programados para nortear nosso consumo, e que a própria ideia de midiatização da vida faz parte desse enredo neoliberal. Mas utilizá-las a favor de uma política progressista também é possível. Por isso, muitas vezes o *smartphone* pode ser testemunha de ações violentas por parte de autoridades, ou documentar os atos, tornando-os públicos, questão central quando se pensa a visibilidade. Essas ações de alguma forma trazem o olhar de pessoas comuns sobre outras pessoas comuns e podem tirar a hegemonia visual de grupos dominantes.

E se essa combinação de rua e mídia constitui uma versão muito contemporânea da esfera pública, então corpos que estão em risco devem ser pensados como estando tanto lá quanto aqui, agora e depois, transportados e estacionários, com consequências políticas muito diferentes se seguindo a essas duas modalidades de espaço e tempo. (BUTLER, 2018, p.104)

Casos como o das páginas de *Instagram* Rio Invisível e SP Invisível são emblemáticos nesse sentido, por fazerem um triplo trabalho: o de estar nas ruas com pessoas em situação de rua e ouvi-las, registrar suas memórias e torná-las visíveis em um outro espaço, fazendo com que além de estarem corporalmente nas ruas, também possam aparecer nas mídias sociais.

Há que se ter cuidado, é claro, com os excessos de memória que esse tipo de mídia é capaz de produzir, pois a possibilidade das informações se perderem em meio à sua grande produção é grande. É possível pensar numa certa saturação de memória pela alta produção de registros em mídias, cada vez mais inseridas no cotidiano da sociedade, como se pela sua sobrecarga, pudesse implodir e levar, da realidade, a mais esquecimento do que memória (HUYSSSEN, 2004). Ocorre, para o autor, que se não houver um olhar crítico para a produção desenfreada de registros memoriais, muito impulsionados pela mídia, podemos viver uma certa banalização da própria memória, que se torna apenas mais um produto a ser comercializado, assim como o trauma, que acaba muitas vezes entretendo tanto quanto o divertimento (HUYSSSEN, 2004).

O próprio termo memória tomou outras dimensões quando do advento das tecnologias de informação, que exigem cada vez mais memória, quantificada em bytes, gigas, megas, terabytes, e por aí vai. Ou seja, é preciso ter aparelhos preparados para armazenar quantidades cada vez maiores de registros, exatamente porque há uma explosão na produção dos mesmos. Para Huyssen (2004), isso ocorre porque vivemos um medo constante do esquecimento, muito impulsionado pelo fato de que vivemos uma era em que as coisas vão ficando cada vez mais obsoletas, e com elas, a própria percepção do tempo presente, que parece encurtar cada vez mais.

A minha hipótese é que, também nessa proeminência da mnemo-história, precisa-se da memória e da musealização, juntas, para construir uma proteção contra obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço. (HUYSSSEN, 2004, p.28)

Acontece que, mesmo sendo uma forma de proteção, ela pode acabar se voltando contra nós, devido ao fato de que não somos capazes de absorver, em tão pouco, tantas informações ao mesmo tempo e todo esse contingente pode, na verdade, nos levar ao esquecimento. Mesmo que nos voltarmos para a memória, num sentido de culto ao passado, pareça um lugar de conforto, dado nosso medo do futuro cada vez mais assustador e incerto - mudanças climáticas cada vez mais palpáveis, um mundo governado pelo mercado, questões migratórias, pandemia - é preciso tomar cuidado para não sermos engolidos por uma hiper produção de dados e informações sobre um passado que fica cada vez mais presente.

Os arquivos vem sendo constantemente ameaçados por essa questão, visto que com a produção cada vez maior de registros em ambiente digital, a questão da confiabilidade e preservação dessa documentação é colocada à prova e, com isso estamos diante da ameaça de uma “era sem memória” (HUYSSSEN, 2004). Por isso mesmo, para o autor, é necessário que, compreendendo que nossas memórias serão cada vez mais mediadas pelas novas tecnologias de informação, primeiro que não cometamos o erro de reduzi-las à isso e segundo, que sejamos capazes de “distinguir os passados usáveis dos passados dispensáveis” (HUYSSSEN, 2004, p.37), algo que, pode-se assim dizer, é a essência própria do ofício do arquivista.

Por isso mesmo, a partir de um processo de valoração e observação, diante de tantas produções de registros por dia nessas mídias, escolher olhar atentamente para a produção dessas páginas, é válido, mesmo que mediante uma crítica da possibilidade de uma banalização da memória, ou excesso de produção da mesma, visto que os riscos de deixarmos esse tipo de movimento cair no esquecimento são maiores do que os de tentar preservá-los, usando como baliza a justiça social.

Como foi elucidado anteriormente, existem diversos registros sobre as pessoas marginalizadas, em diversas circunstâncias. Contudo, são criadas a partir da fabricação de estigmas herdados de uma visão colonialista de mundo, em que o homem branco europeu é a figura central no desenvolvimento do planeta. Por isso, as memórias sobre pessoas negras, indígenas e/ou pessoas em situação de marginalidade social, quando aparecem nos registros arquivísticos oficiais, em geral são narradas por outrem, reafirmando o ponto de vista do poder Estatal.

A memória, como instrumento de poder que é, se manifesta tanto em práticas quanto em discursos, e é formada por diversas correntes que habitam as sociedades concomitantemente, e que estão constantemente em disputa, umas em evidência,

graças aos enquadramentos de memória (POLLAK,1989), e outras esperando o momento certo para emergir, mas todas circulando a partir de critérios, definidos por Pollak (1992) como acontecimentos, personagens e lugares. Portanto, para que haja um sentimento de pertencimento e/ou identificação, é preciso que essa memória seja capaz de acessar esses três elementos, mesmo que de forma projetada, algo que só é possível se existir espaço para isso, seja a partir de tradições, da historiografia ou dos arquivos. Seja como for, a memória é um fenômeno construído e não há nada de natural ou orgânico na sua transmissão. São escolhas que selecionam o que será lembrado e o que será esquecido (POLLAK, 1992), de forma que a partir dos referências disponíveis, se construa uma memória coletiva ou individual, o que significa que os sistemas de pensamento que operam atualmente acerca de determinados assuntos, tais como, a questão racial e as desigualdades sociais, com todos os estigmas que carregam, são trazidos a partir de correntes de memória que privilegiam certos discursos e certos registros.

Assim, não se pode olhar para os documentos, em qualquer que seja seu suporte, como sendo portadores da verdade de uma época, mas sim como testemunho do discurso e dos pensamentos de grupos específicos. Não que não exista a verdade, e sempre devemos buscá-la, mas é preciso utilizar métodos que nos façam enxergar com mais clareza as motivações políticas por trás dessa ou daquela situação documentada. Justamente por isso Benjamin (2016) nos solicita a utilizar o materialismo histórico como uma metodologia, para que possamos olhar para esses processos de maneira mais crítica, escovando a história a contrapelo.

Contribuir para uma mudança de paradigma é também entender que no processo revolucionário precisamos “destruir o contínuo da história” (BENJAMIN, 2016, p.18), isto é, perceber que a história nada mais é do que uma construção que acontece num lugar preenchido pelo tempo e que é no presente que somos capazes de escrevê-la. Por isso, ao analisarmos o contexto social que nos trouxe até aqui, o fazemos a partir da observação da herança que nos foi deixada, sendo essa experiência do passado única (BENJAMIN, 2016) e fundamental para o entendimento dos fatores que nos fizeram chegar até aqui.

Cada época permite os avanços e mudanças pertinentes ao seu próprio tempo, com instrumentos específicos da realidade sócio-histórica. No mundo contemporâneo, uma das condições possíveis para realização de uma revolução, em qualquer campo que seja, é que os grupos não só se unam por uma causa em

comum, mas disputam a cena midiática a seu favor e se mostram para outros grupos, com o objetivo de ativar a solidariedade e novas formas de resistência. Num mundo tão aglutinante e homogeneizante, é preciso criatividade para não sucumbir ao desânimo e ao individualismo. Uma das formas de resistência que observamos na contemporaneidade é a criação de novos tipos de ativismo, como por exemplo, o net-ativismo, que integra as tecnologias aos movimentos sociais, criados a partir de uma:

[...] ecologia colaborativa que instaura interações experimentais entre dispositivos de conexão, bancos de dados, pessoas e grupos em forma distribuída em cada parte do planeta, provocando em muitos casos rupturas nas estruturas de poder. (DIFELICE, 2017, p. 136)

Nos anos de 1990, surgiram os movimentos de ciberativismo e ciberpunk, que utilizavam a internet como espaço de difusão de informações, de promoção de discussão e também de criação de um modo próprio de ativismo, que inspirou as gerações posteriores. Já naquele primeiro momento, a ideia de um movimento descentralizado e sem liderança era um objetivo a ser alcançado, de modo que o anonimato era uma das características desses movimentos, e sua versão mais difundida e sofisticada, foi o grupo Anonymous¹¹. Contudo, o ciberativismo foi apenas o início de um movimento que criou novas facetas à medida que o tempo foi passando e ganhando contornos cada vez mais diversificados a partir do desenvolvimento da própria web (DIFELICE, 2017).

Assim, o net-ativismo tal como o conhecemos hoje, só foi possível porque a web 2.0¹² foi desenvolvida, o que significa o desenvolvimento de redes de *wi-fi*, mídias sociais e conexões móveis. Dessa forma, mesmo que haja um evento, passeata ou qualquer outra forma de assembleia (Butler, 2018) nas ruas, as pessoas continuam conectadas às redes sociais, documentando o que estão fazendo. Por isso mesmo, não há como estudar o net - ativismo colocando os elementos tecnológicos que o compõem em segundo plano, visto que um não existiria sem o outro. Como conectar isso à memória, e mesmo aos processos sociais pelos quais a

¹¹ <https://www.tecmundo.com.br/internet/212867-anonymous-conheca-grupo-hacktivistas.htm>
Acesso em: 16 nov 2022

¹² Termo utilizado para descrever a chamada segunda geração da World Wide Web, que não sofreu mudanças com relação à atualização de especificações técnicas e sim um novo modo de utilizar esse ambiente, muito pautado nas interações sociais que surgiram a partir dos blogs, vlogs e mídias sociais

sociedade brasileira passou? Bom, se compreendemos que essa modalidade de ativismo só existe porque combina registros criados tecnologicamente com formas de resistência às opressões sofridas por certos grupos, pode-se dizer que este ativismo é um veículo de memória tanto pelo movimento social que é criado quanto pela discussão que gera.

As páginas de *Instagram* Rio Invisível, SP Invisível, e todas as outras que trabalham com narrativas de vida de pessoas em situação de marginalidade social, por serem capazes de reconhecer o “sinal de uma oportunidade revolucionária pelo passado reprimido” (BENJAMIN, 2016, p.19) possuem um potencial de transformação tanto pelas ações de escuta dessas histórias quanto pela possibilidades que os registros produzidos trazem. E é importante salientar que, ainda que realizem ações nas ruas, estas só existem nessa configuração porque as mídias sociais foram criadas. Segundo Difelice (2017), existem diferentes formas de net-ativismo, e acreditamos que essas páginas se encaixam numa das que o autor considera mais comuns, qual seja, o net – ativismo dialógico, caracterizado por

Interações participativas complexas que começavam *on-line*, estendiam – se nas ruas e nos espaços públicos, sempre continuando sua dimensão conectiva e digital, evidente tanto nas diversas fases de atuação, caracterizada pela produção e distribuição contínua de conteúdo *on-line*, quanto em sua própria origem. (DIFELICE, 2017, p. 185)

Nesse sentido, vale explicitar o modo como essas páginas operam, de forma que se possa observar como se encaixam nessas características elencadas pelo autor. Primeiramente, elas surgiram no *Facebook*, tendo sido SP Invisível a primeira a surgir, em 2014, cerca de 10 anos depois da criação da plataforma. A atuação desses grupos se dá nas ruas, com entrevistas que geram, fotografias, vídeos, áudios e transcrições textuais das narrativas contadas pelas pessoas em situação de rua. Porém, não se trata de uma entrevista que mantém sigilo sobre seu conteúdo, visto que com autorização do entrevistado, essas informações são colocadas na *web*, nas páginas das mídias sociais que fazem parte.

Desde o início da pandemia de COVID-19, em 2020, estudos apontam que o *Instagram* gera maior engajamento do que o *Facebook*, cerca de 34% a mais¹³. Por

¹³ <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/audiencia-instagram-facebook>
Acesso em: 16 nov 2022

isso mesmo, escolhemos estudar essa rede social, e não o *Facebook*, nesta pesquisa. Esse dado mostra como esses movimentos precisam se adaptar às flutuações do ambiente da internet para continuarem existindo e dependem da capacidade de serem também flexíveis para continuarem realizando seu trabalho, pois, cada entrevista tem como objetivo ser divulgada na mídia social, e sem ela, a atividade – fim dos grupos não é realizada.

Ou seja, mesmo que haja interações fora do ambiente digital, é nele que se constitui enquanto net – ativismo, caracterizando-o como uma “geografia digitalizada”, visto que esse modelo de conflitualidade ocorre concomitantemente numa geografia material e informacional ao mesmo tempo (DIFELICE, 2017). São movimentos que não tem pretensão de alcançar o poder, e embora sejam formas políticas de engajamento, não se associam a partidos. No caso das páginas dos “Invisíveis” não há um conflito específico, mas sim uma luta contra a estrutura social e discursiva que permite que pessoas em situação de marginalidade social vivam tantas violências físicas e simbólicas, manifestadas também pelo apagamento de suas subjetividades.

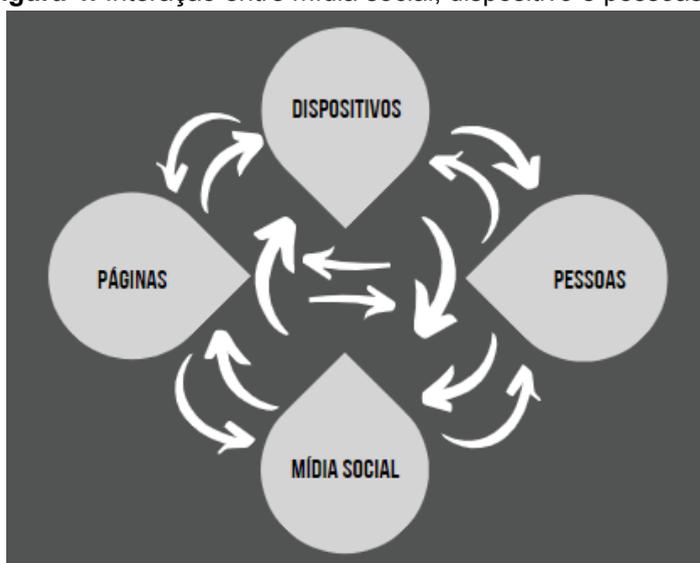
Esses movimentos tendem ao desaparecimento e são caracterizados por Di Felice (2017) como sendo transitórios e impermanentes, já que para o autor, a dimensão política do poder é deslocada para uma “dimensão ecossistêmica e interativa própria dos organismos vivos e das formas emergentes de adaptação aos contextos abertos (E. Morin) e interativos” (DIFELICE, 2017, p. 198). Isso significa que ainda que a página e/ou movimento siga existindo sob a forma de uma ONG, como é o caso do SP Invisível, sua dimensão de net – ativismo é finita. E isso, em si, não é um problema. O fato de que em algum momento essas páginas podem deixar de existir como net – ativismo, não tira a importância de sua atuação social e nem o fato de que todas criaram um terreno fértil para mobilizações sociais na *web 2.0*. E há um dado importante a ser ressaltado: o fato de que esses grupos geraram registros que podem ser preservados, independente do fim do movimento ou de sua possível institucionalização, questão que trabalharemos ao longo dessa pesquisa – tese.

Esta modalidade de net – ativismo, contribui portanto, para o aparecimento de corpos e histórias não visibilizadas – graças à sua geografia digitalizada e a forma como as narrativas são construídas, que permitem que em qualquer parte do mundo essas pessoas sejam vistas – e para a formação de uma memória sobre esses

grupos, que encontram um espaço para serem reconhecidos e para criação de redes de solidariedade, como as que foram construídas durante a campanha de inverno de 2020, que reuniu pelo menos 8 cidades diferentes, para doar kits de higiene pessoal e moletons para a população em situação de rua.

A força desses movimentos está na narrativa visual (SOTOMAYOR, 2018), que é o que conecta todas as partes do processo e angaria mais pessoas para essa causa. Essas narrativas visuais são compostas de fotografias ou vídeos de pessoas em situação de vulnerabilidade, com foco em seus rostos e expressões faciais, e abaixo, sua descrição, que em geral, é um resumo da história de vida da pessoa contendo a idade da pessoa, a região onde vive (ou pelo menos onde foi realizada a entrevista) somada à informações de como ajudar.

Figura 4: Interação entre mídia social, dispositivo e pessoas



Fonte: Autoria própria, 2021.

As pessoas só podem acessar a plataforma do *Instagram*, via um dispositivo, (*hardware*), seja este dispositivo um computador, *tablet* ou celular, e elas só se conectam com essa mídia social porque estão interessadas em interagir com as páginas que nela estão hospedadas, sejam elas de amigos, instituições ou pessoas públicas. Cada página contém registros de atividades, cotidianas ou não. Em sua maioria, são imagens, em movimento ou estáticas, que mantém o engajamento do Instagram, o que faz com que essa ecologia colaborativa dos net-ativismos seja

possível, porque o que está acontecendo com pessoas nas ruas, é reportada à essa rede a partir de imagens, em geral acompanhadas de uma descrição.

No caso das páginas aqui pesquisadas, o internauta tem acesso a uma narrativa visual composta por fotografia ou vídeo de uma pessoa em situação de rua, e a transcrição de partes de seus relatos, ou seja, como afirmado anteriormente, o coração desse movimento social tecnológico está aí. É isso o que conecta todos esses elementos que precisam funcionar juntos para que o movimento exista. As pessoas se interessam em se engajar nas campanhas, ou mesmo, se tornar voluntárias, porque essas histórias são lidas e esses rostos são *vistos*. E as páginas, por sua vez, só existem porque as pessoas as acessam e demandam sua atualização. Por fim, é claro, as pessoas que são entrevistadas também são parte desse processo, e a página só existe porque elas também existem. Por isso, por mais que seja necessário pensar nos limites impostos pelos algoritmos, o fato é que esse movimento estimula o aparecimento de histórias de vida e de rostos que não são encarados de frente porque são menos vistos como pessoas do que como ameaças. Para esses grupos marginalizados, em todas as instâncias da vida, o ato de existir ou melhor, se fazer ser visto, é em si uma luta, uma vez que,

Para aqueles apagados ou rebaixados pela norma que se espera que incorporem, a luta se torna uma batalha corpórea por condição de reconhecimento, uma insistência pública em existir e ter importância. (...). É apenas por meio de uma forma insistente de aparecer precisamente e onde somos apagados que a esfera da aparência se rompe e se abre de novas maneiras. (BUTLER, 2019, p. 44)

O contexto de que trata a autora, é das manifestações políticas, mas para o nosso trabalho, compreendemos que esse conceito pode ser utilizado para esse tipo de movimento social que estamos estudando. Para nós, a visibilidade, e como sua potencial consequência, o reconhecimento são, nesse sentido, meios que podem garantir a existência de indivíduos e grupos, pois, quando se reconhece, por exemplo, a diversidade dos corpos, as diferenças podem não apenas conviver, mas ser valorizadas. Para além de uma melhora da auto-estima dos indivíduos, há também as consequências legais para atos discriminatórios que só são alcançadas a partir das lutas sociais e do esforço coletivo pelo reconhecimento.

Portanto, a falta de possibilidades de uma pessoa estar num espaço de aparecimento, sendo protagonista nesse processo, também pode significar uma

privação de direitos (BUTLER, 2019), visto que, em um certo sentido, é como se ela deixasse de existir. Essa é a forma mais sofisticada de impedir que cidadãos tenham condições de lutar pelos direitos ou de manter os que já foram adquiridos: impedi-los de estarem juntos, de serem vistos e ouvidos em suas necessidades, tornando as pessoas cada vez mais reféns dessa falácia do empreendedorismo e do sucesso autocentrado.

Nessa lógica, o indivíduo não só é privado da possibilidade de vivenciar experiências em grupo, porque é levado a meramente, sobreviver, sem grandes perspectivas, visto que seus direitos a uma vida futura são paulatinamente retirados, mas principalmente, vai perdendo a capacidade de ser reconhecido enquanto humano com necessidades físicas e afetivas básicas, até que seja totalmente descartável e/o levado a ter sua subjetividade cada vez mais moldada para se adequar a um modelo de *persona* que não lhe cabem. E quando não enxergamos esse outro enquanto um sujeito que vive em relação com os outros, lógicas individualistas operam com certa facilidade no seio das sociedades. Por isso, a mídia e o reconhecimento andam juntos e podem estar à serviço de uma narrativa que privilegia o olhar eurocêntrico e verticalizado da sociedade, ou ser espaço de aparecimento para que possamos também reconhecer os diferentes como sendo parte integrante de nós mesmos em algum nível, pois nenhum de nós é capaz de viver sem essa conexão que ultrapassa o ser humano (BUTLER, 2018).

Tornar corpos reconhecíveis, é inscrevê-los também na memória de uma sociedade, e quando esses corpos são capazes de dizer o que sentem e de onde vem, podem mexer em estruturas e realizar mudanças de paradigma acerca do papel que as pessoas exercem nessa sociedade. A política nacional da população em situação de rua foi instituída a partir do Decreto nº 7053, de 23 de dezembro de 2009, e é absolutamente relevante para o movimento da população em situação de rua. Acreditamos que este tipo de iniciativa das páginas dos “Invisíveis” auxilia na concretização do Artigo 5º, em seu parágrafo

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento; (BRASIL, 2018, online)

O decreto surge após as lutas da população em situação de rua e de movimentos sociais. Podemos observar que RIO Invisível e SP Invisível, entre outras páginas com o mesmo objetivo, fazem o trabalho de divulgar histórias narradas pelas próprias pessoas, suas histórias de vida e graças a estas iniciativas, pesquisas acerca dessa população e dos movimentos sociais que trabalham com esse público foram possíveis, como é o caso dessa que estamos realizando. Contudo, é preciso reconhecer que, apesar da importância desse decreto – que só teve a criação de um comitê intersetorial para monitorar essa política quase dez anos depois, em 2019, a partir do Decreto nº 9894, de 27/06/2019 –, para que esse dispositivo legal ganhe força na sociedade em geral, é preciso que essas pessoas sejam reconhecidas e lembradas como pessoas. Parece um dado óbvio mas como vimos ao longo deste capítulo, há uma mentalidade que é reatualizada a partir de crenças inscritas na memória coletiva (HALBWACHS, 2006) que estabelece quem merece ou não respeito, quem pode viver e morrer dignamente.

Assim, ao emergirem memórias de pessoas historicamente silenciadas (POLLAK, 1989), podemos encontrar um caminho para o compromisso com uma sociedade mais fraterna, pois ao ouvir essas histórias ficamos de frente para as experiências dessas pessoas, que vivem situação de extrema violência e precariedade, “muitas vezes como resultado do racismo sistemático e de formas de abandono calculado.” (BUTLER, 2018, p. 55). E se esse abandono é calculado, é porque opera dentro da lógica capitalista, que foi estruturada no racismo, machismo e na exploração das pessoas como mercadoria, desde o seu começo. Colocar essas memórias em disputa é também questionar esse sistema e colocar luz nos efeitos perversos que são criados até hoje, sendo um deles, tornar pessoas – excedentes, restos.

3 A CULTURA DOS RESTOS

Este capítulo busca articular questões pertinentes à cultura e os restos produzidos por ela, tanto no que concerne aos seres humanos, quanto aos não-humanos. Entendemos o resto como aquilo que é um vestígio, que é deixado para trás. Contextualizamos nossa problemática na lógica capitalista em que estamos inseridos, em que o excedente já está implicado no processo produtivo, ou seja, é previsto que haverá restos. Esses restos se materializam de formas diversas: dejetos orgânicos, objetos antigos ou sem seu valor primário, e também pessoas, que ao sofrerem um processo de objetificação, perdem seu “valor” social quando por alguma razão não são capazes de produzir para o sistema, o que tem consequências éticas e sociais perversas, como vimos no capítulo anterior.

Além desses restos, existem os arquivos, produtos da administração ou da vida particular, que vão deixando rastros sobre quem uma sociedade ou pessoa foi. Todos esses restos supracitados são criados artificialmente, mas forjados de forma tão convincente, por estarem tão conectados com a lógica estrutural que parecem naturais. Mas se considerarmos para todos esses restos, seu contexto de produção ou criação, veremos que não é bem assim: pessoas, dejetos, os arquivos e patrimônios gerado por esse processo, são criados a partir de uma motivação sócio-política, situada historicamente. Do ponto de vista arquivístico e de todos os profissionais que trabalham com a memória social, cabe a nós entendermos nosso papel nesse processo de seleção, eliminação e/ou permanência desses rastros, e como isso pode contribuir para a percepção da noção de cidadania por parte dos membros da sociedade que foram colocados à margem.

A partir desse ponto de vista, analisaremos criticamente a formação dos arquivos e a crença comum de que a verdade histórica está contida neles, sem pensar em todos os processos que os levaram até ali. Neste sentido, corroboramos com a definição de que “o discurso arquivístico teórico é a mudança do produto para o processo, da estrutura para a função, arquivos para o arquivamento, do documento para o seu contexto” (COOK, 2012, p.125).

Não deixaremos de observar a importância das técnicas de arquivamento consolidadas, mas procuramos desnaturalizar o fazer arquivístico que, cultural que é, acontece por meio de escolhas e tem consequências na formação da memória

social e coletiva, que é consolidada também a partir do trabalho do arquivista, um dos seus agentes ativos (COOK, 1998). Assim,

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, p. 8)

Como um dos instrumentos para a consolidação do trabalho do enquadramento da memória (POLLAK, 1989), o arquivo pode servir ao poder, mas também pode, se for criado a partir de uma ética decolonial e de cuidado, da compreensão do potencial político que esses espaços possuem, servir no processo de resistência a esse mesmo poder. Um exemplo é o uso da memória em favor de grupos que são subalternizados e, muitas vezes, invisibilizados também nos arquivos. Mas cabe ressaltar que diversas pesquisas e trabalhos relevantes também são realizados com base na documentação que é produzida para atender aos anseios burocráticos de determinado momento histórico.

A exemplo do acervo recolhido ao Arquivo Nacional, que foi originado da Divisão de Censura e Diversões Públicas (1972 - 1988), que aplicava a censura às letras musicais, peças teatrais, filmes e demais manifestações artísticas e culturais da época. Ele tanto é fonte de compreensão acerca do momento sócio-político em que vivíamos no Brasil quanto dá indícios do funcionamento burocrático da ditadura militar. Deste modo, deixamos claro neste trabalho que também acreditamos na relevância e importância de olhar para estes acervos e geri-los com competência, mas propomos um olhar mais aberto para as demais produções arquivísticas que não são parametrizadas pelos anseios da burocracia estatal.

Dito isto, podemos prosseguir afirmando que, além dos arquivos, o lixo também é um produto da cultura, e é possível analisar a história de uma dada sociedade a partir desses restos produzidos. Um objeto se torna lixo quando o deslocamos de sua função principal, até abandoná-lo (DEBARY, 2017). Em geral, o lixo é depositado em lugares que estejam distantes das pessoas que o produziram, e costumam causar nojo (principalmente quando se trata do lixo orgânico) e desprezo por parte de quem os dispensou. O lixo é um tipo de resto que de alguma forma nos coloca diante de quem nós somos, e talvez por isso seja tão incômodo.

Mas esse é o tipo de resto que se quer apartar e por isso mesmo, viramos as costas assim que saímos de perto, mesmo que isso não signifique em si, sua aniquilação. Na verdade, todos os dias, são jogadas toneladas de lixo em aterros sanitários, enquanto poderiam ser reaproveitados e/ou transformados em fertilizantes naturais. O lixo inorgânico, apesar dos inúmeros trabalhos de coleta de lixo para reciclagem – muitas delas realizadas por pessoas em situação de rua – segue sendo um problema grave, com ilhas de plástico se formando nos oceanos e uma série de animais morrendo vítimas dos excedentes que produzimos diariamente. Como nos afirma Stengers (2015), esse modo de vida que nos trouxe até aqui não nos deixa saídas, e continuar optando por não ter cuidado com *Gaia* é uma atitude suicida. Há algo de errado acontecendo conosco enquanto sociedade para que o modelo (auto) destrutivo em que vivemos seja tão banalizado. E qual a relação disso com os arquivos?

3.1 Acumulação, descarte e os documentos: como a ética capitalista atravessa os arquivos

Como a civilização é uma abstração criada por nós para que possamos nos relacionar uns com os outros num mundo que existe muito antes de nós e também é habitado por outros seres tão importantes quanto os humanos, não há como dissociar esses elementos: meio ambiente, seres humanos, seres não – humanos e objetos criados por nós mesmos. O que todos eles têm em comum, além da vida que partilham na Terra, é que, depois de finalizados seus valores de uso e de signo, não têm para onde ir (BAUDRILLARD, 2009) e viram excedentes. Ou seja, eles se conectam pelo seu potencial de abandono.

Um exemplo é que, quando ocorrem os desastres naturais, no caso dos mais recentes, em sua maioria oriundos das mudanças climáticas, que por sua vez são fruto do nosso modo de vida, os primeiros a serem deixados para trás são os mais pobres, como já ocorreu em Nova Orleans (STENGERS, 2015). Em todas as quedas de barragens das mineradoras no Brasil, ou nos alagamentos cada vez mais comuns no Rio de Janeiro ou São Paulo, são os periféricos que são atingidos primeiro. Ou seja, desigualdades sociais e problemas ambientais andam juntos e acabam sendo potencializadores uns dos outros. Como pudemos ver durante a

pandemia de COVID-19, os mais pobres sofreram mais que os mais ricos, e assim é distribuída precariedade no mundo (BUTLER, 2015).

Somos todos precários e vulneráveis, eis a primeira coisa que precisamos admitir antes de seguir em frente. Somos os mamíferos que demoram mais tempo para se tornar adultos, dependemos do olhar do outro para existir, desde o primeiro instante em que chegamos ao mundo, somos animais com linguagem. Contudo, dependendo das condições materiais disponíveis, somos mais ou menos capazes de conseguir lidar com isso, tendo tempo e dinheiro para adquirir os instrumentos necessários para viver - e morrer - dignamente. Eis aí, a distribuição desigual da precariedade. Ainda que todos estejamos expostos às vicissitudes da vida, uns são mais do que outros dependendo da região onde moram, da classe social a que pertencem e da cor que possuem.

A relação entre a distribuição desigual da precariedade e os restos, para nós, é evidente. Há inúmeras populações sendo transformadas ou mantidas como dejetos humanos e assim como o lixo, são vistas como descartáveis. Inclusive muitas vezes elas vivem nas proximidades dos mesmos depósitos de lixo produzidos pela sociedade e podem se sentir simetricamente tratados como os dejetos depositados nesses locais (DEBARY, 2017). Por isso, criticar esse modelo de vida e de apreensão do mundo, é também tomar uma postura mais ativa diante disso, tanto do ponto de vista da maneira como consumimos, mas também como nossas escolhas, ainda que reduzidas pelas opções que o modo de vida capitalista nos fornece, impactam as vidas de pessoas que sequer conhecemos, principalmente, pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Assim, é preciso ter em conta que nesse estágio do capitalismo, como afirmado em outros momentos desta tese, qualquer um de nós pode se tornar um ente descartável, porque todos enfim, são substituíveis. Uns mais que outros, é claro, mas todos podem se ver diante de uma situação em que a sociedade e nós mesmos, não vemos mais utilidade na nossa existência, graças ao sistema econômico e de afetos, em que até os mais críticos, fazendo parte dele como uma engrenagem, acabam passando adiante essa moralidade a partir da cultura e da memória coletiva.

Para essas populações mais vulneráveis, o “progresso” demora mais para chegar ou chega na forma de um rolo compressor, sendo as pessoas esmagadas por ele. Se tornam descartáveis e são constantemente deixadas à própria sorte

pelas autoridades que deveriam criar políticas públicas que protejam a população, a partir de um pacto social pautado em manter os seres humanos vivendo em condições mínimas de decência (BAUMAN, 2008). Se para a legislação brasileira, pessoas em situação de rua são definidas, segundo o Decreto nº 7053/2009, como pessoas que convivem com a pobreza extrema, vínculos fragilizados e vivendo em áreas públicas degradadas (BRASIL, 2009) é possível perceber que o próprio Estado, ao reconhecer a existência dessa população, reconhece também que o pacto social exposto por Bauman (2008) não está sendo forte o suficiente, visto que existem pessoas que vivem na extrema pobreza e sem moradia regular. Além disso, o termo “áreas degradadas” é elucidativo. Essas pessoas ficam onde ninguém fica ou não gostaria de estar.

A rua, que deveria ser um espaço de passagem, é também o local onde muitas vezes depositamos nosso lixo doméstico, é também local de vivência e sustento de muitos, que eventualmente vão fazer buscas nessas mesmas lixeiras preenchidas por nós à procura de restos que lhes sejam possíveis de reciclar ou mesmo, de se alimentar. Escrever essas palavras é doloroso, mas sem dúvidas, viver nessa situação é muito mais. Ver-se como esses objetos descartados, também como ser descartável, sem dúvidas traz muitos impactos nessas subjetividades. Nós, enquanto sociedade, aceitamos ou nos conformamos com a ideia de que existem pessoas que vivem em pobreza extrema por décadas, muitas vezes. Os resíduos domésticos são os restos de nosso consumo, mas quem são esses restos humanos deixados pelo capitalismo? “O que resta após a vida entendida como consumo é o que nos proibimos de conhecer. Os resíduos são banidos em parte” (DEBARY, 2017, p.29).

Ninguém quer conviver com as sobras do que produziu no meio da sala de estar, por isso os destina às lixeiras da casa e depois às públicas. Assim, ninguém quer conviver com a constatação que podemos chegar, ao nos depararmos com pessoas que foram reduzidas a restos que, primeiramente, poderia ser um de nós, e segundo, que essa situação está prevista nesse sistema, que entende que as desigualdades são parte da natureza, criando explicações diversas para justificar o que, de um ponto de vista ético é injustificável: milhares dormirão com fome hoje.

Com o desenvolvimento do neoliberalismo, não apenas como mais um modelo econômico, mas também como uma ética pautada no sucesso individual, as pessoas são entregues ao abandono, e consolidam “a ficção de um novo sujeito

humano, 'empreendedor de si mesmo', moldável e convocado a se reconfigurar permanentemente em função dos artefatos que a época oferece" (MBEMBE, 2018, p.16). É a precarização do trabalho glamourizada pelos aplicativos e por uma lógica de meritocracia que mascara o individualismo dessa era com frases motivacionais que prometem que se o indivíduo se esforçar, será próspero e não necessitará nem do Estado nem de ninguém para viver. Mas como afirma Bauman (2008, p.105) "e desde que a moralidade é a responsabilidade que as pessoas assumem pela humanidade dos outros, esta é também a medida do padrão ético de uma sociedade.". Pois está posto nosso padrão: uma sociedade que produz tanto, deixa faltar para uma grande parcela da sociedade. E deixa de propósito, porque deixar que inúmeras populações morram faz parte de um projeto político (MBEMBE, 2018). É a eliminação dos que não importam para o mercado por não se encaixarem nos padrões mercadológicos de existência.

Não há como propor uma solução pontual para estas questões, e este não é o objetivo da pesquisa, embora estejamos partindo, desde o início, de uma crítica ao capitalismo. Mas focamos aqui em pensar em formas de resistência a esse modelo econômico e social que nos massacra enquanto subjetividades e vai nos fazendo aceitar os mais variados abusos como sendo parte do processo natural de vida. Acreditamos que é a partir dos pequenos focos de luta e de união que podemos estabelecer novos paradigmas que irão ser a base para um possível futuro. Não no sentido de desonerar do Estado sua obrigação no cuidado, mas de propor uma sociedade ativa no estabelecimento e manutenção dessas conquistas.

Neste sentido, a mídia e os arquivos (que como dito anteriormente, também são tipos de restos) produzidos por ela podem ser vetores de luta, visto que se é por meio dela que muitas vezes acontece o convencimento massificado de que o Estado de bem estar social produz trapaceiros e preguiçosos e não contribui para o desenvolvimento social, parecendo bem mais conveniente que seus assistidos desapareçam (BAUMAN, 2008), também deve ser por meio dela que podemos desconstruir essa ideia. E a partir da compreensão de que estes registros produzidos por essas mídias podem ser também um possível arquivo, geri-los torna-se também um ato político.

Os arquivos, após uma análise técnica, passam por processos de seleção que podem culminar na sua preservação perpétua ou na sua eliminação, a curto, médio ou longo prazo. Esses processos fazem parte do fazer arquivístico e são

ancorados por instrumentos e normas que dão credibilidade e respaldo jurídico para as decisões, principalmente quando se tratam de documentos produzidos em instituições públicas. Contudo, o trabalho técnico de classificar e avaliar é uma espécie de mimetização racionalizada de uma maneira tipicamente ocidental de gerir o ciclo de vida de pessoas e sociedades. Algumas poderão viver uma vida plena, ter uma velhice tranquila, outras serão lembradas pelos seus feitos, mas muitas, podem ser mortas, ou deixadas para morrer pelo poder público. É difícil realizar esse tipo de comparação, mas ao final da escrita desta tese, 700 mil pessoas foram vitimadas pela Covid-19, número potencializado por uma política de descaso e morte, que foi ainda mais letal em bairros periféricos.

Por isso não é tão equivocado dizer que nós tratamos as pessoas como tratamos nossos objetos e, se o que tratamos aqui nesta pesquisa são os arquivos, que em geral carregam os registros burocráticos das vidas das pessoas (a exemplo das certidões de nascimento, casamento, óbito), a comparação é válida. Assim, podemos dizer também que, “os resíduos, restos de objetos, restos de humanos, talvez resíduos sociais, são erráticos, em movimento. O resíduo é aquilo que não está em seu lugar, por vezes sem ter um lugar.” (DEBARY, 2017, p.107). Os dejetos e os arquivos possuem uma relação com o humano que vai além da causalidade, se trata também de uma semelhança de conceituação. Embora haja para os arquivos as instituições que podem e devem recolhê-los, quantas vezes o arquivista encontra desafios diante de produtores que querem apenas se livrar do excedente produzido e não se implicam com o processo da gestão e preservação de seus acervos, os enxergando enquanto resíduos indesejáveis?

O que hoje é objeto de descarte, é algo que em sua gênese foi pensado para cumprir um objetivo e necessariamente se tornar resto ao final do processo. Mas, dependendo dos interesses dos humanos, podem ser reciclados e ressignificados. No caso dos arquivos, eles podem ser consultados e virar fonte de pesquisa; ao mesmo tempo, muitas vezes temos humanos que vivenciam a experiência de, eles mesmos, serem tão restos quanto os documentos que registram sua existência. Exemplos não faltam, como o caso dos arquivos judiciais estudados por Farge (2009), ou também dos inúmeros catadores de lixo que vemos nas grandes cidades, que são vistos como restos tanto quanto a matéria-prima que utilizam para o trabalho. Esse tipo de arquivo estudado pela autora, guarda muito mais sobre pequenos delitos do que os mais graves, e acabava sendo possíveis através deles

saber da vida dos mais carentes, já que “os pobres não escrevem, ou muito pouco, sua biografia” (FARGE, 2009, p.14).

E, diferente de uma biografia, ele não tem como função fazer notas sobre a vida das pessoas, seja para agradar ou informar, mas sim, ser um instrumento de uma polícia que tem como objetivo reprimir e vigiar. Em todo caso, eles representam o excedente que foi produzido pelo sistema capitalista em que vivemos, que tanto precisa produzir registros documentais das atividades, quanto criar um modelo de consumo em que poucos têm mais do que precisam, e muitos vivem na miséria, sendo vítimas das desigualdades e problemas sociais diversos. Eles representam a parcela da população que não interessa ao mercado, e por isso, tornam-se descartáveis (BUTLER, 2018). Nesse sentido, conceitos de limpeza e sujeira, infelizmente, podem também se estender às pessoas:

A sujeira (cuja definição varia de acordo com as culturas) representa uma “desordem” no ordenamento, classificação de uma sociedade. Trata-se de separar, e esse trabalho de separação delimita as fronteiras de uma cultura e, assim, do sagrado (como quem classifica ou separa). Objetiva o retorno da ordem, a conservação da integridade da ordem social e sua reprodução. (DEBARY, 2017, p. 108)

Aqueles que estão fora dessa definição de ordem, que bagunçam o ordenamento social, vão se tornando cada vez mais descartáveis, e ao mesmo tempo, são um produto esperado pelo projeto capitalista de consumir tudo o quanto for possível, mesmo que isso custe a vida e dignidade das pessoas. E o lixo, produção nossa, tem se acumulado cada vez mais a medida em que somos levados a acreditar que precisamos sempre de objetos mais novos e perdemos o interesse pelos que já possuímos rapidamente. No modo de vida pautado pelo consumo, que é também uma das atividades sistemáticas que fundam nossa cultura, a aquisição dos objetos não é pensada pela execução crua de suas funções, mas enquanto uma atividade de manipulação dos signos (BAUDRILLARD, 2009) e à medida em que vamos consumindo, vamos também produzindo os descartes, porque, seja pela obsolescência das máquinas, cada vez mais automatizadas e frágeis, ou pela necessidade de consumir produtos cada vez mais, personalizados (BAUDRILLARD, 2009), vamos deixando para trás aquilo que não nos serve, criando montanhas de dejetos do tamanho de ilhas enquanto que, ao mesmo tempo, convivemos com o fato de que existem milhares de pessoas sem viver debaixo de um teto.

Assim, como o consumo não se limita apenas aos sujeitos não humanos, essa sujeira que produzimos é materializada tanto no lixo como também no humano. O sujo serve para balizar o limpo, sendo este sempre o modelo a ser seguido, e que precisa de um oposto que o afirme. Um exemplo disso é a expressão “cidadão de bem”. Ora, para que exista um bem, é preciso que exista um mal, e em geral a campanha é pela sua eliminação. Em meio a uma série de contrastes, chegamos ao século XXI numa sociedade que produz dicotomias que se alimentam para que possam existir. “O desvio e a marginalidade dizem muito sobre a norma e sobre o poder político, e cada tipo de delito reflete um aspecto da sociedade.” (FARGE, 2009, p.32).

Não por acaso, com base em documentos oficiais e todo um trabalho de enquadramento da memória (POLLAK, 1989), a sociedade cria heróis e vilões que são fruto de cada período histórico vigente, servindo aos interesses políticos e/ou econômicos do momento. De uma forma ou de outra, o problema das populações despossuídas de itens básicos de sobrevivência ou o lixo produzido em quantidades exorbitantes está se voltando contra nós, sujeitos humanos e isso e nos diz sobre a sociedade em que vivemos e nos convida (ou obriga) a criticar os modelos socioeconômicos vigentes.

Assim como a escravidão dos povos africanos foi executada a partir de um trabalho de retirada da humanidade das pessoas (MBEMBE, 2018), transformando-os em objetos de trabalho descartáveis, é também a partir desse modelo neoliberal de viver para consumir o mundo, ao invés de usufruí-lo, que são criados esses “dejetos – pessoas”, enquanto todos os dias montanhas de “dejetos – objetos” são amontoados em alguma parte da cidade, para então serem revirados, reciclados, revisitados, por essas mesmas populações que vivem, muitas vezes, com o que sobra de comida, de roupa, de utensílios, de brinquedos.

E assim como os registros históricos sobre os escravizados em geral, tratam mais dos desvios dos escravizados do que deles enquanto pessoas, sempre tratados como coisas, vemos o mesmo se replicar para as populações mais vulneráveis da nossa sociedade. Evidentemente que esses registros que hoje estão nos arquivos públicos também são importantes para a compreensão desse período e até como forma de denúncia das práticas de racismo perpetradas pelo Estado e sua conexão com os dias atuais, mas foram a oralidade e a memória que

conseguiram manter vivas algumas das práticas ancestrais dos africanos escravizados.

Nesse processo de objetificação do ser humano, pessoas vivem marginalizadas na nossa sociedade e são constantemente relegadas a lugares periféricos, tanto do ponto de vista do lugar que lhes cabe na história, quanto geograficamente. Por isso, ouvir as histórias contadas por elas é tão potente. Eles fazem parte desse excedente que é propositalmente produzido, mas que ninguém quer ver. Não há uma invisibilidade natural, mas programada.

3.2 Arquivos: dos objetos documentais analógicos aos digitais

Devemos partir do pressuposto de que a cultura produz rastros e vivemos num sistema econômico que necessariamente cria restos. Isso se traduz no acúmulo de elementos que nos remetem ao passado, tenham estes produtos como destino o descarte ou a preservação proposital de objetos, que podem ser livros, itens de uso pessoal ou documentos de arquivo. Todos têm em comum o fato de que são criados com um valor de uso dentro de um contexto social específico. Contudo, objetos carregam consigo, além do seu valor de uso, o valor simbólico, criado pela cultura, e que extrapola e muitas vezes suprime o seu sentido de utilidade (BAUDRILLARD, 2009). Compreendemos aqui, os documentos de arquivo como um tipo específico de objeto, que também possui valor primário, ou seja, decorrente da ação que o originou e um possível valor simbólico, ou secundário, que pode ser de prova, mas também cultural. Um exemplo desse tipo de documento, é a Lei Áurea, que ao ser criada, já trazia em si mesma esses dois valores, o de oficializar um ato e o de torná-lo histórico.

Pode-se dizer que alguns documentos entram na categoria de objetos antigos, visto que podem até perder a função primária que os criou, mas ainda assim, são capazes de exercer a função de signo (BAUDRILLARD, 2009). Ainda que possam ter valor de prova, a exemplo das antigas listas de registros de vapores que chegavam ao Brasil entre fins do século XIX e início do século XX e, hoje são fonte de prova para quem procura validar cidadania europeia¹⁴, há neles um valor extra, o histórico, valor esse que só o tempo traz.

¹⁴ http://bases.an.gov.br/rv/Menu_Externo/

O objeto antigo, este é puramente mitológico na sua referência ao passado. Não tem mais resultado prático, acha-se presente para significar. É inestrutural, nega a estrutura, é o ponto limite de negação das funções primárias. Todavia não é nem “afuncional” nem simplesmente “decorativo”, tem uma função bem específica dentro do quadro do sistema: significa o tempo. (BAUDRILLARD, 2009, p.82)

Os documentos e objetos tridimensionais ditos antigos, não carregam em si uma cápsula do tempo, mas contém os indícios culturais do tempo em que foram criados (BAUDRILLARD, 2009). E no intuito de garantir que esses indícios são reais, é preciso que consigam atestar sua autenticidade, qualidade que é buscada nos documentos desde os primórdios da criação da Diplomática enquanto disciplina, assunto que desenvolvemos mais adiante.

Assim, conforme aponta Baudrillard (2009), existem dois aspectos para o que o autor chama de paixão colecionadora: “a nostalgia das origens e a obsessão pela autenticidade” (BAUDRILLARD, 2009, p. 84). Essa obsessão pela autenticidade traduz também a necessidade de atestar as origens da obra, do autor, verificar sua assinatura, e de alguma forma vê-lo no seu produto. Mas é preciso ressaltar que os arquivos não são considerados importantes apenas pelo seu valor permanente, existindo antes, os arquivos correntes e intermediários. Cabe aqui elucidar que, para a Arquivologia, os documentos possuem um ciclo de vida, que começa nos arquivos correntes, ou seja, documentação em fase de produção e tramitação, onde é necessário realizar as atividades de classificação e avaliação, bem como a fase intermediária, em que eles aguardam sua destinação final, seja para a eliminação ou sua guarda permanente, que deve concentrar esforços na sua preservação e no acesso para pesquisa, seja de que natureza for. Por isso mesmo, a importância de garantir sua autenticidade.

Mas independente de sua destinação final, todos têm em comum o fato de serem produzidos a partir de ações que já aconteceram antes, e que eles foram capazes de cristalizar, por mais ou menos tempo. Uma certidão de nascimento autêntica, atesta que uma pessoa nasceu num dia específico, e é filha e neta de pessoas específicas, devendo esse documento provar sua existência. A partir desse novo objeto/ documento criado, esse cidadão passa a existir, do ponto de vista burocrático e depende desse documento para adquirir direitos dos mais diversos. A partir disso, esse objeto e essa pessoa ficam conectados, até que outra ação aconteça e gere outra certidão ou documento que prove a continuidade de sua

existência, até sua morte, que gera a certidão de óbito, documento necessário para atestar esse fato.

Seja como for, isso faz parte de uma noção social do tempo em que o passado vai sendo deixado para trás, e só se torna acessível novamente a partir do contato com registros materiais. E se isso é bastante útil do ponto de vista da necessidade burocrática, pode ser questionável do ponto de vista da memória, visto que muitas vezes justamente o fato de virtualizarmos essa memória em outros dispositivos, em detrimento da prática da rememoração, faz com que esqueçamos e nos tornemos frios diante de fatos sócio históricos ou não consigamos compreender o contexto de certas práticas sociais. Por isso, é interessante que o trabalho de preservação dos objetos seja realizado pensando na relação da sociedade que o produziu com ele próprio, de forma que as práticas que os levaram a existir também estejam explícitas e esses documentos não se tornem monumentos desconectados da realidade, pois, monumentalizar, muitas vezes é também contribuir para um esquecimento (DEBARY, 2017), pois, a medida que vamos nos distanciando dos objetos monumentalizados e retirando deles seu contexto original, eles vão perdendo o sentido.

Os museus e arquivos são dispositivos que se propõem a realizar essas operações de contato com o passado a partir do uso de suportes externos. Ao serem criados, cada um em um momento específico da história, foram gradualmente substituindo a memória que antes residia nos seres humanos (ASSMANN, 2009), como se ao abrir um códice ou olhar uma pintura, pudéssemos abrir uma janela no tempo. Contudo, é preciso lembrar que, primeiramente, o arquivo nasceu em função de necessidades burocráticas e administrativas, tendo, portanto, a escrita se sobressaído durante muito tempo como forma de registro das atividades. Por isso mesmo, os documentos num primeiro momento estavam em geral muito mais ligados a uma memória de dominação, direitos e poder (ASSMANN, 2009), e tinham como propósito atestar transações e formalizar acordos:

Como os documentos escritos não se decompunham naturalmente após o seu uso, eles constituíam um resíduo, que podia ser especialmente coletado e preservado. Assim, a partir do arquivo como memória da economia e da administração, surge o arquivo como testemunho do passado. (ASSMANN, 2009, p.367).

Resíduos que não se decompõem nem se criam naturalmente, assim são os arquivos. E como afirma a autora, sabemos que eles surgem para suprir uma necessidade do Estado, para controle da economia e da administração pública, tendo, muito posteriormente, a função histórica de nos trazer testemunhos dos acontecimentos passados. Para Foucault (2008), o arquivo tem um sentido ainda mais amplo, e muito antes deles serem criados enquanto registros materiais ou mesmo instituições, os arquivos são sistemas de enunciados que são desenvolvidos a partir de jogos de relações que aparecem no nível discursivo.

O Arquivo, para Foucault (2008), é o sistema de funcionamento dos enunciados, que antes de serem palavras, ou letras, agem de maneira transversal nos sistemas de pensamento das sociedades e define o que pode ser dito ou não. O arquivo define o trânsito desses enunciados no tempo e não permite que eles se acumulem ou desapareçam ao acaso de simples acidentes (FOUCAULT, 2008). Assim, tendo em mente que antes que qualquer coisa seja escrita ou dita, este arquivo já inscreve nas sociedades quais os limites e dimensões discursivas. Os arquivos enquanto documentos e instituições são mais uma de suas consequências, que materializam e inscrevem na história de uma sociedade não apenas o que está dito de forma explícita, mas também correntes de pensamento invisíveis que tornaram possível a criação daquele documento. Isso nos permite dizer que, se todo documento é um registro da cultura, também é político e, portanto, não é neutro, nem natural.

É preciso delimitar o que queremos dizer com isso, para que não haja más interpretações. Utilizamos a ampla noção de política, remontando a definição aristotélica de que nós, humanos, somos o *zoon politikon*, ou seja, somos animais políticos. Seres que raciocinam e usam da linguagem e possuem uma interação social necessária com sua cidade e/ou Estado. Ao dizer que os documentos arquivísticos são políticos, queremos dizer que eles são sempre fruto dessa relação que nós mesmos temos com a sociedade, não necessariamente que são fruto de articulações políticas, do ponto de vista da política partidária. Podem ser também, mas o que salientamos aqui é que eles não são fabricações ingênuas da realidade: eles na verdade registram um determinado modo de vida, a partir de um lugar específico. Ou seja, um documento gerado por uma instituição pública de ensino terá objetivos e características próprias daquela Organização, bem como um documento de uma ONG, terá também as suas, etc.

Partindo desse princípio, podemos observar que as sociedades do ocidente foram constituindo um tipo de relação com o passado e com as instituições intimamente ligadas ao uso de registros, que são, entre outras coisas, restos administrativos ou afetivos de atividades das pessoas e grupos. As técnicas arquivísticas foram, então, sendo aprimoradas com o intuito de servir ao Estado ou organizações privadas, visto que a produção desordenada de documentos gerava problemas tanto para recuperação da informação quando necessário quanto com gastos com a preservação irrefletida. As definições contemporâneas de Arquivo afirmam que eles são compostos de um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.27).

Por termos incorporado esse modelo burocrático de documentação, cria-se uma falsa ideia de que os arquivos são produzidos de maneira natural, e há uma aura de neutralidade que perpassa os documentos, fazendo com que exista uma tendência a olhá-los como monumentos que podem nos dizer a verdade em si mesmos, o que tanto os distancia do seu contexto de produção, quanto os sacraliza. Contudo, todos passam pela fase de seleção já em sua fase corrente, com o propósito de racionalizar a extensa produção de documentos, e há uma separação entre o que será destinado à eliminação (em curto ou médio prazo) ou ao arquivo permanente.

Atualmente dispomos de técnicas arquivísticas que procuram diminuir ao máximo o caráter subjetivo dessa operação, porém é impossível chegar à uma neutralidade absoluta, visto que ainda que existam instrumentos de gestão padronizados, tudo está inserido num contexto social, e nesse processo muitos documentos que talvez pudessem ser importantes no futuro, do ponto de vista de uma análise sociológica e/ou histórica, podem ser descartados. Tanto assim, que tendo em vista que algumas coisas escapam ao crivo meramente burocrático dessas atividades, é recomendado que as CPADs (Comissão Permanente de Avaliação de Documentos) sejam compostas por um grupo multidisciplinar, que seja capaz de enxergar quando é necessário preservar algo que, de acordo com a tabela de temporalidade¹⁵, seria eliminável.

¹⁵ Instrumento da gestão de documentos que define os prazos de guarda e destinação dos documentos de uma dada instituição.

Mas, nem sempre o corpo técnico de uma instituição é tão robusto, e nem todos os documentos produzidos são apenas administrativos e ainda que fossem só isso, já são bastante coisa. Com isso, muitas vezes “o que é lixo para uma geração pode ser informação preciosa para outra (...)” (ASSMANN, 2009, p.369). Isso quer dizer que mesmo que todos sejam capazes de seguir a risca as tabelas de temporalidade e planos de classificação¹⁶, é preciso ter em mente que os padrões que utilizamos para estabelecer os marcos temporais e definir a classificação de um determinado conjunto documental estão inseridos no momento político e social em que os arquivos são criados, utilizando-se a lógica vigente naquele período. O que também influencia, entre outras coisas, nos graus de sigilo que os arquivos podem possuir, sendo estes um termômetro do quão democráticas são as sociedades que os produziram (ASSMANN, 2009). Não há como pensar em arquivo sem compreender o contexto que o permeia.

Existem critérios que extrapolam a técnica, e um deles é a política. Portanto, a definição do que será considerado um arquivo permanente é eminentemente política, e tudo o que fica de fora, tudo o que vira lixo, é alguma coisa que excede e não tem espaço para entrar nessa seleção. Isso porque é com base nos padrões sócio políticos e jurídicos de uma determinada época que definimos nos nossos instrumentos de gestão, o que merece destinação perpétua de recursos para sua preservação contínua.

Não estamos dizendo que a seleção não seja uma questão necessária. Ao contrário, para que a memória exista, é preciso que haja também o esquecimento, sem que seja necessariamente uma relação binária, mas complementar (HUYSSSEN, 2014). É impossível conviver com uma memória completa sobre tudo, e se observa isso nesse início de século, pois, para a realização de análises de dados em determinadas mídias sociais, é impossível resgatar informações que sejam anteriores a uma semana sem ajuda de um software que possa realizar as métricas, o que leva muito tempo. São tantas informações, tantos registros sobre tudo, que há um afunilamento das informações, até o ponto de tornar impossível a análise.

O excesso de memória causa uma paradoxal paralisação da própria memória. Mas há algo em comum entre esses dois casos, o excesso e a seletividade (mesmo a mais técnica de todas): a decisão consciente que é tomada sobre o que será

¹⁶ Instrumento de gestão utilizado para classificar, baseado em códigos, todos os documentos produzidos por uma dada instituição, independente de seu suporte.

priorizado. No caso dos arquivos, o corpo técnico de maneira explícita ou implícita decide o que será considerado rastro e o que será considerado resto, a partir do uso dos instrumentos disponíveis, que são elaborados por profissionais também inscritos num contexto político e social.

Já no caso das redes sociais quem decide são os algoritmos, que têm a aparência de neutralidade que atribuímos às máquinas, mas que são programados por pessoas que estão a serviço de grandes corporações que decidem o que estará disponível na tela do computador ou celular para os internautas consumirem. Daí a importância de se preservar esses registros. Essas mídias não tem como objetivo a preservação e sim o entretenimento dos seus usuários, e elas o farão enquanto for rentável. A partir do momento que deixar de ser lucrativo, elas podem desaparecer.

Não há escolha neutra, há sim, interesses inscritos socialmente, que guiam o que será lembrado e o que será esquecido, assim como o que será dito ou não dito, o que será visto ou não, quem será visto ou não. Por isso mesmo, durante muito tempo, até pela relação direta que possuíam com o Estado, os documentos que traziam alguma notícia sobre a vida dos mais simples, eram os arquivos judiciais e essas pessoas só eram registradas nos papéis que as incriminavam.

Os pobres não escrevem, ou muito pouco, sua biografia (o arquivo judicial, domínio do pequeno delito antes de ser o do grande crime, mais raro, guarda mais incidentes de pouca importância do que assassinatos graves e exibe a cada página a vida dos mais carentes). (FARGE, 2009, p.14)

No caso supracitado, um arquivo da polícia do século XVII, esses registros nos mostram que a prioridade era manter a ordem, e quem era considerado desviante, entrava para essas páginas. Assim como observar o que uma sociedade descarta nos ajuda a entender como ela funciona, ao analisarmos os desvios, podemos compreender como a regra funciona. Além disso, arquivos, sejam enquanto sistemas de enunciados (FOUCAULT, 2008) ou instituições estão também ligados ao controle e aos limites das atividades administrativas, mas também denunciam o controle do Estado sobre as pessoas. Por isso, muitas vezes equivocamos quem sugere que não há memória sobre pessoas marginalizadas, visto que há montanhas de documentos a respeito delas.

A questão central é, onde essas memórias estão, e por quê. Elas não fazem parte do escopo de memórias que manteriam a coesão do grupo, traduzida nas

figuras míticas dos heróis nacionais ou nos chefes de Estado. São informações sobre pessoas que jamais fizeram questão de entrar “para a história”, e se acumularam ao longo da atividade de controle exercida por instituições repressivas do Estado. Da mesma forma, há centenas de notícias sobre pessoas que são mortas nas favelas do Rio de Janeiro, mas a maneira como elas são veiculadas transformam as vítimas em números ou perigos potenciais - como quando a polícia justifica uma morte dizendo que a vítima era suspeita de envolvimento com o tráfico de drogas, discurso este, inserido num determinado sistema de enunciados - para a sociedade, impossibilitando o luto das pessoas, a partir da proposição de que morreu um inimigo, portanto, alguém que merece menos empatia por parte dos demais (BUTLER, 2015).

Assim, há nos registros, em qualquer que seja seu suporte, algumas características essenciais: a intencionalidade, o olhar interessado e o discurso implícito que traz consigo, com base na época de criação e na função do seu produtor. A primeira característica, como falamos mais acima, trata-se do fato de que toda operação de preservação ou eliminação possui uma intenção, ainda que mínima, a partir do contexto social em que está inserido, estando seus efeitos também sujeitos aos contextos sócio históricos de cada época. O que irá constituir a memória ou o arquivo de uma sociedade, é forjado sempre a partir de decisões, conscientes ou não. A segunda é sobre o enquadramento dado pelo próprio criador do documento. No caso de uma fotografia, pode ser um ângulo mais ou menos favorável, no caso de um documento, pode ser simplesmente um ofício com uma mensagem sobre determinado assunto, que utiliza um tipo de discurso circunscrito pelo seu contexto, como era o caso dos carimbos encontrados nos documentos mais simples elaborados pelo órgãos durante a ditadura, que vinham com mensagens de apoio ao regime.

O discurso que vem no registro, em geral obedece ao contexto de criação e ao espectro político social a que ele serve. Por exemplo, muitas vezes a polícia utiliza em suas justificativas para assassinatos em comunidades, palavras como “suspeitos” e mesmo acusações mais explícitas de que as vítimas estavam envolvidas com o tráfico, pois no seu entendimento, isso seria suficiente para justificar a morte de pessoas causadas por essas operações. Eis um exemplo dos enunciados a que o filósofo Michel Foucault se referia. Ao compreender o contexto de criação desses registros, é possível saber o que estava por trás do texto.

No discurso, vidas são postas em jogo em algumas frases, e é por meio das palavras que se assume o risco da vitória ou da derrota. O importante aqui não é mais saber se os fatos relatados ocorreram exatamente dessa maneira, mas entender como se articulou a narrativa entre um poder que obriga a isso, um desejo de convencer e o uso de palavras que se pode tentar descobrir se foram emprestadas ou não de modelos culturais locais. (FARGE, 2009, p.34)

A análise desses documentos e discursos deve ser sempre fundamentada num contexto social em que o documento foi criado, já que este é fruto dessa sociedade. Como disse Farge (2009), não se trata de saber se o que foi dito no documento é verdade ou não, mas entender o que estava em jogo para que aquela instituição se articulasse daquela forma com a sociedade, e aqueles documentos fossem produzidos de modo a usar daquele tipo de discurso sobre essa parcela da população.

Assim como o Estado produz documentos, pessoas e grupos articulados, também. As páginas que estudamos nesta tese são uma forma de reação a esses enunciados, inscrevendo outros, a partir das vivências de quem está à margem da sociedade. As páginas RIO e SP Invisível trabalham em três etapas: a realização da entrevista enquanto produzem o registro audiovisual e/ou sonoro desta atividade, a transcrição da conversa e a difusão dessas histórias (resumidas) nas páginas. Será então que estamos diante de um tipo de acervo de arquivos pessoais?

Utilizando como base a definição da lei 8.159/1991, esses registros produzidos pelas páginas podem ser considerados arquivos privados, visto que, em seu artigo 11 esta Lei diz que, “Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.” (BRASIL, 1991, p. 2). Cada um desses registros sonoros, audiovisuais, iconográficos e textuais produzidos por essas páginas compõem um acervo que mantém vivos os projetos e são, de fato, o conteúdo que mantém essa atividade – fim¹⁷. Portanto, privados, podemos dizer que são. Mas o arquivo pessoal pressupõe que são documentos criados para atestar atividades da própria pessoa ao longo da sua vida.

Tanto no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) quanto no Glossário de Paleografia e Diplomática (LEAL; SIQUEIRA, 2011), a definição de arquivo pessoal é, “arquivo de pessoa física”, sem maiores detalhes. De qualquer

¹⁷ Atividade finalística de um dado órgão, instituição ou empresa. Está ligado à missão do mesmo.

forma, em todas as definições de arquivo pessoal, tratam-se de documentos criados *por* pessoas físicas, e não documentos *sobre* pessoas físicas. Por isso, não podemos definir o acervo das páginas como sendo um arquivo pessoal, mas um arquivo privado, oriundo das atividades da ONG SP Invisível e do projeto RIO Invisível, que registram histórias de vida e imagens de pessoas em situação de marginalidade social. Segundo Bellotto (2006), arquivos de organizações não governamentais também podem ser chamados de arquivos sociais, que seriam um tipo de arquivo privado, com documentação voltada para questões que envolvem movimentos sociais. Cook (1998) afirma que essa antiga dicotomia entre arquivos pessoais e públicos causava uma tensão incômoda, tendo sido o Canadá o país que adotou a inovadora proposta de arquivos totais, em que, excetuando-se os arquivos privados, todos os arquivos públicos consideravam também parte de seus acervos documentos acumulados por pessoas físicas.

Se essa virada epistemológica foi fundamental para o entendimento da importância da documentação pessoal como sendo parte do escopo de trabalho do arquivista, visto que, independentemente da origem, o tratamento arquivístico é bem semelhante (COOK, 1998). Pensar na documentação criada e acumulada no contexto digital constitui um novo desafio e também uma necessidade para a preservação da memória construída nesse ambiente. Mas independente de qual seja o suporte, toda instituição, pessoa ou empresa, gera documentos com base nas suas funções e atividades. Contudo, esses documentos podem ter múltiplas inter-relações e é preciso que isso fique claro na descrição dos mesmos. Por isso, Cook (1998), propõe para esses novos arquivos um modelo de descrição arquivística que contemple o contexto de criação desse documento e que seja capaz de refletir esse sistema dinâmico de inter-relacionamento. Esta atividade se trata de um processo eminentemente intelectual, que demanda conhecimentos sobre a criação e acumulação dos documentos, informações sobre o produtor, dentre outros. Seus objetivos principais são controlar e dar acesso. Já no final dos anos 1990, Cook (1998) percebia como a descrição precisaria se adaptar aos novos suportes, incluindo os hipertextos interligados aos sites como documentos a serem descritos.

Ora, se a descrição é uma etapa processada no contexto da documentação de valor permanente, para que ela seja cumprida, a gestão de documentos deve acontecer antes disso e é nela que são gerados os metadados necessários para que esta etapa seja cumprida de maneira satisfatória. Portanto, embora seja

imprescindível o desenvolvimento de um plano de classificação e tabela de temporalidade que, da forma mais objetiva possível, consiga mapear os documentos produzidos pela instituição/órgão/pessoa, traçar um valor e um prazo de guarda, é preciso também olhar para este produtor como algo complexo e inter-relacional. Segundo o autor canadense, a macro avaliação funcional – estrutural, “**ênfatiza** o valor arquivístico da posição, local ou funcionalidade da criação de documentos, em lugar do valor dos documentos por eles mesmos” (COOK, 1998, p. 136, grifo nosso).

Salientamos que é preciso focar no contexto de produção dos documentos para que não se perca de vista a complexa trama que os cria, mas como o próprio autor aponta, é uma ênfase, e não uma exclusividade, e nesta tese trabalharemos com a proposta de gestão integrada desses arquivos, de forma que contemple também os preceitos arquivísticos clássicos adaptados à realidade contemporânea dos arquivos produzidos na internet.

3.3 Arquivo e patrimônio digital

Se os arquivos estão presentes na trajetória humana desde as civilizações mais antigas, certamente foi necessário que eles se adaptassem às mudanças de suporte à que foram submetidos. Dos papiros aos pergaminhos, estes ao papel de origem chinesa feito de trapos de pano (LEAL; SIQUEIRA, 2011), além do papel de celulose conhecido por nós até os dias atuais, e finalmente, os documentos digitalmente produzidos. Todos fizeram parte de um movimento de sofisticação das formas virtuais de registros da memória. Não há dúvidas de que essas mudanças trouxeram impactos sociais e também desafiaram e aprimoraram o fazer arquivístico em cada transição. Com isso, foi a diplomática que iniciou, no século XVII, o trabalho de avaliar a autenticidade e falsidade ou falsificação dos documentos (LEAL; SIQUEIRA, 2011), criando uma série de princípios que até hoje dão base para analisar documentos, incluindo os criados em ambiente digital.

Assim como todos os demais objetos, os arquivos também foram afetados pela automatização dos processos e pelo fato de que os parâmetros de perfeição e funcionalidade deles foram se tornando proporcionais ao grau de automatismo. Porém, é preciso ter em mente que, independentemente de seu automatismo técnico, nenhum objeto é neutro, já que ele é criado por alguém. As máquinas são capazes de aprender e sofisticar seus graus de automação com base nas

programações que nós humanos fazemos para elas, como é o caso da inteligência artificial dos *Smartphones*, *Smart TVs*, *Chat GPT* e até do próprio Google, que também aprende com as pesquisas humanas. São operações técnicas que são executadas dentro de um contexto social próprio, mesmo que a tecnologia criada não tenha em si mesma um objetivo político específico.

Nesse contexto, durante o processo de transformação digital iniciado em meados do século XX, os arquivos e conseqüentemente, os arquivistas foram paulatinamente recebendo os impactos dessa transformação, visto que os registros de comunicação e de trabalho passaram a ser criados nesse novo ambiente. Contudo, o interesse por parte dos profissionais acerca do assunto não foi tão rápido quanto o desenvolvimento dessas tecnologias, e embora o tema tenha sido abordado já em 1965, no Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Paris, somente em 1971, em outra edição do congresso, que o tema chamou atenção para os profissionais da área (RONDINELLI, 2005).

No Brasil as iniciativas nessa seara só vieram a ser desenvolvidas em meados dos anos 1980, a partir do movimento de redemocratização, sendo aos poucos introduzido nos trabalhos acadêmicos entre os anos de 1990 e 2000. Novamente, e desta vez de maneira mais intensa, pela velocidade do processo de obsolescência e fragilidade desse ambiente e do seu suporte - visto que apesar de vivermos um processo de virtualização da vida, ele só é possível mediante a existência e manutenção de equipamentos que possam fazer a interface com os humanos -, como ocorrido em séculos pregressos, surgiram questões sensíveis relativas à autenticidade, confiabilidade e fidedignidade desses documentos, e dessa vez ainda mais preocupantes, dada a natureza desse novo suporte. Como garantir que não sofram alterações, percam sua validade e mesmo seja possível preservá-los e dar acesso a longo prazo, num ambiente tão fluido como é o digital?

Cabe ressaltar que, diferentemente de outras épocas, não se trata apenas de um suporte diferente, mas de um *ambiente* novo, que possui especificidades próprias e depende de manutenção e atualização constantes. A definição de documento digital do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística é a de que ele é um “documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional” (BRASIL, 2005, p.75). São documentos criados em camadas, muitas vezes invisíveis no corpo dos documentos, a exemplo dos metadados

(RONDINELLI, 2013). O que vemos diante da tela do computador é uma interface que traduz esses códigos para o entendimento humano.

Diante disso, a arquivística se vê desafiada pela obsolescência dos equipamentos, a constante atualização dos softwares e da transformação digital a passos galopantes que a sociedade vem passando. Atualmente, há formas de realizar essa análise, baseando-se na diplomática tradicional, e adicionando elementos importantes, por exemplo, o contexto tecnológico (RONDINELLI, 2013) e a partir daí, adoção de uma “cadeia de custódia digital arquivística”, que demanda cuidados específicos para a gestão e preservação desses documentos, de modo que assegure que eles não sejam manipulados (SANTOS, H; MAZUCO, F; FLORES, D, 2020, p.251). Ou seja, a revisitação desses preceitos arquivísticos, demandados pelas tecnologias de informação tem contribuído para dinamizar processos epistemológicos e de alguma forma, tirar os profissionais da área de uma certa zona de conforto (RONDINELLI, 2005) e fazer com que esses objetos, os arquivos, sejam cada vez mais percebidos pela sociedade como um produto seu, não apenas do Estado e da burocracia.

Até porque, se os arquivos realizaram este trajeto até o presente momento, é precisamente porque fazem parte da vida social, mesmo que boa parte da sociedade não os perceba. Eles são como pegadas na areia, que informam que um ser vivo (humano ou não) passou pelo caminho e deixou sua marca. Esse processo de deixar marcas foi sendo apenas sofisticado e, conforme aponta o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) e outros tantos autores que assim o definem, os documentos arquivísticos são criados a partir das atividades humanas, seja no âmbito privado, pessoal ou público, em qualquer que seja o suporte. Isso inclui também, o digital.

Até aqui, discorreremos sobre condições sociais que permitem ou não o aparecimento de certos grupos sociais na mídia ou nos arquivos, a maneira como lidamos com pessoas e objetos aceitando que alguns serão excedentes e sobre o fato de que os objetos são criados dentro de um contexto social, sendo os arquivos uma parte considerável desses objetos criados pela cultura. Agora, iremos caminhar a partir de uma perspectiva de que os registros digitais, aplicativos e sites são também objetos criados pela cultura, e estão delimitados como objetos digitais. Em nossa pesquisa, iremos observar especificamente páginas que possuem perfis no Instagram.

4. CURADORIA DE CONTEÚDO E DIREITOS HUMANOS: O CASO DAS PÁGINAS RIO INVISÍVEL E SP INVISÍVEL

Os direitos humanos, ao longo dos séculos, foram sendo utilizados de formas muito diferentes, de acordo com os interesses do momento. Desde a revolução francesa, no século XVIII até hoje, no século XXI, esse conceito foi plasticamente utilizado, algumas vezes até como uma forma de legitimar ações imperialistas contra países periféricos. Mas nesta tese, consideramos direitos humanos aqueles que, compreendendo as peculiaridades de cada cultura, garantem os direitos fundamentais, quais sejam, a vida, dignidade humana, moradia, acesso a comida e água de qualidade, liberdade de crença ou não crença, enfim todos os direitos assegurados no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, online).

Partimos da perspectiva de um Estado que deve deixar de possuir um caráter negativo, ou seja, que oprime e tira direitos, para um caráter positivo. Ou seja, ele tem por obrigação assegurar os nossos direitos (SANTOS, CHAUI, 2013). O fato é que, apesar de ser uma obrigação do Estado, no caso brasileiro por exemplo, mesmo sendo assegurado pela constituição federal, a maior parte das vezes o que acontece é que quanto mais baixo for o patamar de inclusão de uma determinada população, menos acesso aos direitos fundamentais essas pessoas possuem. E quanto mais os Estados se tornam reféns do assédio neoliberal, mais os direitos tornam-se privilégios.

Para Santos e Chauí (2013), o trabalho de movimentos e organizações sociais é um dos caminhos para tornar possível a luta pelos direitos humanos ser bem sucedida, considerando que são focos de luta por um mundo mais justo e uma sociedade mais digna. Como dizem os autores supracitados, vivemos uma crise civilizatória, que reúne diversas crises, ambiental, social, alimentar, energética, etc. Movimentos sociais e organizações que se posicionam contra essa espécie de fagocitose neoliberal que levará toda nossa sociedade a um colapso a médio e longo prazo, é um dos passos para que possamos tentar sair dessa crise:

Neste contexto, só é possível perturbar o automatismo político e econômico deste modelo mediante a ação de movimentos e organizações sociais suficientemente corajosos para darem a conhecer o lado destrutivo deste modelo sistematicamente ocultado, dramatizarem a sua negatividade e

forçarem a entrada desta denúncia na agenda política. (SANTOS, CHAUÍ, 2013, p.95)

Desta forma, essas páginas se conectam com essa forma de denúncia quando, ao colocarem nas mídias sociais narrativas de pessoas em situação de vulnerabilidade social, denunciam violências e descaso por parte do Estado, além de evidenciar a crueldade do sistema capitalista e sua ética do descarte. Por isso, para nós, essas páginas são um instrumento na luta pelos direitos humanos de populações que são historicamente marginalizadas e estigmatizadas, e isso tudo sendo construído junto dessas pessoas, a partir de suas falas e experiências.

Assim, neste capítulo iremos discutir sobre suas características enquanto documentos de arquivo, entender suas estruturas e adensar nossa hipótese de que esse acervo e esses movimentos não só são importantes apenas pelo seu papel social em si, mas que também se tratam de documentos de arquivo.

As páginas RIO e SP Invisível possuem, cada uma delas, particularidades que concernem ao seu contexto de criação e de desenvolvimento, e trataremos disso com profundidade mais adiante, utilizando o método proposto por Cook (1998), qual seja,

uma pesquisa cuidadosa sobre a funcionalidade de uma instituição (isto é, que identifique suas funções, subfunções ou subsubfunções, seus programas e atividades, tanto os rotineiros quanto os especiais, e a natureza de suas transações, de sua clientela e de suas (mutantes) estruturas internas). (COOK, 1998, p. 136)

Pretendemos contextualizar a origem dos documentos produzidos pelas páginas e principalmente, a dinâmica própria desse movimento de net ativismo, que, conforme elucidado em tópicos anteriores, possui em si mesmo um hibridismo e também uma fluidez constante, já que coexistem nesse universo, as pessoas, os registros, os computadores, celulares, equipamentos de filmagem e som, e todos, são importantes para constituição desse movimento. Além disso, essas páginas dialogam com o público em geral e recebem as devolutivas acerca do seu trabalho e de cada narrativa visual nos próprios posts, o que faz com que a página seja constantemente modificada pelas interações que recebem.

Para além disso, há o fato de que ambas as páginas surgiram com propósitos de divulgar histórias de pessoas em situação de rua, de forma que os olhares sobre elas fossem afetados a partir da difusão de suas experiências, mas ambas tomaram rumos diferentes dos pensados inicialmente. SP Invisível se tornou uma ONG em 2018 e RIO Invisível seguiu sendo uma página de mídia social, estabelecendo redes para ações coletivas, mas sem a regularidade de postagens e a institucionalização do movimento, até sua finalização, em 2021. Esses fatos não podem passar despercebidos, visto que ao descrever o acervo segundo os campos descritores que contam a trajetória do produtor, a criação da organização, com base na NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística), esse dado será importante para a contextualização de cada um dos projetos e a evolução de cada um deles.

O fato de que boa parte da documentação de atividade – fim é produzida digitalmente e destinada para o público via mídia social também é algo a ser analisado cuidadosamente, e a postura a ser adotada enquanto arquivista é a de trabalharmos juntos dos programadores para que os requisitos básicos, com base na legislação arquivística vigente, para manter essa documentação em segurança jurídica e de preservação sejam seguidos (COOK, 1998).

Adotar essa perspectiva é também compreender o papel ativo dos arquivos na constituição (ou não) da memória social da sociedade. E se hoje há a possibilidade de existir arquivos que são constituídos por narrativas de pessoas em situação de marginalidade social, isso pode indicar uma indexação de uma vontade sócio política de tornar essas histórias de vida parte da memória da sociedade (COOK, 1998). Com base nas proposições de Cook (1998), iremos traçar uma breve análise acerca das páginas, para que possamos delimitar o universo a que estamos nos referindo.

4.1 Análise do contexto, estrutura e atividades da página SP Invisível

Esse estudo dará base para, em outro momento desta tese, aprofundarmos esse mapeamento e criarmos um arranjo para a atividade - fim da ONG SP Invisível¹⁸, relacionando os documentos criados com as atividades realizadas.

¹⁸ Cabe ressaltar que a página BR Invisível foi criada também pelos mesmos criadores da página SP Invisível, em resposta às narrativas visuais que são divulgadas pelas páginas regionais, além de ser um irradiador das ações realizadas em nível nacional. Não a incluímos nesse quadro de análise de estrutura organizacional por ela ser uma parte da estrutura do SP Invisível que dialoga e cria pontes com as outras páginas semelhantes que estão atuando no país

Embora a RIO Invisível tenha parado suas atividades em 2021, o arranjo, voltado para a atividade fim pode ser utilizado para ela também, assim como para as demais.

Para essa análise, foram utilizadas como fontes as próprias páginas, a entrevista realizada durante a dissertação de mestrado (SOTOMAYOR, 2018) junto aos criados do RIO Invisível, vídeo do site da ONG SP Invisível¹⁹, além de uma entrevista ao vivo para o podcast Orbi TV²⁰ no dia 25 de novembro de 2022.

4.1.1 Contexto de produção

A iniciativa surgiu em 2014, a partir de uma experiência na igreja evangélica de Água Branca, em que os jovens André Soler e Vinícius Lima, junto de outros tantos jovens, foram provocados a fotografar as partes “invisíveis” da cidade de São Paulo. Dentre as diversas fotos que foram tiradas, eles observaram que haviam muitas fotos de pessoas em situação de rua, e nessas imagens, mal se via o rosto dessas pessoas, nem muito menos se podia saber quem elas eram. Então daí surgiu a ideia de trazer os rostos dessas pessoas ao protagonismo das fotografias.

Além disso, eles perceberam que para além de não serem vistas no sentido mais estrito do termo, elas também não eram vistas porque ninguém conhecia suas histórias. A partir desse incômodo, pensaram em como colocar em prática essa ideia de dar visibilidade a essas pessoas e perceberam que, pelo menos naquele momento e com as condições que possuíam, pegar uma câmera fotográfica e um gravador seriam a melhor estratégia. Posteriormente, as fotografias eram editadas, as entrevistas transcritas e as narrativas visuais postadas. No começo, essas ações eram adaptadas à rotina deles, e com o tempo, a partir dos impactos percebidos por eles acerca do trabalho desenvolvido, eles decidiram ir além.

Primeiro, eles procuravam ajudar essas pessoas, doando alguma coisa para elas, apesar de eles perceberem que o que elas mais prezavam era o diálogo em si. A partir daí, decidiram realizar as ações sociais que, para além de suprir suas necessidades fisiológicas básicas, pudesse também fazê-los se sentirem acolhidos. Embora estas ações tenham sido iniciadas no contexto religioso, o trabalho do SP Invisível nunca esteve ligado a um movimento organizado por parte da Igreja. A

¹⁹ <https://www.spinvisivel.org/institucional>

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=he-EeJQAKmw>

primeira iniciativa foi a de Natal, o chamado “Natal Invisível”. Posteriormente, vieram o “Inverno Invisível”, “Carnaval Invisível” e “Páscoa Invisível”, dentre outros que vão sendo realizados ao longo do ano. Atualmente, seu engajamento é maior no Instagram, mas a organização segue postando no Facebook e YouTube. Em 2018 suas ações se formalizaram e ela se tornou uma ONG.

4.1.2 Funcionalidade da Instituição e/ou Movimento Social

Desde 2018 atua como uma ONG, encabeçando campanhas periódicas (carnaval invisível, páscoa invisível, inverno invisível, natal invisível) para entrega de alimentos, produtos de necessidade básica e principalmente, momentos de sociabilidade. Muitas vezes, fazem parcerias com outras páginas com a logo “invisível” ao redor do Brasil usando como agregador das ações, a página BR Invisível, para realização das campanhas em conjunto. Mas não só isso, pois possuem parcerias com ONGs que também atuam na militância pela população em situação de rua, além de empresas que pessoas da sociedade civil que patrocinam o projeto. Além disso, criam pontes para reinserção dessas pessoas no mercado de trabalho, a partir do projeto “talentos invisíveis” e na garantia de uma primeira moradia, a partir do trabalho realizado pelo setor de assistência social da ONG.

4.1.3 Programas e atividades

Rotineiros

- Entrevista com pessoas em situação de rua, que consiste em diálogo e fotografia (ou filmagem) do entrevistado;
- Edição dos vídeos e/ou fotos, transcrição das narrativas orais;
- Divulgação das narrativas e imagens nas mídias sociais em forma de post nas redes sociais Instagram e Facebook;
- Divulgação de vídeos de campanhas no canal do YouTube;
- Campanhas periódicas e temáticas para aquisição de itens de higiene pessoal e alimentos: carnaval, páscoa, inverno e natal;
- Manutenção do site

Especiais

- Criação de livros com base nas histórias narradas por pessoas em situação de rua;
- Iniciativas pontuais na rua (campanhas pontuais, em geral realizadas em parceria com outras instituições).

4.1.4 Natureza de suas transações

A natureza de suas transações é eminentemente social. São pautadas em parcerias com pessoas e empresas que realizam doações e participam das ações de solidariedade nas ruas.

4.1.5 Natureza de sua clientela ou usuários

A natureza de seus usuários é híbrida, pois a ONG atua em duas frentes: a primeira, diretamente com as pessoas em situação de rua entrevistadas, trazendo para elas a chance de falar de si mesmas e de suas necessidades, além de providenciar itens de primeira necessidade para essa população. A segunda são os usuários das redes sociais que visitam as páginas e são os interlocutores desse processo, pois é a partir da visibilidade trazida pelas páginas que a ONG consegue sensibilizar pessoas e empresas para a questão da população em situação de rua. Essas duas frentes são interdependentes, e o que torna esse tipo de iniciativa pioneira é justamente o fato de que o projeto não começou primeiro e depois criou uma página, ele surgiu a partir dela e hoje o que acontece na rua é completamente mediado pela tecnologia e sem ela provavelmente perderia boa parte do seu sentido, já que sua missão, segundo seu site é, “conscientizar a sociedade através de histórias”.

4.1.6 Estruturas internas

- Mídias sociais: Facebook e Instagram SP Invisível; Instagram BR Invisível, YouTube
- Ações sociais - Carnaval, Páscoa, Inverno, Natal, além do “Talentos Invisíveis”
- Confecção de Livros
- Site

- Loja

4.1.7 Interações com significância arquivística

Para nós, todas as interações possuem uma significância arquivística, visto que o processo, desde a entrevista até sua postagem nas redes sociais, envolve a criação de documentos de atividade - fim: vídeos das ações, áudios das entrevistas, transcrição das entrevistas, as páginas de rede social e o site.

4.2 Análise do contexto, estrutura e atividades da página RIO Invisível

4.2.1 Contexto de produção

Foi criada em 2014 no Facebook, inspirada pela página SP Invisível. A página tem como objetivo criar afetos nos internautas ao se depararem com as histórias de pessoas em situação de rua. Mantiveram a logo “Invisível” da página SP Invisível (que se multiplicou Brasil afora) e, animados pela indignação de Yzadora Monteiro e Nelson Pinho com a questão das pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro foram realizar as entrevistas. Enfrentaram muitos desafios, em especial com os internautas que muitas vezes duvidavam de suas intenções e/ou esperavam deles ações mais voltadas para assistência daquelas pessoas, algo que com a estrutura que possuíam era muito mais difícil. Além disso, até o momento daquela entrevista, em novembro de 2016, o foco ainda era o de gerar reflexão a partir dessas histórias recolhidas, e eles estavam fazendo entrevistas mensais, de forma a organizar suas rotinas com a página, visto que suas necessidades de trabalho e estudo foram se impondo. Depois disso, ambos se afastaram do projeto e posteriormente ele foi gerido por Letícia e Carolina, que alimentaram as páginas de Facebook e Instagram até agosto de 2021.

Atualmente ela não é mais ativa, mas deixou um legado de mais de 100 histórias, que seguem online, sendo um projeto de divulgação das histórias e ressignificação do olhar dos internautas para as pessoas em situação de rua, contudo não se tornaram uma ONG.

4.2.2 Funcionalidade da Instituição e/ou Movimento Social

Começou sua atuação em 2014 como uma página de mídia social, primeiramente no Facebook e posteriormente o Instagram também, divulgando as narrativas de pessoas em situação de rua da cidade do Rio de Janeiro. Participou, em 2021, de campanhas nacionais lideradas pela ONG SP Invisível para arrecadação de itens de necessidade básica. Contudo, apesar dessas participações pontuais, seu objetivo e função seguiam sendo a divulgação das histórias, sem focar em ações sociais. O foco era despertar afetos sobre essas pessoas, torná-las visíveis.

4.2.3 Programas e atividades

Rotineiros

- Entrevista com pessoas em situação de rua: diálogo e fotografia (ou filmagem) do entrevistado
- Edição dos vídeos e/ou fotos, transcrição das narrativas orais
- Divulgação das narrativas e imagens nas mídias sociais em forma de post.

Especiais

- Campanhas periódicas e temáticas para aquisição de itens de higiene pessoal e alimentos: Páscoa, inverno e natal

4.2.4 Natureza de suas transações

A natureza de suas transações era eminentemente social. Eram pautadas nas entrevistas com pessoas em situação de rua e em parcerias com pessoas e páginas que estavam na rede “BR Invisível”, participando de campanhas de solidariedade junto desses grupos.

4.2.5 Natureza de sua clientela ou usuários

A natureza era híbrida, pois tanto se tratavam dos internautas que acessaram (e ainda acessam) as páginas para conhecer as histórias quanto, principalmente, as pessoas em situação de rua/marginalidade social que eram entrevistadas.

4.2.6 Estruturas internas

- Mídias sociais: Facebook e Instagram SP Invisível.
- Ações sociais

4.2.7 Interações com significância arquivística

Para nós, todas as interações possuem uma significância arquivística, visto que o processo, desde a entrevista até sua postagem nas redes sociais, envolvia a criação de documentos de atividade - fim: vídeos das ações, áudios das entrevistas, transcrição das entrevistas e as páginas de rede social.

Como foi possível observar nos tópicos acima, as páginas tomaram rumos diferentes e com isso suas estruturas organizacionais também foram se tornando diferentes, sendo a SP Invisível, hoje, uma ONG com uma organização interna complexa, enquanto a página RIO Invisível parou suas atividades em meados de 2021 e até então manteve seu foco na divulgação das histórias, fazendo ações sociais muito pontuais e sempre em parceria com outros projetos já existentes. Ambas criaram uma documentação que em sua maioria é digital e esses projetos só permanecem vivos enquanto houver interação humana *in loco* e digital e cada uma das funções está integrada às outras. Assim, quando os membros da RIO Invisível pararam com as entrevistas, a página também parou de ser atualizada e o objetivo de sua existência acabou ali, embora tenha deixado um legado importante, como várias outras pelo país.

Em ambos os casos, uma das funções primordiais, que deu origem a todas as outras, é a de manutenção da página nas mídias sociais, que tanto recebe o *upload* de objetos digitais como também é um objeto digital em si mesmo e, mais importante ainda, é a espinha dorsal de ambos os projetos, que dependem dessa etapa do trabalho para permanecer vivo.

No caso da ONG SP Invisível, ainda há o site, que também demanda um trabalho de preservação digital. O fato é, que diferente de outras instituições mais comuns, a página na mídia social não faz parte das atividades – meio, ou seja, não é uma estratégia de marketing, ela faz parte das atividades – fim, é a razão de ser desses projetos. Evidentemente que os responsáveis pelo projeto não têm o objetivo

de colocar as histórias ali para ganhar *likes*, a proposta é que os internautas se conectem com essas pessoas e suas histórias a partir da sua divulgação na página. Portanto, todas as ações sociais são criadas a partir do estímulo dos afetos dos internautas para juntarem-se à causa e realizarem doações. Na *bio*, os seguidores das páginas podem encontrar o link do site, caso desejem doar ou se tornar voluntários, mas é na página que o contato é criado. E é nessa interseção que encontramos o patrimônio arquivístico digital que propomos nesta tese.

Figura 5 - cabeçalho da página SP Invisível



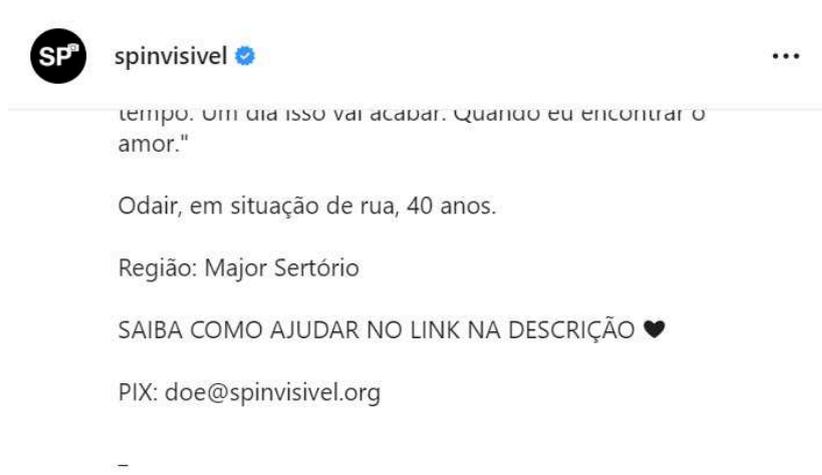
Fonte: [instagram.com/spinvisivel](https://www.instagram.com/spinvisivel)

Figura 6 - Post da página SP Invisível



Fonte: [instagram.com/spinvisivel](https://www.instagram.com/spinvisivel)

Figura 7 - Post da página SP Invisível (link para doações)



Fonte: [instagram.com/spinvisível](https://www.instagram.com/spinvisível)

Figura 8 - Post da página SP Invisível (comentários dos internautas)



Fonte: [Fonte: instagram.com/spinvisível](https://www.instagram.com/spinvisível)

Conforme Cook (1998) nos alertou, a partir do advento das tecnologias de informação, as organizações e instituições não possuíam mais, necessariamente, características estanques e bem definidas, e a produção de arquivos tende a ficar cada vez mais complexa. Essas páginas deixam isso bem claro, em especial SP Invisível, que aprofundaremos mais nossa análise por ser da iniciativa que se tornou oficialmente uma ONG. Mantivemos a análise da página RIO Invisível por ser um exemplo de uma página que teve o mesmo propósito mas não teve o mesmo fim, como muitas outras Brasil afora, mas que nem por isso deixam de ter importância, dado o legado de informações e histórias sobre pessoas em situação de vulnerabilidade em diversas cidades do país.

O movimento pode ter tido fim em algumas dessas cidades, mas a importância desses trabalhos permanece e merece ser observada. E, para além disso, esse fenômeno nos alerta para uma questão muito séria que envolve movimentos que tem como base as mídias sociais: sua finitude é sempre mais provável do que sua continuidade e com isso, como lidar com a preservação? Normalmente, essa documentação produzida fica nas mãos de quem os produziu e que muitas vezes não tem condições de realizar uma preservação a longo prazo, o que pode fazer com que todo um trabalho de memória possa se perder em meio ao mar de informações da Internet.

O que há em comum entre todas elas é que, independentemente de serem descontinuadas ou se tornarem ONGs com uma existência longa e próspera, todas são páginas que tiveram sua existência pautada na divulgação de histórias de pessoas em situação de vulnerabilidade social, e em sua gênese, de alguma forma, queriam trazer impactos afetivos e, quem sabe, sociais, a partir das narrativas dessas pessoas acerca de suas vidas e como elas foram parar ali. SP Invisível e RIO Invisível elucidam de maneira didática os dois possíveis destinos desse tipo de movimento social e ambas trazem a mesma problemática, que, mais cedo ou mais tarde vem à tona: como preservar um acervo tão rico, mas tão sensível que é criado para a mídia social como parte de sua atividade - fim? Se em instituições em que os sites e páginas de redes sociais são parte da difusão, mas não uma de suas atividades - fim, a questão da preservação já é bastante sensível, quando essa difusão é a parte central de suas atividades, a situação se complexifica ainda mais.

No decurso desta tese, reconhecemos as dificuldades de manter um trabalho de preservação digital, pois além de compreendermos que a preservação deve começar na gênese da criação dos documentos e, nesse caso, esses documentos foram criados sem a previsão de um trabalho dessa ordem. Atualmente, tudo o que fosse pensado nesse sentido deve abarcar o legado já existente e ainda, os novos documentos a serem criados, sejam eles atividade - meio ou fim. Para tanto, há bibliografia extensa sobre o assunto - ainda que sua aplicabilidade não seja, infelizmente, uma realidade na maior parte das instituições públicas e privadas. Assim,

A prática da gestão documental é obviamente importante no processo de manutenção da cadeia de custódia digital dos documentos arquivísticos, afinal, a gênese documental é onde ocorre a criação e o uso destes documentos, que podem iniciar já em ambiente custodiado e com princípios de confiança e autenticidade. Após o uso na gestão documental, este

documento é avaliado em seu contexto e inserido para preservação num repositório digital confiável, de onde saem as derivativas de acesso disponíveis em ambientes de difusão e acesso ao acervo. (LUZ, 2018, p.99)

Na melhor das hipóteses, a documentação seguiria esse caminho. Contudo, o que temos no caso desses projetos, são os documentos nato digitais sendo produzidos sem levar em consideração sua preservação, que demanda, sobretudo, um trabalho e investimento financeiro contínuos, o que muitas das vezes, ONGs ou pessoas físicas que se dispõem a manter esse tipo de acervo de movimento social (acervo esse que se confunde com o próprio movimento), não tem condições de arcar.

Ao compreendermos essas páginas enquanto documentos de arquivo, bem como o acervo que dá origem à elas, sabemos da importância do seu tratamento contínuo para, não só sua preservação, como também atestar sua fidedignidade e autenticidade. Ao analisarmos o modelo de *Record Continuum* do arquivista Frank Upward, utilizado no artigo de Luz (2018), percebemos que ele trabalha com 4 dimensões e etapas da vida do documento de arquivos. A primeira delas seria sua **criação**, que é onde está declarada a ação que lhe deu origem; a segunda, seria a **captura**, em que o documento passa a fazer parte de uma série documental. A terceira seria a **organização**, onde a documentação estaria no arquivo onde a memória institucional é estabelecida. Por último, vem a **disseminação**, onde esse conjunto de arquivos extrapola a própria instituição e começa a fazer parte da memória social ou coletiva, e mais ainda, nesse momento, as funções são identificadas como propósitos. Essas dimensões, segundo o autor,

garantem, portanto, que os repositórios de gestão e guarda documental estruturam as evidências que compõem as identidades e as transações das instituições. Este modelo possibilita uma abordagem holística do processo de custódia documental, garantindo uma cadeia de custodiadores identificados com propósito único. Nesse sentido, além de comparar estas ações com a cadeia de custódia documental, podemos também comparar o modelo Record Continuum com as atividades e ações na Curadoria Digital. (LUZ, 2018, p.97)

Pensando nisso, ao nos debruçarmos sobre as páginas, tanto SP Invisível, quanto RIO Invisível, podemos perceber que elas não são capazes, pelo menos até o momento em que redigimos esta tese, de passar por duas dessas quatro etapas: a captura e a organização. Pela natureza desses movimentos, que funcionam

atrelados às redes sociais, os documentos, em especial de atividade - fim, são criados e enviados para sua fase de disseminação, pois dependem disso para manterem o movimento vivo. Acontece que como essa documentação não passa pelas dimensões da captura e organização, isso fragiliza sua preservação e acesso futuros, além de não haver garantia de uma cadeia de custódia, o que é imprescindível para que essa documentação possa ser utilizada como fonte de prova e/ou pesquisa futuras sem sua autenticidade e fidedignidade serem questionadas.

Para tanto, sabemos que seria preciso que, na dimensão captura, essa documentação fosse gerida por um SIGAD²¹ e na dimensão Organização, um RDC-Arq²² para preservar esses documentos, antes de sua disseminação nas redes. Para que tudo isso fosse possível, primeiramente, seria necessário que a cultura desses movimentos sociais e ONGs fosse moldada para o que chamaremos aqui de uma postura de preservação.

Todos os que trabalham com a atividade - fim da ONG deveriam, primeiramente, perceber que o que estão produzindo são documentos de valor permanente. Primeiramente, é claro, é necessário realizar uma pesquisa baseada nos documentos criadores das páginas, sua missão e objetivo, e tudo o que necessitam para chegar até ele. Assim, será possível estabelecer a criação de um plano de classificação para a atividade fim, e um para atividade - meio, que pode se basear no que já é utilizado em organizações semelhantes. Posteriormente, junto a um corpo técnico multidisciplinar, faz-se necessária a elaboração da tabela de temporalidade para atividades fim e meio, e assim será possível eliminar o que for necessário para que seja possível destinar recursos à preservação dos documentos permanentes, neste caso, sendo um deles, as narrativas visuais que são disseminadas nas redes sociais, já que as ONGs só existem por conta desses registros. Além disso, conforme já foi dito nesta tese, acreditamos que se trata de um acervo de relevância social, e mais adiante, aprofundaremos esse tema.

²¹ Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de documentos. Tem como objetivo realizar a gestão da documentação digital e analógica de forma integrada, a partir da adoção de critérios para atestar sua confiabilidade e autenticidade, garantindo sua cadeia de preservação até que seja recolhido a um repositório digital confiável ou seja eliminado.

²² Um repositório digital confiável é aquele capaz de manter a autenticidade e confiabilidade dos documentos e manter sua preservação pelo tempo necessário. Para que ele funcione, é necessária a adoção de políticas que estabeleçam regras, tanto do ponto de vista técnico quanto de posturas relativas às medidas a serem adotadas por todos os envolvidos no processo de criação e acumulação dos documentos.

Dito isto, seria necessário então criar um programa de gestão da documentação e uma política de preservação, baseados nas normativas disponíveis pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e todo arcabouço teórico disponível atualmente com estes fins, que iriam moldar toda a forma de tratar toda a documentação produzida por essas organizações não governamentais e demais movimentos sociais menos institucionalizados, mas nem por isso, menos importantes. Por último, seriam escolhidos os softwares mais adequados para tais fins mediante a realidade de cada uma delas. Essa postura de preservação seria crucial para a garantia da salvaguarda desses documentos por mais tempo, de forma que o potencial informacional e de memória que eles possuem, não se percam no tempo.

O maior desafio para que isso se torne possível é a aplicabilidade disso para organizações que, muitas vezes, dependem de doações para se manter, enquanto ao mesmo tempo geram um grande volume de documentos sem a devida gestão. Mas a documentação desses movimentos, apesar de considerável e complexa, ainda é pequena, se comparada à instituições públicas ou empresas muito grandes, portanto, ainda é possível, mediante interesse e possibilidade por parte das mesmas, reverter esse quadro, e adotar uma postura de preservação, desde que amparados por profissionais e/ou instituições arquivísticas que possam utilizar seus conhecimentos e recursos para auxiliá-los neste processo.

Enquanto isso não é possível, consideramos que essa tese deve se ater a alguns pontos que podem auxiliar, e decidimos utilizar a curadoria de conteúdo (LUZ, 2018) como um primeiro passo para, um dia, ser estabelecido um programa de preservação para essas ONGs e movimentos sociais. Faremos, dadas as circunstâncias, um caminho inverso de curadoria, visto que, “ a curadoria digital ocorre mais fortemente na fase de gestão de documentos e na custódia definitiva e a curadoria de conteúdo aplicável na fase de acesso e difusão permanente.” (LUZ, 2018, p.99).

Na impossibilidade de atuarmos diretamente na gestão dessa documentação, visto que entendemos que nosso papel não é de consultores em gestão de documentos e sim, algo que necessitaria um projeto específico para tal feito, nos atemos ao nosso papel de pesquisadores da área de memória e patrimônio, focando no uso da curadoria do conteúdo que essas páginas trabalham, voltando nossos esforços para a proposta de que, ao elucidarmos a informações relevantes que

emergem dessas narrativas, a partir da análise de categorias que mais se repetem num recorte de 330 posts, entre os anos de 2014 e 2022, e que podem auxiliar no futuro desenvolvimento de políticas públicas voltadas à essa população, a partir das questões que elas mesmas evocam em suas falas.

Diferente da criação de conteúdos, a curadoria refere-se mais em encontrar e fornecer uma ligação (link) para conteúdo online já criado. Conteúdo curado é significativo quando filtrado e direcionado para um tópico específico. O poder do conteúdo colaborativo emana do fato de ser filtrado e organizado por seres humanos em oposição aos muitos sistemas de classificação / revisores que são gerados por computadores. (CORREIA, 2018, p.16)

Ao sistematizar os conteúdos que emergem dessas narrativas visuais, podemos, a partir do nosso recorte da luta pelos direitos humanos tendo a memória como instrumento, filtrar e organizar intelectualmente esse acervo para que ele possa ser reutilizado futuramente como uma possibilidade de mudança social, a partir da relevância de seu acervo. Vale ressaltar que essa curadoria que iremos realizar, não tem como objetivo o marketing das ONGs ou, como é bastante comum, curadoria de conteúdo voltada para pesquisa de dados científicos.

Neste caso, estamos utilizando essa metodologia para, dentro de uma mesma página, criar subsídios para para sua futura organização e preservação digital, e elucidar o que emerge das narrativas visuais. Não utilizamos nenhum tipo de aplicativo, ou seja, ela será realizada manualmente.

4.3 Diplomática aplicada às páginas RIO e SP Invisível: seriam essas páginas documentos de arquivo?

Como já foi dito anteriormente, a preservação digital é um processo contínuo e que demanda não só investimento financeiro, como também intelectual, visto que as constantes mudanças nesse ambiente costumam requerer de nós uma constante atualização dos conhecimentos. Por isso mesmo, é necessário que a escolha de preservar seja baseada em critérios bem definidos, para que, assim como ocorre no ambiente analógico, não haja desperdício de recursos e esforços.

Conforme aponta Damin (2020), o *Instagram* por si só, é um objeto digital, mas que pode ser dividido em partes fixas e voláteis. As partes fixas dizem respeito à estrutura da plataforma, e as voláteis são justamente as criações dos usuários da plataforma, “são as imagens, os vídeos, os textos, as mensagens trocadas, os

comentários nas postagens, entre outros, que aparecem no *feed*, nas histórias, nas transmissões ao vivo e no IG TV." (DAMIN, 2020, p.50) e embora haja uma separação didática, ambas as partes, voláteis e fixas, não existem uma sem a outra.

Neste sentido, os objetos digitais a serem estudados nesta tese, são as páginas e o conteúdo produzido por elas, que são o que dão sentido à toda proposta do *Instagram*, visto que sem os registros dos usuários, ele não teria razão para existir. A peculiaridade, e talvez o maior desafio associado ao estudo desses objetos, até aqui compreendidos como potenciais documentos de arquivo, reside no fato de que eles são passíveis de modificações diversas. É possível criar um objeto digital, e este ser sobreposto por camadas de intervenção como *gifs*, por exemplo (DAMIN, 2020). Assim,

o deslocamento de um objeto digital originalmente publicado no perfil e visualizado no feed para as histórias, por exemplo, formaria também dois objetos digitais diferentes, já que possuem características distintas, como tamanho da imagem (nas histórias o formato de publicação padrão é vertical, enquanto que no feed é quadrado, apesar de permitir a publicação em outros formatos), entre outros. (DAMIN, 2020, p. 55)

Como então pensar nesses registros como arquivos, se uma das prerrogativas para a definição de arquivos, é que ele possua "conteúdo estável" (RONDINELLI, 2013)? Primeiramente, é preciso esclarecer que é comum que os documentos digitais possuam atributos não aparentes, conforme apontado anteriormente. Segundo que ele está inserido em contextos diversos, e pode possuir acréscimos, que são previstos. Para que as prerrogativas diplomáticas sejam seguidas, portanto, é preciso, num ambiente como esse, que se mantenha a cadeia de custódia digital arquivística, para que ela garanta "a forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto, ação e cinco pessoas (no mínimo as três: autor, redator, destinatário)." (LUZ, 2018, p.100).

Segundo Rondinelli (2013), estas características elencadas acima, são necessárias para afirmarmos que um documento digital seja considerado arquivístico, visto que nem tudo o que é produzido nesse ambiente é necessariamente um arquivo, e assim como nos suportes analógicos, possui características específicas. Como dito em outros momentos do texto, nossa principal hipótese é a capacidade dessas mídias de poderem contribuir para uma visibilidade

e, principalmente, reconhecimento da existência de vidas que historicamente são consideradas quase vidas (BUTLER, 2015).

Esses registros digitais são essa possibilidade de visibilidade e reconhecimento, seja por meio da iconografia, dos documentos textuais ou audiovisuais. E no Instagram como um todo, o carro chefe são as imagens. A não ser na ferramenta *Stories*, em que há também a possibilidade de apenas escrever, nos *feeds* são vistas imagens a todo momento, em movimento ou não²³. E as imagens por si só, sem considerar todo o contexto da mídia social, são uma forma de oferecer um conhecimento não conectado com a experiência (SONTAG, 2004). Assim,

Quando algo é fotografado torna-se parte de um sistema de informação, adapta-se a esquemas de classificação e de armazenagem, que abrange desde a ordem cruamente cronológica de sequências de instantes colados em álbuns de família até o acúmulo obstinado e o arquivamento meticuloso necessários para usar a fotografia na previsão do tempo, na astronomia, na microbiologia, no reconhecimento militar e na história da arte. (SONTAG, 2004, p.172)

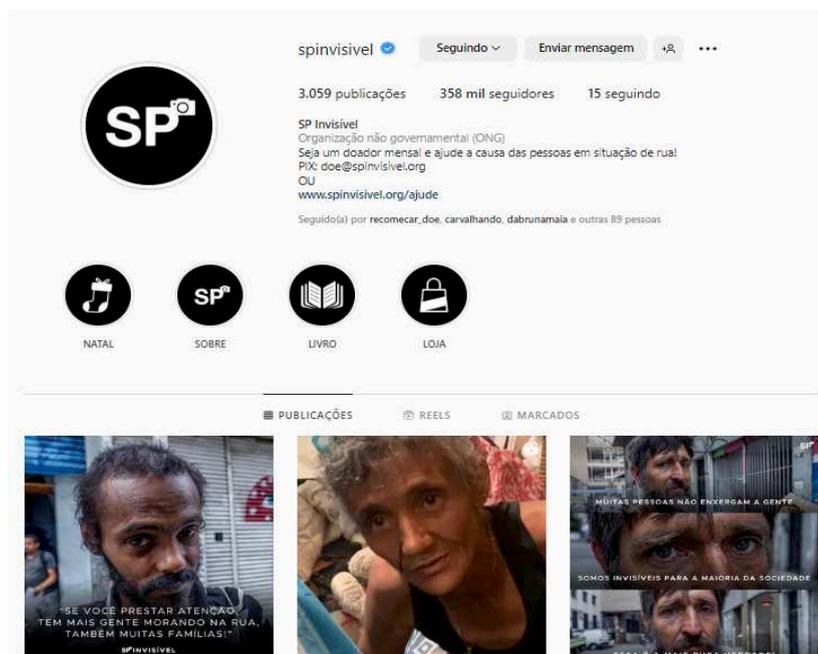
Se antes as fotografias eram itens mantidos em álbuns de família ou mesmo para pesquisa, hoje seu uso foi expandido e popularizado, muito em parte por conta das mídias sociais e pela portabilidade oferecida por meio dos smartphones, que atuam como álbuns abertos ao público. Agora os sistemas de informação de fotografias estão online, e podem ser acessados por milhares de computadores ou celulares. Colocando uma lupa no corpus da nossa pesquisa podemos dizer que, os instantes nas vidas de pessoas em situação de rua, quando registrados em fotografias, tornam-se parte de um sistema de informação e possuem potencial para serem classificados e preservados, pela possibilidade que elas trazem de aparecimento de corpos tradicionalmente ignorados (BUTLER, 2018).

Em última instância, esses registros trazem informações sobre grupos sociais marginalizados e preservá-los pode ajudar na elaboração de políticas públicas destinadas a essas pessoas. Para nós, seu acervo e sua página podem sim constituir um arquivo de relevância social e, lançando mão do aporte teórico disponível na área, iremos elencar suas partes constituintes, de modo que fique

²³ Recentemente, segundo o CEO do Instagram, agora a plataforma foca e gera mais engajamentos para imagens em movimento, ao invés das fotografias.
<https://canaltech.com.br/apps/instagram-nao-e-mais-um-app-para-compartilhar-fotos-diz-chefe-da-red-e-social-188719/>

evidente não apenas sua relevância social, mas os requisitos técnicos que podem sustentá-lo como tal (RONDINELLI, 2013).

Figura 9 - Estrutura macro da página (SP Invisível)



Fonte: [instagram.com/spinvisivel](https://www.instagram.com/spinvisivel)

Figura 10 - Estrutura específica dos posts (SP Invisível)



Fonte: [instagram.com/spinvisivel](https://www.instagram.com/spinvisivel)

Figura 11 - Estrutura macro da página (RIO Invisível)



Fonte: [instagram.com/rioinvisible](https://www.instagram.com/rioinvisible)

Figura 12 - Estrutura específica dos posts (RIO Invisível)



Fonte: [instagram.com/rioinvisible](https://www.instagram.com/rioinvisible)

Ambas as páginas, como é possível observar, relacionam seu objetivo, expresso na *bio*, com o conteúdo de seus posts. Segundo SP Invisível afirma nessa área da página, ela se trata de uma ONG que ajuda pessoas em situação de rua, e ainda convida os internautas a contribuírem na causa, enquanto a RIO Invisível afirma que potencializa vozes de pessoas em situação de rua.

Ainda naquele espaço do “cabeçalho”, a página SP Invisível possui os Destaques, que são stories que ficam disponíveis pelo tempo que o dono da página

quiser, diferente dos stories comuns, que têm seu post apagado em 24 horas. Nesses destaques, existem informações acerca de suas campanhas, livros e lojas. Nos posts, a estrutura de ambas é semelhante, contendo a fotografia, a narrativa do entrevistado, no local da descrição da foto, a data em que foi realizado o upload, e as interações dos usuários, logo abaixo. Feitas essas observações, vamos ao quadro que pretende realizar uma análise diplomática dessas páginas:

Tabela 2 - Análise diplomática: páginas Rio Invisível, SP Invisível

CARACTERÍSTICAS E PARTES CONSTITUINTES	ANÁLISE DIPLOMÁTICA DAS PÁGINAS RIO E SP INVISÍVEL
Relação orgânica	Relação presente entre os objetivos das páginas, de criar afetos e potencializar vozes das pessoas em situação de rua, e os documentos gerados: fotografias, vídeos, áudios e textos. Além da relação, no caso do SP Invisível, das mídias sociais e demais páginas do projeto, como site e YouTube da ONG.
Ação	Estes registros são, na verdade, a atividade – fim desses projetos, e dão sentido à existência das páginas, contudo, não se originam de atos legais/jurídicos, mas de ações sociais que fazem parte da lógica desses movimentos.
Anotações	As possíveis adições nos textos da descrição, atualização de dados da fotografia
Contexto	Os documentos estão inseridos no <u>contexto tecnológico</u> ; no <u>contexto jurídico</u> em que uma página é uma ONG e outra uma ação coletiva; <u>contexto de proveniência</u> é que os registros se trata tão somente de imagens, relatos e dados que se refiram às pessoas em situação de vulnerabilidade social de outras páginas que executam projeto semelhante ou entrevistados das próprias páginas e ao trabalho executado por eles.
Suporte	No contexto tecnológico; hardware
Atributos	Compreendemos que estão expressos em metadados dos registros gerados
Componentes digitais	Os documentos gerados que são manifestados na página (fotografias, vídeos, textos)
FORMA DOCUMENTAL	
Elemento intrínseco - Autor	RIO Invisível; SP Invisível
Elemento intrínseco - Redator	Voluntários, membros da ONG ou, dependendo do caso, líderes dos projetos
Elemento intrínseco - Destinatário	Os usuários do Instagram
Elemento intrínseco - Originador	Voluntários, membros da ONG ou, dependendo do caso, líderes dos projetos
Elemento intrínseco - Data cronológica	Nas postagens as datas são visíveis para os criadores do conteúdo, já os visitantes dos perfis, a partir de algum tempo, passam a ver há quantos dias e

	semanas foi postado, dado que é incluído e atualizado pelo próprio sistema.
Elemento intrínseco - Data tópica²⁴	Em geral, mas não todas as vezes, as cidades e bairros em que ocorrem as entrevistas são registradas nas postagens para os visitantes das páginas.
Elemento intrínseco - Indicação e descrição da ação ou assunto	Em todas as postagens, as descrições são realizadas, e são parte integrante deste acervo, ligando as fotos às histórias de vida narradas pelas pessoas entrevistadas.
Elemento intrínseco - Atestação	Login, IPs e IDs do voluntário, membro da ONG ou líder do projeto que realiza os uploads dos posts e stories. Elemento fundamental para atestar que esse documento foi criado por alguém de dentro do projeto, e não um invasor. Ele atesta que o autor é quem diz ser.
Elemento extrínseco - Apresentação geral	Cabeçalho contendo informações sobre o projeto, formas de ajudar e/ou seu objetivo. Nos posts, fotografias e/ ou vídeos com descrição das narrativas e/ou campanhas.
Elemento extrínseco - Apresentação específica	Link de campanhas na <i>bio</i> , os Destaques, posts no <i>feed</i> de notícias e os stories.
Elemento extrínseco - Assinatura digital ou logomarca	Logomarca sempre caracterizada pela sigla da cidade, com uma câmera colada na última letra da sigla da cidade, no canto superior direito.

Fonte: Dados da pesquisa

A partir desta análise, realizada com base nos elementos que Rondinelli (2013) aponta como sendo as partes constituintes, intrínsecas e extrínsecas dos documentos digitais, é possível alegar, tecnicamente, que estas páginas são documentos arquivísticos em potencial e que possuem a maioria dos elementos de forma que necessitam para serem considerados como tal. Contudo, eles possuem um dinamismo próprio à sua natureza e, para manter características que atestam sua autenticidade, é preciso que haja um trabalho de preservação digital, que consiste em “ações de preservação logo após a criação, após o uso, em prazo de guarda temporária, e sempre de forma cíclica, para garantir acesso a longo prazo” (LUZ, 2018, p.95).

É necessário também, classificá-los no que concerne à sua possibilidade de interação, visto que uma das características diplomáticas que podem atestar a autenticidade dos documentos, é sua forma fixa e conteúdo estável, elementos muito difíceis quando tratamos da documentação digital produzida em mídia social.

²⁴ Segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (BRASIL, 2006), equivale ao local de produção de um documento.

Portanto, nesse ambiente, é preciso levar em conta algum grau de variabilidade, e neste sentido, eles podem ser diferenciados entre estáticos ou interativos (RONDINELLI, 2013).

Estas páginas podem ser consideradas, à princípio, como interativas, visto que os usuários, embora não possam mudar o conteúdo da postagem, podem interagir com ela realizando comentários e/ou curtindo, o que muda a forma inicial do *feed*, mas não pode modificar o conteúdo, sendo essa ação permitida apenas para os gerenciadores da página. São também dinâmicos, visto que é possível que haja interações não só com o usuário, mas também com outros sistemas em tempo real, com regras variáveis. Neste sentido, é necessário aplicar a esses documentos, o conceito de variabilidade limitada (RONDINELLI, 2013).

Ocorre que, para que estes documentos sejam tornados arquivísticos, eles precisam estar em um ambiente que garanta a sua acurácia, confiabilidade e autenticidade, elementos que conferem sua credibilidade (RONDINELLI, 2013). E considerando que as redes sociais são espaços demasiado fluidos, a forma mais viável de fazer isso, é com a “remoção para outro sistema, concebido a partir de critérios arquivísticos.” (RONDINELLI, 2013, p.260). Sem dúvidas, não consideramos que a documentação devesse ser retirada do ar, até porque, é ali que ela toma forma e sua atividade – fim é manifesta, mas é preciso que seja realizada sua gestão em um ambiente de preservação digital que garanta que gerações futuras, e mesmo a atual, possam acessá-la com segurança, o que é possível a partir da adoção de um plano de preservação digital, conforme aponta a resolução nº 43 do CONARQ:

Os documentos arquivístico digitais em fase corrente e intermediária devem, preferencialmente ser gerenciados por meio de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD, a fim de garantir o controle do ciclo de vida, o cumprimento da destinação prevista e a manutenção da autenticidade e da relação orgânica. (BRASIL, 2015, p. 4)

Vale ressaltar que o SIGAD, conforme afirmado anteriormente, deve estar associado a um repositório digital confiável, de modo que em todas as suas fases os documentos tenham sua gestão, preservação e acesso assegurados. A complexidade desse acervo aumenta à medida que vamos pensando quantos são, de fato, os registros deixados por esses grupos, sendo a página mais um deles. Ela

é o objetivo final, mas até chegar nesse objetivo, inúmeros outros documentos são criados.

SP e RIO Invisível, possuem, em princípio, documentos digitais estáticos antes de realizarem o upload das histórias para a mídia social. Por isso, a partir das características basilares da diplomática quais sejam, forma fixa e conteúdo estável, eles se enquadram perfeitamente, e além disso, são criados a partir de atividades de um determinado grupo ou instituição. Porém, no momento em que entram no Instagram, deixam de ser documentos de arquivo separadamente (fotografia ou vídeo, texto transcrito e o áudio que deu origem) e passam a integrar, conjuntamente, na forma do post o elemento visual + textual inserido no objeto digital RIO/SP Invisível, que está contido no objeto digital *Instagram*. Consideramos que essas páginas são um arquivo em potencial, necessitando de um repositório adequado para registrar também as interações ocorridas, sendo necessário realizar também uma gestão e preservação paralela à adotada para os documentos gerados anteriormente aos uploads.

4.3.1 Por que consideramos esse acervo um patrimônio digital?

Durante as três primeiras seções desta tese, nos dedicamos a refletir acerca do percurso histórico que nos trouxe até aqui, trabalhando questões como invisibilidade ou visibilidade negativa de pessoas em situação de marginalidade social, estigma, os efeitos do neoliberalismo e a relação entre os restos e os rastros que deixamos na sociedade e o papel que a memória pode cumprir no apagamento ou reconhecimento de situações e pessoas.

A partir daí, trabalhamos a relação entre as mídias sociais, produto dessa sociedade de consumo, com os movimentos de net - ativismo que estudamos ao longo da tese, SP Invisível e RIO Invisível. Entendemos que essas páginas, como já dissemos anteriormente, possuem relevância social, são documentos arquivísticos digitais e que seus detentores (seja pessoa física, no caso do RIO Invisível ou jurídica, no caso da SP Invisível) possuem documentos digitais surgidos anteriormente aos seus posts, importantes para a memória dessa população que é tão marginalizada e estigmatizada.

Mas vamos além. Afirmar que eles são documentos de arquivo poderia sugerir apenas, por exemplo, que os detentores dessas páginas criaram um acervo

arquivístico privado, conforme afirma o Art.11 da Lei nº 8.159/1991, “Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.” (BRASIL, online). Para nós, além disso, eles são considerados arquivos privados de relevância social, visto que, a partir de todo levantamento histórico-sociológico realizado nesta tese, acervos que versem acerca desse tema são raros, e, portanto, com esse material produzido por esses grupos, sejam na forma de uma ONG ou não, podem ser fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico acerca do tema no país (BRASIL, online), e, mais ainda, podem servir de base para possíveis políticas públicas voltadas para essa população. Assim, conforme nos aponta Flinn,

In reality the mainstream or formal archive sector does not contain and represent the voices of the non-elites, the grassroots, the marginalized. Or at least if it does, the archive rarely allows them to speak with their voice, through their own records. (FLINN, 2007, p.152)²⁵

Ou seja, essas novas modalidades de arquivo dão a possibilidade de que esses cidadãos marginalizados possam ser não apenas representados, mas de fato, falar com suas próprias vozes, criando registros únicos sobre cada pessoa, mas que podem servir de base para compreensão de muitos aspectos deste grupo como um todo. Assim, esses arquivos contribuem para a justiça social, tanto por preencher a lacuna informacional que há sobre essa população, criando um acervo inteiro voltado para este tema, quanto pelo fato de serem acervos alimentados pelas vozes e imagens dessas pessoas (ainda que mediados pelos participantes das páginas), quanto pelo potencial impacto social que possui.

Segundo Duff, Flinn e Wallace (2013), esse nexos entre justiça social, arquivos e mudanças é em parte possível por conta das informações que são trazidas do passado para nos orientar na forma como agir no presente. E, mesmo que esses registros digitais sejam bem recentes, a informação que eles trazem, carrega em si questões antigas e que podem orientar pessoas no futuro a trabalhar esse tema. Além disso, é necessário também, segundo os autores, que sejamos capazes de abrir nossos horizontes quanto aos métodos que empregamos para avaliar o

²⁵ Na realidade, o arquivo convencional ou formal não contém e representa as vozes das não-elites, das bases, dos marginalizados. Ou pelo menos se o faz, o arquivo raramente permite que eles falem com sua voz, por meio de seus próprios registros. (FLINN, 2007, p.152, tradução nossa)

impacto desses acervos, pois talvez seja mais apropriado uma abordagem mais crítica, analítica e interpretativa, do que quantitativa (DUFF, FLINN e WALLACE, 2013). Coadunamos com essa visão proposta pelos autores acima citados, visto que, para nós, é o potencial dos arquivos como instrumento de justiça social e direitos humanos que norteiam essa pesquisa.

Mesmo que em alguns momentos o foco esteja mais voltado para as questões sociais ou para os problemas conceituais de arquivos, todos esses temas estão entrelaçados pela questão fundamental da produção de registros como sendo uma marca de boa parte das culturas. E no caso específico do ocidente, o patrimônio e os arquivos são uma sofisticação dessa tentativa do ser humano de se tornar imortal e deixar seu legado para a posteridade.

Para muitos, a noção de patrimônio ainda é associada ao que temos de produção do passado distante, se esquecendo que é no presente que produzimos memórias e patrimônios do futuro, que são criados a partir de um processo de construção social em que podemos observar como os objetos são tornados patrimônios, como funciona a memorização, ou seja, a memória social como um processo a partir da relação da sociedade com o tempo, espaço, linguagem e criação e finalmente, o processo memo-informacional nas relações entre esses objetos e as sociedades, sejam eles, exposições, textos ou mídias sociais (DODEBEI, 2016).

Fazendo uma retrospectiva na história do patrimônio, podemos dizer que sua conceituação nasceu junto com a revolução francesa. Uma virada epistemológica que fez com que os objetos e documentos que pertenceram à monarquia e seriam destruídos com ela, fossem tornados bens públicos e do Estado, havendo a necessidade de preservá-los. Não sem percalços e falta de habilidade para gerir essas questões, neste momento conceitos como classificação e categorização surgem assim que os revolucionários se deparam com a proposta inovadora que foi realizada por eles, numa realidade de poucos recursos e inexperiência (CHOAY, 2001).

Os arquivos já existiam, mas estavam ligados às famílias que detinham o poder e às igrejas e nesta virada histórica, eles passam a ser do Estado e – ao menos teoricamente – dos cidadãos. Neste primeiro momento, a ideia de preservação esteve atrelada à de guarda, criando-se depósitos para alocar os bens. Fosse eles bens móveis ou documentos, mesmo pertencendo ao povo, eles não

podiam ser acessados ainda por esse povo, sendo necessário, para sua salvaguarda, estarem fechados. Posteriormente, a ideia de museu como local de guarda e espaço de ensino da população acerca de sua própria história, foi sendo desenvolvida. Embora seja importante salientar que houve por parte dos revolucionários também num primeiro momento ações de destruição dos bens, e isso era permeado por questões ideológicas que tinham como objetivo destruir símbolos do feudalismo, clero e monarquia, algo que, para eles, maculava o patrimônio francês (CHOAY, 2001). Isso prova que desde os seus primórdios, o patrimônio já é concebido a partir de uma seleção.

A partir do século XX, no contexto pós segunda guerra mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), um “braço das Nações Unidas para as políticas de educação, ciência e cultura, é responsável, em grande parte, pelo processo de internacionalização do patrimônio e expansão da noção de bens culturais.” (BOJANOSKI, 2018, p.33). A partir disso, a ideia de patrimônio foi sendo pensada para além dos bens materiais e paulatinamente percebida também nos bens naturais e nas práticas culturais. Em 1989 a UNESCO (ONLINE), em sua 25ª reunião, traz recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, que por ser costumeiramente reatualizada por meio da oralidade, é um tipo de patrimônio que teoricamente poderia ser perdido mais facilmente do que outros tipos, como o arquitetônico, por exemplo.

Esta recomendação foi precursora à de Paris, em 2003, para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em sua 32ª sessão (UNESCO, online), que trata precisamente das manifestações culturais passadas de geração em geração nas comunidades tradicionais ou até mesmo, o chamado saber-fazer relacionado à confecção de algum objeto. No mesmo ano, foi elaborada a Carta sobre a preservação do patrimônio digital, que define os objetos digitais como podendo ser,

textos, bases de dados, **imagens fixas ou em movimento**, **gravações sonoras**, material gráfico, programas de computador ou **páginas Web**, entre muitos outros formatos possíveis dentro de um vasto repertório de diversidade crescente.(UNESCO, 2003, online, grifo nosso)

Aqui chegamos num dos pontos chave desta tese. O patrimônio atingiu novos espaços dentro da cultura contemporânea e o que é produzido atualmente no

contexto digital é alvo de preocupação por parte da UNESCO, que propõe medidas de preservação desse acervo que vem sendo produzido digitalmente. Grifamos os termos que nos dizem respeito diretamente e que são os documentos produzidos pelas páginas de toda a “rede” Invisível (não só RIO e SP Invisível), quais sejam, as imagens: gravações das entrevistas e as fotografias, as transcrições das entrevistas e as páginas em si. Por essas definições da UNESCO, essa documentação pode ser considerada um patrimônio digital. Ao observar a vasta produção cultural em meio digital, a UNESCO se debruçou sobre a questão da sua preservação e os problemas relacionados a isso, visto que, foi percebido que para que a preservação desses registros seja possível, esse trabalho de gerenciamento e preservação deve ser intencional e contínuo (UNESCO, 2003, online).

Em 2003, o órgão já observava a necessidade dos Estados – membros e da população em geral serem sensibilizados para a preservação digital, assunto tão atual quase duas décadas depois.

A menos que os perigos atuais sejam resolvidos, o patrimônio digital desaparecerá rápida e inevitavelmente. O incentivo à adoção de medidas jurídicas, econômicas e técnicas para salvaguardar esse patrimônio beneficiará os próprios Estados membros. Há uma necessidade urgente de realizar atividades de divulgação e promoção, alertar os formuladores de políticas e sensibilizar o público em geral tanto para o potencial dos produtos digitais quanto para os problemas práticos de sua preservação. (UNESCO, 2003, online)

Esta carta foi precursora de muitos trabalhos de preservação no campo da arquivística ao longo desses 20 anos, e atualmente já existem resoluções e técnicas que possibilitam a preservação dessa documentação, como o projeto InterPARES²⁶, liderado pela Prof.^a Dr.^a Luciana Duranti, a criação do software de preservação Archivemática²⁷ e de acesso AtoM²⁸, a ISO 14.721:2003, que foi traduzida e adaptada no Brasil pela resolução do CONARQ nº 43 de 04 de dezembro de 2015,

²⁶ Pesquisa Internacional sobre Registros Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos. Visa desenvolver métodos e tecnologias para a preservação de documentos criados ou mantidos em ambiente digital.

²⁷ Aplicativo de código aberto baseado na Web e em padrões que permite à sua instituição preservar o acesso de longo prazo a conteúdo digital confiável, autêntico e seguro. <https://www.archivematica.org/pt-br/>

²⁸ Aplicação open source baseada na web para descrições arquivísticas baseadas em padrões e acesso em vários idiomas, um ambiente para múltiplas instituições arquivísticas. <https://www.accesstomemory.org/pt-br/>

além da “carta para preservação do patrimônio digital arquivístico”, criado em 2005 pelo CONARQ, e traduzido para três línguas pela UNESCO.

Mas ainda assim, como afirmado anteriormente, a adoção dessas medidas nas instituições públicas ou privadas ainda é insípida, tanto por questões culturais quanto financeiras. Muitas vezes sites ou redes sociais não são percebidos como parte do acervo arquivístico, e, portanto, passíveis de serem geridos como os demais documentos. Acabam ficando à mercê das mudanças e obsolescências sem um controle da sua cadeia de custódia, afetando na sua confiabilidade e fidedignidade.

Considerando as mudanças comportamentais causadas pelas tecnologias de informação e o tempo entre o início da web e os dias atuais, é compreensível que essas questões não sejam percebidas como urgentes pelos contemporâneos à toda essa transformação digital, já que de fato estamos falando de uma produção de informação muito grande em um espaço de tempo curto. Por isso mesmo, pensar na execução de procedimentos de controle, acesso e preservação desses documentos pode nos deixar sem fôlego, diante das dualidades entre a tradição do material e o virtual imaterial (DODEBEI, 2010). Segundo Dodebei (2010), em 2009 foi realizado o Fórum Brasileiro de Cultura Digital, em que foram reunidas as diferentes opiniões sobre a cultura digital, com o objetivo de criar políticas públicas em torno do tema. Naquele momento, a demanda sobre os nato digitais ainda não havia sido pensada, e sim a dos documentos digitalizados, fosse como forma de preservação de documentos analógicos ou para facilitar o acesso às informações. Nesta tese, a questão gira em torno dos objetos nascidos digitais, sua preservação e a relação que a sociedade tem com eles.

Atualmente existem, como a carta pela preservação do patrimônio arquivístico digital preconizava, normativas que nos orientam no sentido de apresentar requisitos funcionais, definição de metadados e segurança da preservação digital (CONARQ, 2005), bem explicitados no e- ARQ Brasil (2020) e na Resolução nº 43/2015, em que tratam, respectivamente, da gestão dos arquivos correntes e intermediários e da preservação dos documentos permanentes, ambos instrumentos fundamentais para a execução das propostas dessa tese. Ou seja, normativas existem, métodos de execução são possíveis, mas nem sempre isso ocorre na prática, tanto por falta de investimento dos tomadores de decisão quanto por falta de entendimento técnico por

parte dos profissionais de arquivo no domínio dos softwares, além da falta de percepção da sua conexão com as práticas arquivísticas já consolidadas.

Mas além desses fatores problemáticos, que acontecem no interior de instituições públicas e privadas, há também um, muito sensível, que diz respeito à forma como a sociedade em geral percebe o patrimônio. Como dito anteriormente, ainda há a ideia recorrente de que os patrimônios tombados preservam o passado, ou os rastros de culturas, sem que haja a percepção de que é no presente que se desenvolve o patrimônio e que ele, na realidade, é pensado para o futuro.

Por isso mesmo, acreditamos que apesar das cartas e dos pareceres técnicos sobre esses assuntos, falta ainda um elemento que seja capaz de conectar a população em geral e instituições aos temas do patrimônio: a capacidade de se ver representado nele, algo que, como visto no estudo sobre arquivos comunitários e/ ou de movimentos sociais não ocorre, dada a proximidade da comunidade em questão com o acervo criado e custodiado.

Curiosamente, quando a ideia de patrimônio público foi pensada, aqueles objetos que antes pertenciam à uma dinastia agora eram, ao menos na teoria, considerados artefatos da sociedade em geral, e por isso mereciam ser preservados. No Brasil, os lugares de memória (NORA, 1993) ainda fazem parte do imaginário social como sendo parte de um congelamento do tempo em um determinado espaço, o que ajuda a manter um certo distanciamento com o tema. Nesta tese, compreendemos que o patrimônio, para se tornar um instrumento para o alcance dos direitos humanos, precisa ser construído junto das pessoas, porque ele é sempre construído por pessoas, mas muitas vezes as pessoas a quem se destina o patrimônio são excluídas desse processo.

Ou seja, como em todas as áreas que envolvem a relação entre Estado e sociedade, é preciso deslocar o papel de produtor do patrimônio do Estado para a sociedade, que por ser produto da cultura, é quem produz também cultura e patrimônio, ficando o Estado com o dever de criar dispositivos de chancela e manutenção dessas práticas e espaços culturais. Assim, “Não se pode pensar a concepção de cidadania e sua aplicação sem levar em conta as concepções e trajetórias histórico-culturais dos grupos sociais e étnicos que a experienciam e suas agências.” (LIMA FILHO, 2015, p.138), o que significa que, para ser cidadão pleno, é preciso considerar que o indivíduo se perceba também um agente construtor da

sociedade e possua autonomia para autorizar ou não, a patrimonialização do seu espaço ou suas práticas.

Enquadrado o foco que quero retratar, considero como **cidadania patrimonial** a capacidade operativa dotada de alto poder de elasticidade de ação social por parte de grupos sociais e étnicos, em suas dimensões coletivas ou individualizadas de construir estratégias de interação (de adesão à resistência/negação) com as políticas patrimoniais tanto no âmbito internacional, nacional ou local, a fim de marcar preponderadamente um campo constitutivo identitário, pelo alinhamento dos iguais ou pela radicalidade da diferença. (LIMA FILHO, 2015, p. 139, grifo nosso)

Para nós, o patrimônio, seja ele material, imaterial ou digital, só faz sentido se for fruto dessa interação com as políticas emanadas pelos órgãos junto com atuação da sociedade, com o objetivo de trazer benefícios para os grupos em questão, de modo que esse processo seja inclusivo, e não exclusivo. Além disso, o conteúdo a ser patrimonializado deve ser percebido como um ente vivo nessa relação, porque essa construção surge no seio de uma sociedade viva, exatamente como a memória, que é fluida e maleável. Todas as normativas que chegam desde a UNESCO até as estabelecidas pelas instituições arquivísticas são importantes, mas nenhuma delas é capaz de ser apreendida pelos grupos ou ser utilizada de forma autônoma enquanto eles não forem os atores principais deste processo.

Há séculos deixamos como rastros da nossa cultura, os objetos documentais de qualquer natureza ou suporte, mas em sua grande maioria, eles fazem parte do legado de uma sociedade hierárquica e desigual, em que os mais vulneráveis não só não recebem o mínimo necessário para viver, como também não costumam ser protagonistas das políticas patrimoniais, visto que elas nasceram com o intuito de manter vivos os símbolos de orgulho e grandeza de uma nação ou mesmo do desenvolvimento humano no mundo. Assim,

Qual seria o lugar do subalterno na representação do patrimônio brasileiro, aquele que não se encaixa na excepcionalidade ou na relevância/ representatividade do patrimônio? O reverso do patrimônio tem lugar na cidadania patrimonial, potencializando a cidadania insurgente. (LIMA FILHO, 2015, p.140)

Diferente dos arquivos tradicionais, as páginas dos “Invisíveis” podem ser capazes de representar esses subalternos, não como instituições que falam pelas

peças em situação de marginalidade social, mas a partir de uma construção coletiva junto dessas pessoas, para que elas sejam capazes de falar por si mesmas sobre suas trajetórias e tenham a oportunidade de terem suas histórias de vida registradas, associadas às fotos que foram construídas também em conjunto, e não em posições ou situações degradantes, reivindicando sua cidadania plena a partir do uso estratégico do patrimônio.

O patrimônio digital que vem sendo criado é capaz de potencializar essa cidadania insurgente, porque, à medida que eles são vistos pela sociedade como humanos que são – e não espectros de humanos – podemos pensar que o verdadeiro papel do patrimônio foi cumprido. A grande questão é que o desafio de preservação no contexto digital escancara um problema inerente ao patrimônio, em qualquer que seja seu suporte ou manifestação, que é a patrimonialização se tornar um lugar mais de esquecimento do que de memória. “Isto quer dizer que a vontade de memória deve se renovar todo dia, caso contrário, ela se torna alvo do esquecimento.” (DODEBEI, GOUVEIA, 2008, p.6).

Ou seja, se em suportes tradicionais é necessário que essa memória seja atualizada e esteja viva para a sociedade, no meio digital não há escapatória: ou se estabelecem critérios para essa gestão e preservação contínuos e conscientes, ou o que vem sendo produzido será esquecido ou perdido, seja pela obsolescência dos suportes ou fluidez e excesso de informações oriundas das mídias digitais.

A virtualidade do ciberespaço é sua condição de permanência. Se pudéssemos unir os conceitos de memória virtual em Bérson e memória coletiva em Halbwachs, diríamos que a memória social no ciberespaço é apresentada como uma massa processual atual, em permanente construção. A ela são inseridos e descartados (lembranças e esquecimentos) objetos digitais, representados já como unidades de conhecimento, (...). (DODEBEI; GOUVEIA, 2008, p.8)

Nessa constante tensão entre o lembrar e o esquecer, é a seleção o atributo fundamental no processo de construção da memória (DODEBEI; GOUVEIA, 2008) e o papel do arquivista é realizar essa tarefa de uma maneira consciente, tanto do ponto de vista técnico quanto social, visto que podemos escolher, para as memórias do futuro, que pessoas que tiveram seu estatuto legal de cidadãos constantemente vilipendiados, sejam lembradas não enquanto uma massa amorfa de pessoas que habitam as ruas, mas enquanto indivíduos com histórias, sentimentos e trajetórias

próprias. Desse modo, apesar de muitas dessas pessoas entrevistadas ainda estarem sujeitas a todo o tipo de violência por parte do Estado e da sociedade em geral, elas podem estar inseridas na memória coletiva com suas próprias vozes, assim como os movimentos sociais que deram origem à essas páginas.

4.3.2 Fontes de Informação e conhecimento que emergem dessas narrativas visuais

Durante a realização deste trabalho, algumas dificuldades foram encontradas, no que concerne à análise dessas narrativas e dessas páginas, do ponto de vista etnográfico, ou neste caso, netnográfico e a questão específica da aplicabilidade das técnicas de preservação digital para estes acervos. Em dado momento, observando as páginas, suas interações e as relacionando com algumas leituras realizadas, percebemos que, para além da capacidade de promover afetos, estas narrativas são capazes de trazer informações importantes acerca dessa população.

A partir disso, decidimos, como afirmado anteriormente, categorizar essas informações e realizar uma espécie de curadoria de conteúdo, que pode ser útil como um protótipo de organização intelectual deste acervo. Assim, decidimos utilizar como base algumas das áreas de descrição propostas pela Norma brasileira de descrição arquivística (NOBRADE, 2006), com as categorias que emergem dessas histórias. Lembrando que, como este acervo não está, oficialmente alocado num arquivo, este esquema se trata de uma proposta de organização intelectual deste acervo, a partir da compreensão que temos de que ele pode ser organizado e descrito como um documento de arquivo de valor permanente.

Contudo, salientamos que para que essa estrutura seja válida oficialmente, é necessário que as entidades solicitem o cadastro nacional de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos, instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2019, e tem como finalidade criar uma identificação única de cada instituição arquivística no Brasil. Nesta tese iremos apenas sugerir uma estrutura com base nessas normas e preceitos arquivísticos estabelecidos.

Para tanto, vamos considerar a seguinte organização, que valerá para SP Invisível, para RIO Invisível, e provavelmente para todas as demais, visto que ainda que elas tenham tido diferentes destinos - projeto social independente, ONG ou encerramento de atividades - consideramos que as narrativas visuais que são

veiculadas possuem formato semelhante, portanto poderiam receber este mesmo tratamento. Mas nesta tese iremos nos ater apenas ao acervo de SP e RIO Invisível. Valerá a seguinte estrutura multinível:

Tabela 3 - Estrutura multinível sugerida

País de origem da entidade custodiadora	Estado de origem da entidade custodiadora	Entidade custodiadora	Fundo	Série	Dossiê	Item documental
Nível 0			Nível 1	Nível 3	Nível 4	Nível 5
BR	SP	SPIN	NV (Narrativas visuais)	Categorias que emergem das narrativas	Conjunto de documentos criados em cada entrevista. Este nível deve ter a identificação do entrevistado.	Cada fotografia, vídeo, áudio ou transcrição criado em cada entrevista
BR	RJ	RIOIN	NV (Narrativas visuais)	Categorias que emergem das narrativas	Conjunto de documentos criados em cada entrevista. Este nível deve ter a identificação do entrevistado.	Cada fotografia, vídeo, áudio ou transcrição criado em cada entrevista
Ex: BR SP SPIN NV LGBTQIA+ LUANY item (fotografia/áudio/transcrição entrevista)						

Fonte: Própria autora. 2022.

Optamos por colocar todos os níveis que acreditamos que este acervo possui, mas destacamos em verde os níveis que serão trabalhados nesta tese, visto que seria um trabalho exaustivo chegar ao nível de dossiê, e no momento esta não é nossa prioridade. Destacamos no quadro, o nível série. Este é o nível em que compreendemos que estão as categorias analisadas e é nelas que focaremos, criando uma espécie de catálogo com elas. Mas antes de chegarmos nesse nível, nosso instrumento irá descrever também o fundo e a seção em que essa série está inserida.

No mundo arquivístico, as descrições são como bonecas russas, em que o maior nível descritor vem antes do menor. Assim, as descrições vão sendo cada vez mais específicas, sendo esse modelos comumente chamado de geral para o particular. Elaboramos algumas fichas de descrição para o nível fundo acervo da ONG SP Invisível, que está no anexo I, e para o acervo da página RIO Invisível está no anexo III. Nelas, encontram - se apenas os sete elementos obrigatórios, segundo a NOBRADE (2006).

Nos anexos II e IV, elaboramos uma espécie de inventário com as categorias emergentes nas narrativas, que consideramos que sejam o nível série e são fontes de conhecimento e informação acerca dessa população. Para nós, a descrição atua como um instrumento para a curadoria de conteúdo e para a preservação desse acervo, ainda que de forma indireta, pois ao organizarmos intelectualmente e salientar as categorias enquanto séries, podemos resgatar esses dados futuramente com mais facilidade. Como se trata de uma pesquisa, precisamos realizar um recorte para esta atividade, e, como afirmado anteriormente, utilizamos, para esta análise, 330 narrativas das Páginas da SP Invisível, entre 2014 e 2022, e 32 narrativas visuais da página RIO Invisível, entre 2014 e 2021.

Utilizamos uma estratégia metodológica inspirada no livro *Memórias da Plantação*, da psicanalista portuguesa Grada Kilomba. Esta obra foi publicada com base em sua tese de doutorado e investiga as diversas formas de racismo na perspectiva de gênero enfrentadas por suas entrevistadas, que narram suas experiências de forma livre. A medida que elas vão trazendo suas experiências, ela trabalha os tópicos que ela identifica como centrais nas narrativas dessas mulheres. Segundo a autora,

(...), não selecionei excertos de acordo com uma técnica de seleção predefinida. Na verdade escolhi transcrever cada entrevista e depois selecionar episódios baseados nos tópicos centrais das experiências com o racismo como contados pelas entrevistadas por meio de suas biografias. Chamo essa forma de análise de *episódica*. (KILOMBA, 2019, p.88)

Kilomba (2019) propõe uma análise centrada no sujeito e a partir das narrativas trazidas pelas suas entrevistadas, vai tratando dos tópicos que ela considera como centrais e que emergem dessas biografias. Baseadas nesse trabalho, optamos por realizar algo semelhante, a partir da análise das histórias publicadas nas páginas de Instagram RIO e SP Invisível.

Vale ressaltar que optamos por utilizar apenas a mídia social Instagram, mas no caso de RIO Invisível, a maior parte das histórias está no Facebook, por isso, não realizamos análise dos dados oriundos das categorizações dessa página por acreditarmos que a amostragem disponível no Instagram do RIO Invisível era muito pequena. Contudo, a mesma metodologia pode ser aplicada a este projeto, em outro contexto que não o desta tese, sendo mais frutífero, neste caso, utilizar o Facebook como fonte.

Como foi estabelecido já no início deste trabalho que só utilizamos a mídia social Instagram, não iremos realizar esta análise mais aprofundada nesta tese. Segundo a autora, focada na questão do racismo,

A decisão sobre a escolha dos dados relevantes para experiências ou eventos específicos deu-se baseada tanto na definição das entrevistadas quanto na comparação de características do evento com outros casos relevantes. Isso serviu para aumentar a probabilidade que um certo evento e configurava como um exemplo do racismo cotidiano. (KILOMBA, 2019, p.91)

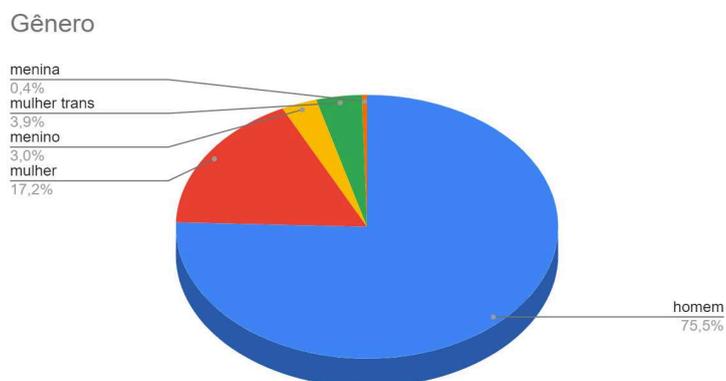
Ou seja, a partir do fio narrativo das entrevistadas e uma certa repetição de eventos, observada também nessas narrativas, ela percebia dados relevantes que surgiam para análise. Desta forma, optamos por dividir nossa análise em 4 partes:

1. Dados estatísticos que são possíveis de serem observados a partir dessas narrativas, tais como, gênero, faixa etária, raça²⁹, e tempo de vivência nas ruas. Decidimos dividir, dentro de raça, os gêneros. Brancos, Brancas, negros e negras;
2. Dados que encontramos a partir do fio narrativo, configurando as categorias principais que surgem nas diferentes histórias que encontramos. Estes se encontram nos anexos IV e VI , e apresentam também o link de acesso dessa história na página. Com as amostragens que realizamos, classificamos as histórias por tema e agrupamos as histórias que trazem narrativas semelhantes, com objetivo de facilitar pesquisa, organização e preservação no futuro;
3. Análise mais aprofundada sobre as experiências vividas por essas pessoas, a partir da experiência da netnografia focada apenas na análise dos posts, sem contar as interações dos internautas.
4. Seleção de 4 histórias com categorias simultâneas que se apresentam nos textos, para apresentar a complexidade dessas narrativas e explicitar que em alguns casos a escolha da categoria é mais complexa do que em outras, mas que cada história traz uma riqueza de informações e dados que merece ser preservada.

²⁹ Este dado é mais sensível, por se tratar de uma definição minha ao analisar as fotografias. Optei por colocar “negros, brancos e indígenas”, por compreender negros enquanto pretos e pardos. Não identifiquei indígenas ou amarelos nessas histórias.

Sendo assim, vamos aos dados estatísticos retirados das mais de 330 histórias de SP Invisível:

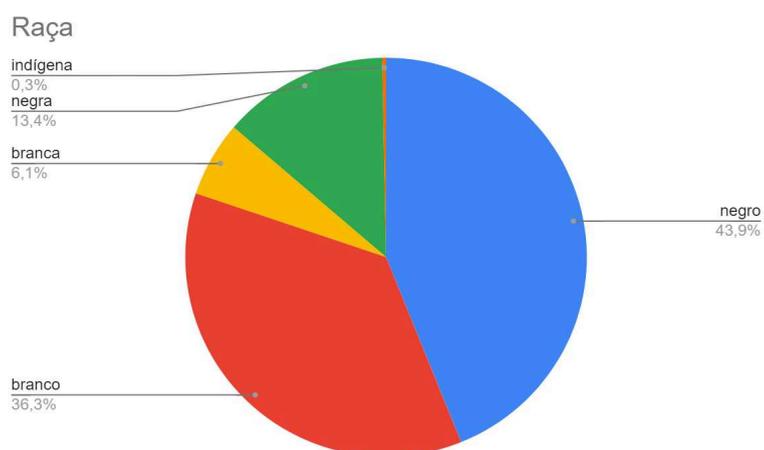
Gráfico 1 - Gênero



Fonte: Dados da pesquisa. 2022.

A partir das histórias analisadas, foi possível confirmar que existem muito mais homens nas ruas do que mulheres cis ou trans, mas foi surpreendente a presença de meninos, ainda no fim da infância ou já adolescentes na cidade de São Paulo.

Gráfico 2 - Cor ou Raça

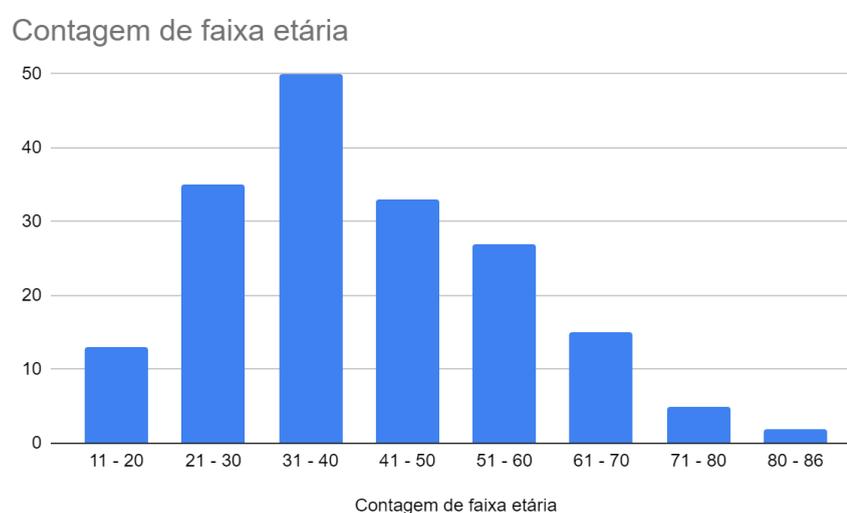


Fonte: Dados da pesquisa. 2022.

Neste tópico, por não obtermos essas informações nas narrativas, e sim nas fotografias, optamos por utilizar a definição de de negros, enquanto pretos e pardos.

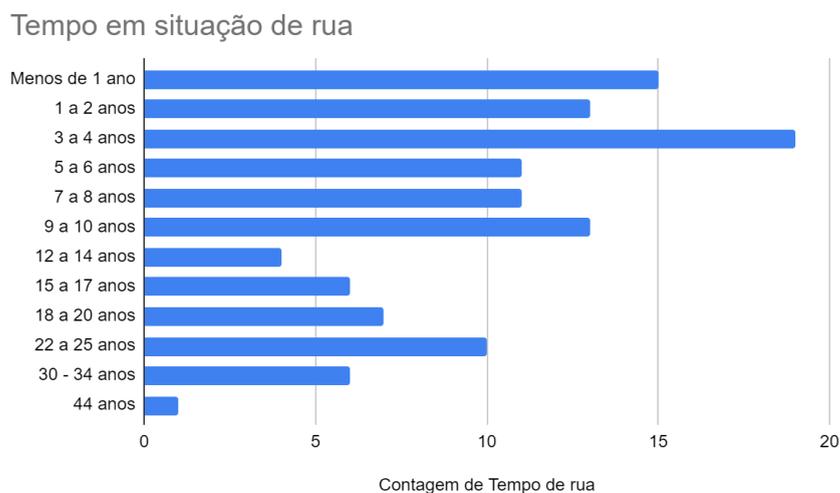
Além disso, dividimos entre brancos e brancas, negros e negras (indígena apenas uma história foi localizada), para que possamos analisar a presença dessas raças combinadas com os gêneros feminino e masculino. Aqui mulheres trans estão identificadas como brancas ou negras também. Ao juntarmos os percentuais, percebemos a presença de 42,4% pessoas brancas contra 57,3% pessoas negras. Além disso, há pouco mais que o dobro de mulheres negras nas ruas, em comparação com o público feminino branco.

Gráfico 3 - Faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa. 2022.

Nesse gráfico é possível observar que a faixa etária mais recorrente é entre os 31 e 40 anos, mas a rua apresenta, ainda assim, extremos de faixas etárias, de crianças de 11 anos até idosos acima de 80 anos. Isso sem contar as crianças menores, filhas e filhos de alguns dos entrevistados que estavam com os filhos nos braços ou os mencionam em suas biografias como sendo seus pequenos companheiros de rua, expostos a todos os riscos e perigos das ruas. Vale ressaltar que este dado não era sempre disponibilizado nas entrevistas, então são informações numa amostragem ainda menor, além disso, esses dados correspondem ao recorte temporal de 2014 até 2022, então hoje, essas idades já estão atualizadas.

Gráfico 4 - Tempo em situação de rua

Fonte: Dados da pesquisa. 2022.

São dados chocantes, ao pensarmos friamente. Pessoas capazes de viver em situação de rua por mais de 10, 20, 30 anos. Em alguns relatos, as pessoas afirmavam estar nas ruas desde tenra infância. Outros tantos, depois de anos de trabalho, chegavam às ruas. E quanto mais tempo essas pessoas ficam nas ruas, mais difícil é sua saída.

Vale ressaltar que este dado não era sempre disponibilizado nas entrevistas, então são informações numa amostragem ainda menor, além disso, esses dados correspondem ao recorte temporal de 2014 até 2022, então hoje, esses períodos em situação de rua já estão atualizados ou, com sorte, algumas dessas pessoas não estão mais vivendo nas ruas.

4.3.3 Análise qualitativa das 330 histórias de SP Invisível

Neste tópico realizamos a análise netnográfica dessas histórias, a partir da observação da profundidade que as narrativas trazem, para além de dados ou categorias classificatórias, importantes também para possibilitar a pesquisa futura, preservação digital ou até mesmo a criação de políticas públicas. Mas a análise da densidade dessas histórias também não pode ser deixada de lado, visto que se tratam de sujeitos narrando sua própria trajetória, muitas vezes atravessados por diversas questões sociais e psicológicas que os levam até essa situação ou os mantêm ali.

Após essa análise mais geral, que denominaremos de impressões da pesquisa, iremos focar em 4 histórias especificamente, que trazem múltiplas categorias de análise, dadas sua complexidade.

A) Impressões da pesquisa:

1. Família:

Em muitos relatos a relação com a família é complexa. Sendo algumas vezes os conflitos a causa para a ida para às ruas. Outras, a família entra no espaço do desejo de voltar a fazer parte, mas em geral permeado pela vergonha. Muitos, inclusive, escondem dos familiares que estão nessa situação, e quando estão envolvidos com drogas, temem contactar a família e se tornarem um estorvo para os parentes. A morte de familiares entra também como um fator desestruturante, seja por uma dependência financeira e/ou emocional.

Algumas histórias trazem relatos de abandono infantil ou violência, trazendo mais uma nuance a esta questão, que é a da desestrutura familiar como um fator que pode contribuir para a ida de um sujeito às ruas. Pobreza extrema, brigas entre os membros da família, uso de drogas (lícitas ou não) pelos pais ou demais familiares, são fatores que, combinados, podem ser decisivos para, em algum momento da vida, um indivíduo chegar a experimentar a vida na rua.

Outra experiência relatada em algumas histórias, é a de experiências de muita violência em instituições para acolhimento de menores, o que os faz muitas vezes fugir para as ruas e/ou crescer muito revoltados e sem laços de confiança com adultos que deveriam cuidar para que sua infância, já difícil devido ao abandono, fosse menos traumática.

2. Mulheres:

O relato em comum entre todas as mulheres, é o medo constante da violência de gênero, por parte dos demais homens em situação de rua, que são maioria, ou dos que não vivem nas ruas, mas se sentem no direito de proferir insultos ou insinuações à elas. Algumas delas vão para as ruas para acompanhar seus companheiros, mesmo que tenham família para ajudá-las. Mas sem seus companheiros, elas se recusam a sair das ruas.

A pobreza menstrual é um drama para todas, que vivem situações difíceis no que concerne à higiene pessoal, pois é raro terem acesso à

absorventes e mesmo tomar banhos. Muitas vezes precisam utilizar pedaços de papel ou panos para conterem o fluxo, o que, além de ser um risco à sua saúde íntima, as constrange.

Quando elas eventualmente têm filhos em hospitais e já estão em situação de rua, seus filhos são levados pelo conselho tutelar e essas mães saem de lá sem seus filhos. Do ponto de vista do Estado, é compreensível que não seja possível deixar crianças aos cuidados de pessoas que sequer sabem se vão comer ou onde vão dormir, mas a maneira como isso é realizado, é muito insensível e não resolve a questão, só faz essas mulheres se sentirem mais humilhadas. Relatos de que seus companheiros cometeram violência são bem comuns.

3. LGBTQIA+:

A grande maioria dos entrevistados e entrevistadas que estão nessa categoria foram expulsas de casa ou tiveram problemas ao assumir sua orientação sexual e/ou sua transsexualidade. Quase todas as mulheres trans desta análise em algum momento se prostituíram para sobreviver, pois relataram que ao tentar qualquer outro emprego, sofriam com transfobia e eventualmente eram demitidas, ficando cada vez mais difícil não recorrer à prostituição.

Por estarem em situação de rua e serem mulheres trans, foram muitas vezes alvo de clientes que as submetiam a situações degradantes e desumanas. Alguns dos poucos relatos de pessoas em situação de rua que estão em processo de sair das ruas, envolvem mulheres trans que são auxiliadas por projetos voltados para esse público, que as acolhe em lares temporários, até que elas tenham condições de caminhar sozinhas.

4. Vulnerabilidade:

A vulnerabilidade às mudanças climáticas é sempre sentida pelo público mais pobre das sociedades ao redor do mundo. A crescente quantidade de enchentes nas cidades e temperaturas extremas são fatores que dificultam ainda mais a vida dessas pessoas. Quando chove, eles não têm onde se abrigar ou colocar seus pertences, que molham e sujam facilmente. E o frio é capaz de matar. Muitos relatos de pessoas que conhecem amigos ou parentes que morreram vítimas do frio de São Paulo. Na verdade, vítimas da falta de políticas públicas decentes para essa

população diante das crescentes ondas de frio que assolam a cidade de São Paulo e são capazes de matar de hipotermia ou pneumonia. Além disso, muitos comentam que os cobertores oferecidos para aquecê-los, além de serem muito finos, são um convite ao estigma. Segundo um impactante relato, o entrevistado Geraldo Carneiro, 62 anos, diz que a manta diz para a sociedade em geral, “sua existência não tem valor”.

5. Violência:

Em muitos relatos, os entrevistados narram que não tem uma noite de sono tranquilo porque precisam estar atentos à diversas formas de violência que podem surgir: roubo de pertences por parte dos demais, violência policial, que pode se traduzir em insultos, violência física, retirada dos pertences, e serem acordados com água gelada. Além disso, muitos falaram do medo constante de serem queimados, uma prática infelizmente comum contra pessoas em situação de rua.

Curiosamente, alguns relataram que a gestão de Fernando Haddad também era caracterizada por muita violência policial, mas perceberam uma piora significativa na gestão Dória. Ou seja, sendo um governo de esquerda ou direita eles se sentiam mal tratados. A grande diferença era que alguns serviços de assistência social foram acabados com a gestão Dória, mas a violência sistemática da polícia não tinha grandes diferenças.

Casos de roubos de documentos são particularmente emblemáticos, porque tiram das pessoas qualquer chance de emprego, sua identificação e esperança de sair dessa situação.

6. Pauperização:

Algumas famílias são expulsas de ocupações, sem qualquer preparo por parte da prefeitura, e essas pessoas vão parar nas ruas por não terem mais para onde ir. Outras, devido a enchentes que destroem suas casas precárias, deslizamentos ou incêndios. Em boa parte dos casos, o desemprego surge como propulsor para essas pessoas chegarem à situação de rua. Seja devido à pandemia ou crise, muitas pessoas foram para rua por perderem seus empregos. Em 2017 foi possível observar alguns relatos da percepção deles acerca do aumento da população em situação de rua. Além de aparecer um post de uma família com 3 filhas que perderam tudo.

Curiosamente, identificamos também alguns casos de pessoas que perderam seus empregos porque adoeceram ou sofreram acidentes, o que confirma alguns dos dados em capítulos anteriores sobre a maneira como a lógica neoliberal enxerga as pessoas: como peças substituíveis. Casos de migrantes de várias regiões do país, principalmente do nordeste, que chegam em São Paulo em busca de trabalho ou são enganados com promessas de emprego, e ao chegarem, se veem sem ter para onde ir.

Retornar ao mercado de trabalho é mais difícil ainda, pois por não possuírem um endereço fixo e não conseguirem se manter asseados e com roupas adequadas, muitos estabelecimentos não os aceitam para trabalhar.

7. Política:

Segundo os relatos, eles se sentem abandonados pelo poder público e muito desiludidos pela política, acreditando que só há roubo e descaso. Nas eleições presidenciais de 2018 eles se sentiam muito confusos, pois muitos só votariam no Lula, e com ele preso, restaria o Haddad, justo o político que em sua experiência, os deixou abandonados diante da violência policial. Em 2022 os relatos de esperança num novo governo Lula apareceram.

8. Pandemia:

A pandemia de COVID-19 foi uma tragédia em diversos níveis. Nesses relatos, era comum ler histórias de pessoas que perderam o emprego por conta da pandemia e outras histórias de aumento de preconceito para com eles, porque muitas pessoas imaginavam que as pessoas em situação de rua seriam transmissoras da doença. Percebiam sentimentos de nojo por parte de algumas pessoas que passavam pela rua.

Com o lockdown eles não tinham mais acesso a lugares para realizar coleta de recicláveis, já que os estabelecimentos fecharam, as doações diminuíram consideravelmente e viram alguns colegas morrerem em decorrência da doença, já que eram um grupo de risco por viverem sem acesso à higiene básica e sem poder se isolar. Se mostraram ansiosos para a chegada das vacinas, pois sabiam que eram extremamente vulneráveis à essa doença.

9. Albergues:

Os albergues deveriam ser lugares de acolhida, e no lugar disso, eles relatam descaso, falta de estrutura e perigo de roubo. Muitos só dormem em

albergues em noites de muito frio, porque se sentem maltratados, dormem amontoados, tomam banho frio e recebem um café da manhã ruim. Com o avanço da pandemia, eles tinham mais medo ainda de ficarem fechados nesse tipo de local, com muitas pessoas dormindo num mesmo ambiente, mas algumas vezes não tinham muito o que fazer, devido ao frio do inverno de São Paulo, e acabavam tendo que dormir lá mesmo com medo da COVID-19.

10. Catadores de materiais recicláveis:

A reciclagem é a grande fonte de renda de boa parte dos entrevistados e alguns deles relatam sofrer preconceito por conta de sua profissão e desconhecimento por parte da sociedade em geral acerca de seu trabalho. Trabalham por horas carregando peso para conseguir dinheiro suficiente para conseguirem ao menos comer alguma refeição ao longo do dia. Os mais idosos relatam a dificuldade que é trabalhar com isso tendo problemas de saúde, numa fase da vida que deveriam descansar.

11. Drogas:

Esse tema é muito recorrente nas narrativas. Infelizmente, enquanto a questão das drogas não for tratada como uma questão de saúde pública, poucas soluções teremos para isso. Nesse tema há de tudo: pessoas que iniciam em tenra idade no vício, devido à influência de pais ou demais familiares, pessoas que, chegando nas ruas, acabam encontrando nas drogas uma forma de suportar a dificuldade de viver nessa situação, aqueles que começam por curiosidade e acabam perdendo tudo e vão para as ruas.

Fato é que, principalmente quando se trata do crack, eles têm uma dificuldade enorme de se livrar do vício e realmente dependem de uma motivação para sair dessa situação e não voltar. Seja uma relação amorosa, um animal de estimação, enfim, algum laço afetivo. Há relatos verdadeiramente chocantes, como de um senhor que viu uma mãe amamentando seu bebê com um cachimbo de crack na boca.

A droga, sendo a porta de entrada para a rua ou mais um dispositivo que impede as pessoas de saírem das ruas, é um problema que precisa ser resolvido pelo olhar da saúde pública, considerando os fatores psicológicos e físicos. Violência não vai resolver essa questão, pois o tráfico não se resolve batendo em traficantes e usuários na chamada “cracolândia”.

12. Ex - presidiários:

Alguns dos relatos de ex-presidiários são bastante semelhantes. Eles saem da cadeia após cumprirem suas penas e depois não tem para onde ir. Raramente são aceitos em empregos formais e acabam ficando pelas ruas.

Alguns poucos afirmam perder a noção do tempo. Não sabem a idade que têm, nem o tempo que se encontram em situação de rua. Outros afirmam não ter mais sonhos, quando perguntados sobre isso. Quando ainda há espaço para sonhos, eles afirmam em geral, desejar uma casa, comida na mesa, “entrar” novamente na sociedade, pois embora façam parte dela, se sentem apartados da mesma.

B) Posts contendo múltiplas categorias de análise

Figura 13 - Múltiplas categorias de análise 1



Fonte: [instagram.com/spinvisivel](https://www.instagram.com/spinvisivel)

Esse post, traz em si 3 categorias de análise diferentes em seu fio narrativo. Escolhemos uma para classificar no catálogo, como um norteador, mas considerando a complexidade dessa narrativa, julgamos importante selecioná-la como um dos exemplos para compreensão de que em alguns casos múltiplas categorias surgem a partir dessas biografias. A primeira delas, que nos chamou atenção, foi a **pauperização**. Este senhor fica desempregado após um acidente e, quando acaba o dinheiro da indenização, fica sem condições de pagar seu aluguel.

Não é um caso isolado, várias histórias trazem consigo a mesma situação: a pessoa fica sem condições de trabalhar, seja por acidente ou doença, e vai parar nas ruas. Aqui, é possível perceber uma das facetas mais perversas do capitalismo neoliberal: somos todos descartáveis e quanto mais precária for a condição do trabalhador, mais fácil é que ele se veja em situações de vulnerabilidade extrema, caso seu corpo não dê mais conta do trabalho.

Dentre outras coisas importantes ditas nessa narrativa, por exemplo sua experiência no albergue, algo mais nos chamou a atenção: a **vulnerabilidade**, questão a qual estamos todos submetidos mas que uns se veem mais do que outros. Estamos todos sujeitos a adoecer, mas tendo estruturas como família, casa, possibilidade de asseio e descanso, lavar suas roupas, etc, condições básicas de existência, situações como essa que ele narrou são raras. Mas quando se está na rua, sem acesso fácil a banheiros, privacidade e água limpa, situações como essa, que além de trazerem desconforto são vexatórias e constrangedoras, tornam-se comuns.

Por último, embora não tenha entrado como uma categoria de análise, é um tema que se repete: sonhos. Alguns afirmam não ter mais sonhos, mas o sonho mais comum é esse que o Moacir nos conta, de se livrar de **vícios**, outra categoria de análise, e sair dessa condição e voltar a ter um lar.

Figura 14 - Múltiplas categorias de análise 2



Fonte: [instagram.com/spinvisivel](https://www.instagram.com/spinvisivel)

A história de Priscila também traz diversas categorias e informações, todas muito chocantes e graves. Ela começa contando sobre sua primeira gestação, aos

12 anos, o que configura, nas nossas categorias, **violência de gênero**, mais precisamente, estupro de vulnerável, por um homem adulto de 22 anos, com o qual ela afirma que teve que casar. Essa jovem de 31 anos teve 9 filhos, mas dois faleceram e ela afirma que vai para as ruas devido a uma traição do marido.

Na segunda parte de seu relato, ela afirma que deseja se livrar do **vício no crack**, desejo muito frequente entre os entrevistados que convivem com a dependência química. E então ela dá mais sinais de que vem de uma família já desestruturada a partir da frase, “fumo desde os 6 anos de idade, conheci o crack pelos meus irmãos, tenho 15”. Apenas nesta frase existem muitas informações juntas. Essa moça perdeu sua infância aos 6 anos, pois ainda em tenra idade tem seu primeiro contato com a droga. Quem ofereceu essa droga, ou no mínimo apresentou pelo exemplo, foram seus irmãos mais velhos, que já estavam nesta situação antes dela e não sabemos também quando começaram. E por último, ela afirma que são 15 irmãos, o que por si só é um dado alarmante que afirma, no mínimo, que ela vem de uma família sem qualquer planejamento.

Ela afirma que o casamento não era ruim, e que ele só batia nela (**violência de gênero**) quando tinha surtos, dando a entender que ela não achava que isso fosse um problema, que na verdade eram eventos pontuais. O que a levou a separação foi a traição, e não a violência. Na rua, ela afirma que a experiência de ser mulher em si é muito difícil, mas é mais difícil o machismo que se manifesta com as insinuações masculinas por parte de quem vive na rua e fora dela, que ela afirma inclusive, que são a maioria dos casos. O patriarcado dá aos homens um direito quase divino de se sentirem superiores às mulheres e quanto mais vulneráveis essas mulheres estão, mais desrespeito existe.

Figura 15 - Múltiplas categorias de análise 3



Fonte: [instagram.com/spinvisivel](https://www.instagram.com/spinvisivel)

Nesta história, Jeruel nos fala de alguns dados importantes acerca de sua situação, tanto no que diz respeito à **vulnerabilidade** a que se vê sujeito, pela fome e pelo frio, duas condições a que todos estamos submetidos, mas, em situações de precariedade, essas condições se tornam extremas e podem levar uma pessoa à morte e problemas severos de saúde, além do desconforto causado.

Ele fala também da **violência** a que estão submetidos, quando menciona que o “rapa”, expressão designada para se referir ao veículo que leva policiais e fiscais para realizar sua ronda na cidade, retirou os cobertores dele e de seus companheiros às 6 da manhã, num dia de inverno em São Paulo. Neste caso, a violência vem do Estado, que sem a menor sensibilidade para o fato de que existem seres humanos que podem morrer de frio sem aqueles cobertores. Em mais uma menção à questão da violência, dessa vez, por parte de outros cidadãos, ele menciona que ao chegar na cidade de São Paulo, foi roubado e junto de seus pertences, seus documentos foram também perdidos.

Figura 16 - Múltiplas categorias de análise 4



Fonte: [instagram.com/spinvisivel](https://www.instagram.com/spinvisivel)

Todas as narrativas lidas para esta tese eram muito impactantes, mas esta, em especial, trouxe muitas reflexões, pela quantidade de informações difíceis que ela traz. A primeira informação é a de que este entrevistado é **ex-presidiário**. Após cumprir uma longa pena, ele vai parar nas ruas, algo que notamos ser recorrente nos relatos de egressos. Depois nos informa que no momento da entrevista, ele trabalhava como carroceiro, ou seja, materiais recicláveis, uma das atividades mais comuns também quando se vive nas ruas.

Ele fala também da necessidade de um emprego fixo, pois apesar de viver da reciclagem, a renda é muito ínfima e cobre no máximo alimentação diária. Mas, ao menos em nossa percepção, o mais difícil desse relato foi a razão pela qual ele foi preso. Ele vivencia um trauma em família tão complexo, o abuso sexual de sua irmã ainda menor de idade por três pessoas que ele confiava, e a **morte** de sua mãe ao presenciar todo este horror. Procurando fazer justiça com as próprias mãos, este homem não hesita em realizar os homicídios de dois, dos 3 envolvidos no crime, enquanto seu cunhado, que assim como ele, era segurança, mata o terceiro.

Essa trágica história nos convida a refletir sobre como, mesmo com a necessidade de categorização para preservação e pesquisa, é importante que cada história seja observada com a riqueza e sensibilidade próprias. Ele é mais que um ex detento: é uma pessoa que teve sua vida toda desestruturada a partir de uma ruptura traumática em sua família, não por desavenças ou tão somente a morte de sua mãe, mas uma sucessão de tragédias em um curto espaço de tempo, que

podem levar qualquer ser humano a tomar decisões que podem abalar todo o resto de sua vida.

As quatro narrativas destacadas trazem em comum experiências de violência. A primeira, a violência sistemática do neoliberalismo, que nos transforma em objetos descartáveis quando nossos corpos ou mentes não estão mais em condições de serem força de trabalho, além da violência a que pessoas em situação de rua estão sujeitas, em albergues que tratam dessa população com tanto descaso que não oferecem nem um café da manhã decente para eles.

A segunda, traz à baila a violência contra a mulher, fruto de uma sociedade machista e patriarcal, que, além de permitir que meninas estejam sujeitas a abusos de todas as formas, ainda as obriga a casar com seus abusadores. Ela também era vítima de violência doméstica e o machismo e a opressão contra a mulher já estavam tão entranhados nesta moça, que ela nem percebia aquelas agressões físicas como algo grave. A entrevistada evoca também a violência de uma infância corrompida pelas drogas e pela falta de estrutura familiar, provavelmente em situação de pobreza e vulnerabilidade social.

A terceira traz a violência do Estado, que foca mais no investimento de um modelo de polícia violenta, que não trata as pessoas como pessoas, nos lembrando das questões que Butler (2015) aponta a respeito dos humanos que são considerados menos humanos que outros, e portanto, menos dignos de serem respeitados; e a violência urbana, muito ligada também ao fato de vivermos em uma sociedade desigual.

A quarta história, indiretamente, também fala da violência e abuso a que meninas e mulheres estão sujeitas, confirmando pesquisas a respeito do tema, a irmã do entrevistado foi violentada por pessoas de confiança da família. E na vida que cada um deles vive nas ruas, a violência está presente diariamente, mesmo que indiretamente, ao viverem à margem de direitos fundamentais e sob constante ameaça de que seu direito de existir seja também ceifado.

4.4 Proposta de arquivamento e preservação digital

Nesta subseção iremos focar no planejamento e desenvolvimento de um modelo para criação de um arquivo dos invisíveis, já que o que move essa pesquisa é o trabalho em torno da memória da invisibilidade e da resistência à essa

invisibilidade, de forma que corpos e memórias que estão sendo marginalizados pela sociedade, possam ser lembrados e ouvidos. Nesta etapa da pesquisa, disponibilizamos a técnica arquivística à serviço da justiça social e dos direitos humanos, relacionando a legislação disponível sobre o tema da preservação digital com a LGPD.

Primeiramente, acreditamos que independente de qual for a técnica implementada, deve ser realizada uma conversa que de alguma forma, incentive a conscientização desses grupos a preservar os registros de seus trabalhos de net ativismo, dada a relevância social e de pesquisa que eles possuem. Depois, é necessário analisar as condições financeiras destes grupos e ONGs, para manter esses acervos, majoritariamente nato digitais, preservados e organizados, devendo a proposta do arquivista que for levar a cabo estas negociações levar em conta essas questões de cunho prático, que, se são de difícil resolução em instituições públicas e privadas que já possuem de alguma forma uma estabilidade, tornam-se ainda mais sensíveis quando se tratam de ONGs ou projetos de pequenos grupamentos sociais.

O papel do arquivista, nesse aspecto, deve ser de escuta ativa a respeito das inseguranças e anseios desses grupos. Por exemplo, ainda que pareça mais viável que essa documentação seja doada para uma instituição pública como o Arquivo Nacional, se o grupo em questão não quiser se separar de seus registros, não cabe ao arquivista impor esse tipo de decisão, ainda que seus argumentos sejam razoáveis. É uma linha tênue, entre sugerir modos operacionais de preservar e organizar os arquivos, e ser intrusivo. Mas acreditamos que o papel do arquivista deve ser sempre pautado numa ética voltada para a justiça social, portanto, nosso arcabouço técnico precisa estar a disposição disso, ainda que em alguns momentos seja preciso abrir mão da melhor técnica possível em nome de uma relação de confiança entre os detentores deste arquivo oriundo de movimentos sociais.

More fundamental, however, is the sense in which the very existence of community archives, by documenting and recording the lives of those hidden or marginal to formal archives, challenge the legitimacy of the mainstream sector. In effect, their existence is testament to the absences within the official record and the national story. They act as a reproach to the formal heritage sector for not reflecting the story of all and link a questioning of “Who has the

authority to represent the cultures of others” with the growing assertion of the right to control the ‘writing of one’s own story’. (FLINN, 2007, p.167)³⁰

Portanto, para tratar de arquivos tão desafiadores por sua própria natureza, é preciso também que sejamos capazes de pensar em formas práticas e colaborativas de criar meios de preservação dessa documentação. É preciso ser um arquivista ativo em muitos sentidos, mas primeiramente, exercer a escuta ativa. Consideramos que estes acervos estão em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei N° 13.709), podendo ser preservados e futuramente acessados, sem que isso confronte as diretrizes estabelecidas por ela, pois, além de não conter dados mais específicos como números de documentos ou de telefone, os dados mais sensíveis informados nas narrativas, são disponibilizados mediante autorização dos entrevistados. Segundo o Art.7:

§ 3º O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

§ 4º É dispensada a exigência do consentimento previsto no caput deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei. (BRASIL, 2018, online)

No caso em questão, as informações disponibilizadas contemplam essas prerrogativas, visto que são dados de interesse público, pois podem ser úteis para compreensão dessa população e suas necessidades. E, ao autorizarem a realização da entrevista, eles ficam cientes de que sua imagem e os conteúdos contados vão ser compartilhados em mídias sociais.

Dito isso, podemos aqui realizar sugestões que podem ser úteis, apresentando alguns cenários possíveis para dar andamento a um processo de preservação dos documentos que seja possível a longo prazo.

³⁰ Mais fundamental, no entanto, é o sentido em que a própria existência de arquivos comunitários, ao documentar e registrar as vidas daqueles escondidos ou marginais aos arquivos formais, desafia a legitimidade do setor dominante. Com efeito, sua existência é testemunho das ausências no registro oficial e na história nacional. Funcionam como uma repreensão ao setor do patrimônio formal por não refletir a história de todos e ligam um questionamento de “Quem tem autoridade para representar as culturas dos outros” com a afirmação crescente do direito de controlar a ‘escrita da própria história’. (FLINN, 2007, p.167, tradução nossa)

MODELO A

Etapa 1:

Diagnóstico para verificar qual o estado geral do acervo, dimensão (incluindo projeção de expansão) e tipos de suporte, local onde está armazenado, como o grupo vem lidando com a produção e armazenamento dos documentos. Verificar questões orçamentárias e disponibilidade da equipe para realização de treinamentos para manter um padrão no fluxo da criação até o arquivamento dessa documentação. Exercício da escuta, para compreender as expectativas e inseguranças do grupo.

Etapa 2:

Estabelecer e oficializar rotinas que vão desde a criação ao arquivamento dos documentos, tais como, utilização de programas em código aberto para os arquivos textuais, formatos estabelecidos para a preservação e o acesso, criação de matrizes de preservação e derivadas de acesso, criação de planos de classificação e um arranjo para facilitar a recuperação da informação, na forma de um plano de preservação digital. Ainda que seja simples, esse plano irá assegurar as estratégias a serem utilizadas a curto, médio e longo prazo. Vale ressaltar que em se tratando de documentos digitais, manter antivírus em dia é fundamental para assegurar que a documentação não seja corrompida ou contamine os demais documentos e seu escaneamento constante deve fazer parte deste plano.

Caso existam versões físicas dos documentos, eles precisam ser armazenados em locais que tenham condições mínimas de preservação, criando medidas em conjunto, para que se possa realizar um acondicionamento seguro e sem exigir dos membros do movimento social ou ONG que lancem mão de muitos recursos orçamentários para tanto.

Etapa 3:

Adquirir HD Externos com capacidade de armazenamento calculada a partir da projeção de expansão do acervo. O ideal é conter dois HDs externos com as matrizes, em formatos de preservação a serem estabelecidos em conjunto, de modo que haja sempre uma cópia de segurança, e um HD externo para a versão de acesso. Essa documentação deve estar organizada e descrita, preferencialmente a partir das categorias que emergem das narrativas, de forma que seja mais fácil sua recuperação futura. Eles devem ser armazenados em locais frescos e devem

estar identificados. A matriz de segurança deve estar em uma localização diferente da original, pois, caso haja algum sinistro, uma delas estará sempre protegida.

Periodicamente é necessário verificar se os HDs estão em bom estado, pois com a obsolescência sendo uma realidade, é preciso realizar a atualização deste suporte, para que as informações não sejam perdidas. Também sugerimos utilizar, concomitantemente à utilização dos HDs externos, um armazenamento em nuvem. A organização interna deles seria replicada na nuvem, e ela pode servir como mais uma cópia de segurança, e em caso de sinistro ou obsolescência dos aparelhos, as informações estarão salvas e seguras. A equipe, junto com o arquivista, deve decidir o melhor modelo, tanto do ponto de vista da segurança da informação quanto dos custos para manter os arquivos nesses espaços.

Este modelo é o mais simples e cria rotinas de preservação apenas para os registros offline, descartando a possibilidade de preservação das páginas web e mesmo o estabelecimento de um RDC- Arq. Isso porque, considerando que haja pouca disponibilidade orçamentária, a equipe não poderia se comprometer com um trabalho que além de ser de longo prazo, ainda custa caro para as Organizações. Mas ainda assim, este modelo permite que a documentação fique organizada e esteja preservada sob custódia dos membros do projeto, e não em nuvens que podem não suportar o tamanho do acervo, com o tempo, ou exigir investimentos não previstos. Além disso, este modelo pode ser um primeiro passo para que, no futuro, sejam realizadas ações mais complexas.

MODELO B

Etapa 1:

Diagnóstico para verificar qual o estado do acervo, dimensão (incluindo projeção de expansão) e tipos de suporte, local onde está armazenado, como o grupo vem lidando com a produção e armazenamento dos documentos. Verificar questões orçamentárias e disponibilidade da equipe para realização de treinamentos para manter um padrão no fluxo da criação até o arquivamento dessa documentação. Exercício da escuta, para compreender as expectativas e inseguranças do grupo.

Etapa 2:

Estabelecer e oficializar rotinas que vão desde a criação ao arquivamento dos documentos, tais como, utilização de programas em código aberto para os arquivos

textuais, formatos estabelecidos para a preservação e o acesso, criação de matrizes de preservação e derivadas de acesso, criação de planos de classificação e um arranjo para facilitar a recuperação da informação, na forma de um plano de preservação digital. Vale ressaltar que em se tratando de documentos digitais, manter antivírus em dia é fundamental para assegurar que a documentação não seja corrompida ou contamine os demais documentos e seu escaneamento constante deve fazer parte deste plano.

Caso existam versões físicas dos documentos, eles precisam ser armazenados em locais que tenham condições mínimas de preservação, criando medidas em conjunto, para que se possa realizar um acondicionamento seguro e sem exigir dos membros do movimento social ou ONG que lancem mão de muitos recursos orçamentários para tanto. É interessante a escolha de local arejado, de preferência com climatização adequada tanto para armazenamento de HD externos quanto para a documentação física, que deve estar disposta em caixas identificadas e classificadas, para facilitar o acesso futuro à documentação.

ETAPA 3

Considerando que neste modelo há mais flexibilidade orçamentária, a ONG pode aventar a possibilidade de adquirir, nesta etapa, um Storage para armazenamento de sua documentação digital. Eles devem estar organizados, identificados e descritos, preferencialmente a partir das categorias que emergem das narrativas, de forma que seja mais fácil a recuperação futura. A escolha do tipo de Storage (do mais simples ao mais complexo) vai variar de acordo com o interesse e as possibilidades da organização. Vale ressaltar que é preciso estar atento à obsolescência desse tipo de material e, portanto, é importante que haja uma avaliação constante dos sistemas. Também sugerimos utilizar, concomitantemente à utilização dos HDs externos, um armazenamento em nuvem. A organização interna deles seria replicada na nuvem, e ela pode servir como mais uma cópia de segurança, e em caso de sinistro ou obsolescência dos aparelhos, as informações estarão salvas e seguras. A equipe, junto com o arquivista, deve decidir o melhor modelo, tanto do ponto de vista da segurança da informação quanto dos custos para manter os arquivos nesses espaços.

Este modelo, intermediário, prevê algumas sofisticações para o armazenamento da documentação, procurando soluções que permitam uma rotina

de preservação mais robusta, embora ainda não se trate de um RDC - Arq, pois o ambiente de preservação ainda é inseguro, por não ser sistêmico, mas ainda assim, garante maior segurança do que o armazenamento em HDs externos e numa nuvem, seguindo os mesmos requisitos do modelo A. Nada impede que, posteriormente, havendo recursos, a instituição complexifique mais seus sistemas de gestão e preservação e adote, de fato, um RDC- Arq.

MODELO C

Etapa 1:

Diagnóstico para verificar qual o estado do acervo, dimensão (incluindo projeção de expansão) e tipos de suporte, local onde está armazenado, como o grupo vem lidando com a produção e armazenamento dos documentos. Verificar questões orçamentárias e disponibilidade da equipe para realização de treinamentos para manter um padrão no fluxo da criação até o arquivamento dessa documentação. Exercício da escuta, para compreender as expectativas e inseguranças do grupo.

Etapa 2:

Estabelecer e oficializar rotinas que vão desde a criação ao arquivamento dos documentos, tais como, utilização de programas em código aberto para os arquivos textuais, formatos estabelecidos para a preservação e o acesso, criação de matrizes de preservação e derivadas de acesso, criação de planos de classificação e um arranjo para facilitar a recuperação da informação, na forma de um plano de preservação digital. Esse plano irá assegurar as estratégias a serem utilizadas a curto, médio e longo prazo. Vale ressaltar que em se tratando de documentos digitais, manter antivírus em dia é fundamental para assegurar que a documentação não seja corrompida ou contamine os demais documentos e seu escaneamento constante deve fazer parte deste plano. Nele, que neste modelo é mais robusto, deve-se abarcar padrões desde a criação dos documentos até sua ingestão num sistema que contenha a infraestrutura de um repositório digital confiável.

Aqui, conforme aponta o programa de preservação digital de acervos estabelecido pela FIOCRUZ,

As estratégias de preservação devem considerar soluções consagradas, como a migração e/ou o refrescamento, que contemplem o monitoramento e a atualização de formatos de arquivo e metadados, de suportes de armazenamento e dos sistemas que os abrigam, a fim de acionar as estratégias correspondentes quando:

- um ou mais formatos de arquivo são considerados sob risco de obsolescência;
- um padrão de metadados é atualizado ou substituído;
 - um ou mais suportes de armazenamento estejam sob risco de obsolescência;
- uma versão do sistema é substituída por outra mais recente;
- um sistema é desativado ou substituído por outro. (FIOCRUZ, 2020, p.16)

Todas essas decisões devem estar documentadas no plano, facilitando com que as rotinas sejam seguidas por todos os envolvidos no processo de criação e arquivamento dos documentos. A decisão de qual tipo de repositório a ser utilizado também será realizada nessa etapa e deve considerar a realidade da ONG ou projeto, visto que é um processo oneroso e, para garantir sua longevidade, é preciso que haja uma certa estabilidade.

Etapa 3:

Nesta etapa, considerando que todas as questões foram previamente pactuadas no documento do plano, iremos colocar aqui sugestões de fases para a execução desse plano, com base no documento da FIOCRUZ (2020).

- a) Identificação (pré-ingestão) - Os pacotes a serem submetidos ao repositório precisam estar preparados, contendo os documentos e seus metadados. Os formatos dos arquivos devem estar em conformidade com o repositório escolhido.
- b) Ingestão - Os pacotes são transferidos para o repositório junto de seus metadados. O sistema realiza as verificações de segurança necessárias, além das normatizações de formato que venham a ser necessárias para posterior envio dos pacotes de arquivamento para um sistema de armazenamento de longo prazo.
- c) Armazenamento - Aqui são tratados os documentos enviados para serem armazenados a longo prazo, pensando no caso das páginas e ONGs em questão, se trata de toda sua documentação de atividade - fim, ou seja, cada uma das histórias geradas. Esta etapa é especialmente delicada, pois é aqui que depende a maior parte da infraestrutura para garantir que a longo prazo, esses documentos estarão seguros, devendo haver espaço para duplicações dessa documentação em locais geograficamente distintos, além do estabelecimento de rotinas para garantir que, havendo sinistros, essa documentação esteja protegida. Aqui também devem ser estabelecidas as cópias de acesso para possíveis usuários.

d) Acesso - Sabemos que no caso desta documentação, ela é acessada imediatamente nas mídias digitais, pois disso depende sua existência. Contudo, considerando a obsolescência dessas mídias, que são voláteis, é importante haver uma base de dados, que esteja em conformidade com as diretrizes internacionais de políticas de acesso e que seja capaz de realizar interoperabilidade com o sistema de armazenamento. Neste sistema, a documentação deve estar ordenada de acordo com o arranjo pré-estabelecido.

As três sugestões de modelo de preservação, do mais simples ao mais complexo tem em sua primeira etapa, sempre, uma escuta ativa por parte do arquivista, para que ele possa construir junto com essa ONG ou movimento social um modelo que seja mais adequado para sua realidade. Esses modelos não se pretendem estanques, e podem, inclusive, mesclar elementos dos diversos modelos possíveis. É preciso que a técnica esteja a serviço dessas iniciativas, e não o contrário.

A primeira coisa a ser feita é apresentar a esse grupo a vantagem de manter esses documentos organizados e preservados e assim, construir juntos uma cultura de preservação, aliada à cultura de acesso inerente a esses movimentos.

Esse planejamento deve englobar todas as pessoas envolvidas com a preservação do patrimônio, prevendo a aplicação de medidas definidas com precisão para prevenir danos oriundos de causas naturais e humanas de deterioração das coleções, a fim de aumentar sua vida útil e propiciar a difusão das mensagens que elas contêm. (LEITE, 2021, p.70)

Dessa forma, todos os envolvidos no processo podem ser agentes de preservação. Todos podem se sentir implicados o suficiente para desejarem e se empenharem na tomada de decisões que sejam interessantes e viáveis para manter o acervo preservado pelo máximo de tempo possível. Por isso mesmo, dentro deste plano, é interessante ter uma metodologia de gestão de riscos, que pode ser aplicada aos cenários mais simples e mais complexos, de modo que se possa evitar que sinistros de todos os tipos ponham em risco a documentação e as pessoas envolvidas.

A partir da identificação e análise dos riscos, as prioridades podem ser mais facilmente estabelecidas e os recursos podem ser melhor direcionados (LEITE, 2021). Por exemplo, atualmente, sabe-se que um dos riscos que essas páginas correm, é de estarem sujeitas às volatilidades das mídias sociais e da obsolescência tecnológica, o que significa que é importante direcionar os recursos para isso. Mas existem muitos outros, que apenas a partir de uma relação dialógica com os participantes desses projetos, são possíveis de compreender.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar esta tese não foi uma tarefa fácil, mas foi uma experiência arrebatadora ler tantas histórias de vida, que fizeram pensar em muitas questões acerca da nossa sociedade e nosso estilo de vida. Por isso mesmo, acreditamos que investir em formas de preservação dos registros deixados por esse tipo de movimento social é fundamental, para que, hoje ou daqui a décadas, seja possível acessar essas narrativas e utilizá-las como fonte de pesquisa ou para o desenvolvimento de políticas públicas. Quem sabe também, talvez me rendendo a uma utopia, vivermos em uma sociedade mais justa e tivermos superado este modelo econômico tão desigual, que esse acervo sirva como memória de um tempo que não pode se repetir, pois nenhum ser humano merece viver em condições de miséria e indignidade.

Compreender a importância do ativismo e da união de corpos que se voltam em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, é mandatório, se quisermos um futuro para os nossos descendentes, visto que não há como prosseguir vivendo num mundo em que os recursos naturais vão sendo esvaziados diante da ganância de poucos, que detém uma riqueza que chega a ser obscena, enquanto milhares passam fome. Não é sustentável viver assim. Portanto, as histórias dessas pessoas, que parecem tão distantes de nós, são também as nossas histórias, são a história da nossa sociedade e de sua decadência inerente, pois que, a cada um destes que vemos existir diante de tanta pobreza, nos lembra que, até a vida mais próspera é insegura e que o sucesso atual não traz garantias contra uma futura ruína (BAUMAN, 2008).

Nenhum de nós estará seguro enquanto muitos de nós viverem sem acesso aos seus direitos básicos. Não é o mérito individual o que irá garantir uma vida digna, e sim termos nossos direitos assegurados. Faz-se mister repensar nossas escolhas no que concerne ao consumo e também a maneira como nos relacionamos com o outro, seja este de que espécie for, e nos desvencilharmos de uma lógica de descarte de pessoas e objetos como se ambas as operações não trouxesse consequências sérias.

É necessária uma mudança de paradigma, de enxergar em si e no outro a vulnerabilidade (BUTLER, 2009) que nos torna humanos e a admitir a distribuição desigual da precariedade, para que a partir daí, possamos tomar atitudes

conscientes sobre que tipo de mundo queremos enquanto sociedade. Nas várias histórias analisadas, era chocante a quantidade de casos de pessoas que perdiam o emprego por adoecerem, ou aqueles que perdiam suas casas para catástrofes ambientais cada vez mais comuns com a emergência climática que vivemos e que, evidentemente, afeta sempre os mais pobres.

Essas narrativas trazem não só dados importantes, mas também denunciam este modelo socioeconômico em que vivemos, trazendo para a cena muitas questões que conversam entre si e que são fundamentais para entendermos o quanto precisamos caminhar, do ponto de vista das políticas públicas. Questões como a relação com as drogas, álcool, violências, desamparo na infância, o desrespeito e as sucessivas humilhações vividas pela população LGBTQIA+, e muitas outras, emergem nesses discursos e, nesta tese, procuramos organizá-las na forma de conceitos, para que seja possível sua fácil recuperação no futuro. Contudo, mesmo com o estabelecimento desses conceitos enquanto um fruto desta tese, isso não retira a necessidade da preservação digital desse acervo, sendo esta curadoria de conteúdo, realizada em forma de amostragem, o que acreditamos ser um primeiro passo para este processo.

É preciso que nós, enquanto profissionais de arquivo, estejamos implicados com este processo. Nos aprimoramos sempre, do ponto de vista técnico, para oferecermos um bom trabalho, mas sempre nos colocando a serviço de quem produz os documentos e para quem será destinado o acesso a esses documentos: as pessoas. Não há sentido uma arquivologia que não pensa no seu impacto social ou que se enxerga apenas enquanto um braço da burocracia. As maiores atrocidades já conhecidas pela humanidade foram cometidas por pessoas que realizavam seu trabalho sem pensar sobre.

Quando Hannah Arendt, em seu polêmico livro fala sobre Eichmann, ela diz algo muito importante sobre ele, “ele não era burro, foi pura irreflexão, algo de maneira alguma idêntica à burrice - que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época.” (ARENDR, 2019, p.311). Quando não refletimos sobre o que fazemos e nos deixamos levar pelo automatismo, não percebemos o impacto que nossos pequenos atos podem levar, assim como a ausência de outros tantos atos também. Deixar iniciativas como essas, soltas e à mercê da obsolescência é contribuir para que ela se perca e que sigamos com esse processo de invisibilidade dessas narrativas.

Portanto, toda tese foi voltada para esse objetivo, conectar nossos conhecimentos técnicos e teóricos para que eles sejam úteis no processo de transformação social que é necessário não só para que pessoas que vivem à margem da sociedade possam ser ouvidas e ter suas histórias de vida preservadas mas também para que possamos utilizar essas narrativas como uma forma de reflexão acerca de nosso modo de vida, e utilizar os arquivos como fonte para isso, a curto, médio e longo prazo. Voltando às utopias, acreditamos que qualquer que seja a área em questão, se nos pautamos na generosidade, somos capazes de ser instrumentos de mudança social.

Assim, como nos exorta a pensar o grande educador, Paulo Freire (1987), a verdadeira generosidade está na busca para que as mãos que constroem e compõem a nossa sociedade, as mãos dos que ele chama, “condenados da terra”, se estendam cada vez menos em súplica aos poderosos e sejam cada vez mais instrumento de transformação do mundo. E isso só é possível quando nos unimos: aqueles que se solidarizam com esses sofrimentos e os que sofrem diretamente. A luta dessas pessoas foi notada pelos diversos ativistas digitais que deram origem às páginas dos invisíveis e utilizar o conhecimento adquirido dentro de uma universidade pública para, de alguma forma, ser mais um braço nesta rede, é também retribuir à sociedade o que ela investiu, a partir de uma ética da generosidade e da justiça social.

Assim sendo, sabemos que esta tese, como todos os trabalhos científicos, sempre pode melhorar, e estamos dispostas a aprimorar essa pesquisa em um momento futuro, ouvindo atentamente as críticas que irão surgir. Mas acreditamos no potencial deste tema e nos empenhamos para tornar este trabalho possível. Torcemos para que muitos outros se inspirem, se aprimorem e desenvolvam projetos semelhantes, para que possamos espalhar iniciativas como estas e nos tornarmos agentes ativos nesta transformação social, seja pela via digital ou analógica.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.**

São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ASSMAN, A. Armazenadores. *In: Espaços da recordação.* Campinas:

EdUNICAMP, 2011.

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas.**

Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. *In: O anjo da história.* Belo Horizonte:

Ed. Autêntica, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >

Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

_____. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. **e-ARQ Brasil**, 2020.

Disponível em:

<https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/noticias/conarq-abre-consulta-publica-visitando-a-atualizacao-do-e-arq-brasil/EARQ_v2_2020_final.pdf>

Acesso em: 05 jun. 2021.

_____. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Diretrizes para a implementação de repositórios arquivísticos digitais confiáveis – RDC-Arq.** Rio de Janeiro,

2015. Disponível em:

https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_rdc_arq_resolucao_43.pdf

BRASIL. **Lei 8.159.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. 1991. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm Acesso em: 07 mai. 2021.

BRASIL. **Lei 13.709**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, de 14.08.2018. Brasília, 2018. Disponível em:

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm >

Acesso em: 10 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto 7.053**. Política nacional da população em situação de rua, de 23.12.2009. Brasília, 2009. Disponível em:

< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm >

Acesso em: 15 dez. 2022.

BOURDIEU. **A dominação masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOJANOSKI, S. **Terminologia em Conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**. 2018. 292f Tese (Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2018.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a política das ruas**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2015.

_____. Vida precária. *In: O poder del duelo y la violência*. Buenos Aires: Ed. Paidós, 2009.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno **Estudos Históricos: arquivos pessoais**. v.11.n.21. 1998

COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. **Informação Arquivística**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012.

CORREIA, A. As múltiplas facetas da curadoria de conteúdos. **Revista Docência e Cibercultura**. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p 14 - 32, set/dez. 2018. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/issue/view/1761/showToc> >

Acesso em: 03 jan. 2023.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação da Liberdade; Editora UNESP, 2001.

- DAMIN, Marina Leitão. **Memória e ciclo de vida dos objetos digitais no Instagram**. 2020. 162f. Tese (Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2020.
- DEBARY, O. **Antropologia dos restos**. Da lixeira aos museus. Pelotas: Ed.Um2, 2017.
- DIFELICE, M. **Net – ativismo: da ação social para o ato conectivo**. 1. ed. São Paulo: Paulus Editora, 2017.
- DODEBEI, V. O sentido e o significado de documento para a memória social. 1997. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- DODEBEI, V. O sentido e o significado do documento para a memória digital *In*: Lídia Silva de Freitas, Carlos Henrique Marcondes, Ana Célia Rodrigues (Org) **Documento: gênese e contextos do uso**. Niterói: EdUFF, 2010.
- DODEBEI, V. Cultura e patrimônio digital na era da informação. *In*: Anais do IV Seminário Serviços de Informação em Museus. 2016 nov. 81 – 90; São Paulo. 2016. <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322699.pdf>
<Acesso em: 2 jun 2021. >
- _____.Memoração e patrimonialização em três tempos: mito, razão e interação digital. *In*: DODEBEI, V; TARDY, C. (Org.) **Memória e novos patrimônios**. Marseille: Open Edition Press, 2015.
- DODEBEI, V.; GOUVEIA, I. Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. *In*: **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.9, n.5, 2008.
- DUFF, W; FLINN, A; WALLACE, D. Social justice impact of archives: A preliminary investigation. **Archives and Museum Informatics**. v.13. n. 4, dec 2013. ISSN: 1573-7500,1573-7519. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/257519896_Social_justice_impact_of_archives_A_preliminary_investigation
<Acesso em: 2 jan 2023>
- EVARISTO, C. **Becos da Memória**. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- FARGE, A. Milhares de vestígios. *In*: **O sabor do Arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Programa de preservação digital de acervos da Fiocruz/ Fundação Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1984.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.
- HINE, C. **Virtual Ethnography**. London. SAGE Publications, 2001.
- HUYSSSEN. A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- JODELET, D.: Représentations sociales: un domaine en expansion. In: **Les représentations sociales**. Paris: PUF, 1989, pp. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves- Mazzotti. UFRJ- Faculdade de Educação, dez. 1993.
- KILOMBA G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LEAL, J; SIQUEIRA, M. Glossário de paleografia e diplomática. Rio de Janeiro: Luminária: Multifoco, 2011.
- LEITE, B.F. **O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação**. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2021.
- [BRUNO FERREIRA LEITE O ensino de preservação nos cursos brasileiros de Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação.](#)
- LUZ, C. Curadoria digital, custódia arquivística e preservação digital: relações possíveis. **Páginas a&b**, Porto, v. 3, n. 10, p. 92-103, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.21747/21836671/pag10a7>>. Acesso: 14 jan. 2021.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo. Ed. n-1 Edições, 2018.
- _____. **Necropolítica**. São Paulo. Ed. n-1 Edições, 2018.
- OUSTRY, J.D.; LOUNGANI, P; FURCERI, D. Neoliberalism: Oversold?. **Finance & Development**. P.38 - 41. Jun/2016.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**. v. 2, n.3, p.3 -15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. v. 5, n.10, p.200 - 212, 1992.

RONDINELLY, R. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma reavaliação conceitual necessária**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea - 4.ed.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SALES, Luana Fernando; SAYÃO, Luis Farias. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.22, n.3, p. 179-191, set./dez. 2012.

SANTOS, H.M.; MAZUCO, F. C. ; FLORES, D. Preservação sistêmica de documentos arquivísticos digitais: uma perspectiva holística. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n.46, p. 244 - 271, maio/ago. 2020.

SANTOS; B. S; CHAUI, M. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2015.

UNESCO. **Carta sobre a preservação do patrimônio digital: UNESCO**.

Disponível em: <http://portal.unesco.org/es/ev.php->

URL_ID=17721&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html. Acesso em: 05 jun. 2021.

_____. **Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular: UNESCO**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf> Acesso em: 05 jun. 2021

_____. **Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: UNESCO**. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>

Acesso em: 05 jun. 2021

ANEXO I - Inventário sumário SP Invisível: nível Fundo

1 Área de identificação	
1.1 Código de referência	BR SP SPIN NV
1.2 Título	Narrativas Visuais
1.3 Data (s)	2014 - até os dias atuais
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Digital: fotografias, textos e áudio, aprox. 3000 itens de cada. Vídeos, aprox. 50 itens.
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Organização Não Governamental SP Invisível
2.2 História administrativa	Conteúdos para páginas de mídias sociais criados a partir de 2014. Inscrita no CNPJ sob o nº 37.499.064/0001-99, é uma associação privada, nos termos da legislação tributária brasileira, goza de isenção com relação aos tributos federais devidos sobre suas receitas próprias.
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Posts nas mídias sociais da ONG SP Invisível, contendo narrativas visuais de pessoas em situação de vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. Cada post contém uma fotografia ou vídeo e na descrição do post, uma parte da entrevista que é realizada com as pessoas em situação de vulnerabilidade. Offline a ONG possui as entrevistas completas transcritas, seus áudios e fotografias.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de acesso	Acessível nas mídias sociais da ONG
4.3 Idioma	Português
8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	
8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Mídias sociais; Pessoas em situação de rua; vulnerabilidade social; Visibilidade

ANEXO II - CATEGORIAS EMERGENTES NAS NARRATIVAS VISUAIS DE SP INVISÍVEL (Nível Série)

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	POSTS RELACIONADOS
Ações sociais	Carnaval	https://www.instagram.com/p/BBbP_LhgK_Ks/
		https://www.instagram.com/p/BBdz_0tKq_E-/
		https://www.instagram.com/p/BBga_B8iK_Ad/
		https://www.instagram.com/p/Be-q_6h5BbdN/
		https://www.instagram.com/p/BfEG_Q08B3Bc/
	Páscoa	https://www.instagram.com/p/myw_TneK_JY/
		https://www.instagram.com/p/BgOk_6quhM0q/
	Inverno	https://www.instagram.com/p/BGuF_QLFq_G2/
		https://www.instagram.com/p/BHOI_1EMAucs/
		https://www.instagram.com/p/BV8p_uaYh9kX/
		https://www.instagram.com/p/CDT_OvBB3n2/
		https://www.instagram.com/p/CfzH_6WfDq2L/
	Natal	https://www.instagram.com/p/Bbj7z_gvh4aN/
		https://www.instagram.com/p/BdIY_uQhCc7/
		https://www.instagram.com/p/BeF0_n2jB3dX/
		https://www.instagram.com/p/BqsD_cApA4iz/
		https://www.instagram.com/p/Bqzw_cJWAN_i/
		https://www.instagram.com/p/B56i3_NzpUrq/

		https://www.instagram.com/p/B6eQ70LJGdm/
		https://www.instagram.com/p/CHIJ15AJZD/
		https://www.instagram.com/p/CHs4jYgHRvH/
		https://www.instagram.com/p/CXuYQZEpwM7/
		https://www.instagram.com/p/CmSDnN-reN5/
Família	Conflitos familiares	https://www.instagram.com/p/sLyXmFK_Ev/
		https://www.instagram.com/p/sd0ogzq_La/
		https://www.instagram.com/p/zQ3ZkMq_OX/
		https://www.instagram.com/p/0l8-kaK_Oc/
		https://www.instagram.com/p/0wPrY1q_Jd/
		https://www.instagram.com/p/y-2hkcK_Mb/
		https://www.instagram.com/p/t9C5kGq_E1/
		https://www.instagram.com/p/sgYt5CK_HT/
		https://www.instagram.com/p/BA0o1Aaq_JW/
		https://www.instagram.com/p/BFAg1asK_Ax/
		https://www.instagram.com/p/BGYD24aK_Ph/
		https://www.instagram.com/p/BTnP17dhHrC/
		https://www.instagram.com/p/BXzAK-aBUbu/
		https://www.instagram.com/p/BiDnplxBw3j/
https://www.instagram.com/p/Bmw31pgBaJ4/		

		https://www.instagram.com/p/BgSVoykhh_L/
		https://www.instagram.com/p/Bo-g7gDgtjb/
		https://www.instagram.com/p/BxBRDaBf_8/
		https://www.instagram.com/p/B2p8SKzHKzL/
		https://www.instagram.com/p/CFa2T9BBhA3/
		https://www.instagram.com/p/CFQmmy0B-9O/
		https://www.instagram.com/p/CKT-iEKJstZ/
		https://www.instagram.com/p/Ch2LCqNsWoG/
	Abandono e/ ou violência na infância	https://www.instagram.com/p/BeUGkN5Bly1/
		https://www.instagram.com/p/BqduCsfAjmX/
		https://www.instagram.com/p/B8IGK9Qpg0f/
		https://www.instagram.com/p/CUkf8tYFxyJ/
		https://www.instagram.com/p/CUsOZHwMiyN/
	Morte de familiares	https://www.instagram.com/p/vplHXyK_GK/
		https://www.instagram.com/p/BBED1TXq_LA/
https://www.instagram.com/p/BCeSwlUq_Fc/		
https://www.instagram.com/p/BEFSm_MK_NR/		
https://www.instagram.com/p/BUicESwBzzf/		
https://www.instagram.com/p/BUIA n4GBYMx/		
https://www.instagram.com/p/BX4NtRqBv6F/		

		https://www.instagram.com/p/BclUhilhZCv/
		https://www.instagram.com/p/BkylF9ih-iO/
		https://www.instagram.com/p/BvvE1RGneK1/
		https://www.instagram.com/p/CFTHMGFBm2m/
		https://www.instagram.com/p/CHdbry9JiVm/
		https://www.instagram.com/p/CjLyhXYu0VL/
	Divórcio	https://www.instagram.com/p/l8rKeWK_IA/
		https://www.instagram.com/p/sQ78xpK_Bu/
		https://www.instagram.com/p/z1CMU5q_Ev/
		https://www.instagram.com/p/7g1OX7K_B3/
		https://www.instagram.com/p/-2cX-sK_Ay/
		https://www.instagram.com/p/_5ZbMwK_OH/
		https://www.instagram.com/p/BkOptyxA4sh/
		https://www.instagram.com/p/BIULN-PB32N/
		https://www.instagram.com/p/BnkXTSDhuMw/
		https://www.instagram.com/p/CF0LVVsBxx2/
		https://www.instagram.com/p/CF0SdL7BI4_/
		https://www.instagram.com/p/CGpgGDIJbuJ/
		https://www.instagram.com/p/CHyeWaGpeg7/
		https://www.instagram.com/p/CmFLjPfSazG/
	Rede de apoio	https://www.instagram.com/p/r3L-

		5q_GN/
Relações sociais	Laços de amizade e solidariedade na rua	https://www.instagram.com/p/mB0u0yK_F6/
	Relações amorosas na rua	https://www.instagram.com/p/BqySRMFATky/
		https://www.instagram.com/p/BsrSwwyA73H/
Laços de afeto com os animais	Cães	https://www.instagram.com/p/BAs43ltq_GL/
		https://www.instagram.com/p/BUQfGL1hgdb/
		https://www.instagram.com/p/BVV7dyKhAls/
		https://www.instagram.com/p/BilFroThr4D/
Pandemia de COVID-19		https://www.instagram.com/p/B-vhux-Jn9B/
		https://www.instagram.com/p/B_UzRXDJRv7/
		https://www.instagram.com/p/B_Yr9EepHe4/
		https://www.instagram.com/p/B_xZBbNJvaH/
		https://www.instagram.com/p/B_0jLwIJbv7/
		https://www.instagram.com/p/CAeAs1qpTI3/
		https://www.instagram.com/p/CA_v2Rtpb75/
		https://www.instagram.com/p/CBO5yEtJF5y/
		https://www.instagram.com/p/CCFBeUvJr9e/
		https://www.instagram.com/p/CCXRjovpFtM/
		https://www.instagram.com/p/CCdr9phpt3f/
		https://www.instagram.com/p/CFe1cF7B6wj/
		https://www.instagram.com/p/CF22

		sQihisn/
		https://www.instagram.com/p/CGBllOUhUgc/
		https://www.instagram.com/p/CGV3WshJlrd/
		https://www.instagram.com/p/CG0xygDJFqP/
		https://www.instagram.com/p/CHX2JFqpwRW/
		https://www.instagram.com/p/CI34TboJBTv/
		https://www.instagram.com/p/CKbs3wxpUP8/
		https://www.instagram.com/p/CLfj4uVJRcA/
		https://www.instagram.com/p/CLwoTwwJVqG/
		https://www.instagram.com/p/CUuzOKxNJVB/
	Problemas de ordem mental	https://www.instagram.com/p/l08wpTK FI/
		https://www.instagram.com/p/B5X5-lvJRzm/
		https://www.instagram.com/p/COi76MUJy3L/
	Pobreza menstrual	https://www.instagram.com/p/CPWbpNeJQbU/
		https://www.instagram.com/p/CPZAYjcJeAB/
		https://www.instagram.com/p/CPbQkjCJ-BJ/
		https://www.instagram.com/p/CQEeAwqHonV/
	Violência ³²	https://www.instagram.com/p/BA3MGQWK_C7/
		https://www.instagram.com/p/BCrKutLq_EA/
		https://www.instagram.com/p/BUsv

³² Nesta subcategoria se enquadram diversos tipos de violências: físicas, simbólicas, as que vem por parte do Estado e/ou da sociedade em geral. Diferenciamos da violência de gênero pelo fato de que a segunda é especificamente devido ao fato da vítima ser mulher.

Mulheres ³¹		2wehgnl/
		https://www.instagram.com/p/Bi0h56rIR5Y/
		https://www.instagram.com/p/CQWOGUOJO8y/
	Violência de gênero	https://www.instagram.com/p/7Eg0mTK_NN/
		https://www.instagram.com/p/BJg6lkHgxak/
		https://www.instagram.com/p/BjqmjReFUYs/
		https://www.instagram.com/p/CPaXVrpiJf/
		https://www.instagram.com/p/CWt4exmsLwL/
	Relações afetivas na rua	https://www.instagram.com/p/1cAhdNq_BH/
		https://www.instagram.com/p/7g1OX7K_B3/
		https://www.instagram.com/p/7_uw_pRK_Fu/
		https://www.instagram.com/p/BCtviQlq_M3/
		https://www.instagram.com/p/BSkT0ydBEAV/
		https://www.instagram.com/p/BUdS_3ShkMJ/
		https://www.instagram.com/p/BYFDdkFBGpQ/
		https://www.instagram.com/p/BjbloUllsjM/
		https://www.instagram.com/p/BlmMykiBtlq/
		https://www.instagram.com/p/B2iPcLvn_xv/
		https://www.instagram.com/p/B2kwyzCHPJQ/

³¹ Elencamos “mulheres” como uma categoria específica devido ao fato de que elas são minoria nas ruas e acreditamos que essas narrativas elucidam a experiência que é ser mulher numa situação tão vulnerável quanto nas ruas.

	Relações sociais	https://www.instagram.com/p/sliThLK_CW/
	Pauperização	https://www.instagram.com/p/t6hK5Lq_BT/
		https://www.instagram.com/p/BT2q35zl72i/
		https://www.instagram.com/p/BWwFNSMh20D/
		https://www.instagram.com/p/BY7IgRrhTCV/
		https://www.instagram.com/p/BiVc2HOhwCx/
		https://www.instagram.com/p/Bi5pUxsB552/
		https://www.instagram.com/p/BnphX8DgxEQ/
		https://www.instagram.com/p/BswbrJugf4X/
		https://www.instagram.com/p/CDm9yEOhK5q/
	Prostituição	https://www.instagram.com/p/9cUhvqq_Aw/
	Relação com mães/pais e filhos	https://www.instagram.com/p/mOst3HK_Nz/
		https://www.instagram.com/p/3KvfwMq_M/
		https://www.instagram.com/p/5QozNdK_HA/
		https://www.instagram.com/p/810V4Eq_C8/
		https://www.instagram.com/p/BCy5GdJq_Pi/
https://www.instagram.com/p/BEpVuCTK_PM/		
https://www.instagram.com/p/BGDdrAhq_Kd/		
https://www.instagram.com/p/CICAuGNplus/		
https://www.instagram.com/p/COqEQqBpPVh/		

	Divórcio	https://www.instagram.com/p/BHIVMyjqipa/
	Vício - Crack	https://www.instagram.com/p/-kaxytK_NA/
		https://www.instagram.com/p/BaMWo6_BwXQ/
https://www.instagram.com/p/BaNqwk4hVud/		
https://www.instagram.com/p/BqvqujnAWEV/		
https://www.instagram.com/p/CJMQuPzPJoD/		
Vício - Álcool	https://www.instagram.com/p/CbsNirpurZg/	
LGBTQIA+	Mulheres trans	https://www.instagram.com/p/ys0Tk2K_FH/
		https://www.instagram.com/p/-P2f2WK_P5/
		https://www.instagram.com/p/_SxD_TFK_NH/
		https://www.instagram.com/p/-fRYXRq_Em/
		https://www.instagram.com/p/BCwUYKfq_O3/
		https://www.instagram.com/p/BDRysNEK_D5/
		https://www.instagram.com/p/BWMCkL9BzyX/
		https://www.instagram.com/p/BY9rKNhBqO4/
		https://www.instagram.com/p/Bj7cbRjh-xc/
		https://www.instagram.com/p/Bs6svJLgHQ0/
		https://www.instagram.com/p/CP1VJUoJzni/
		https://www.instagram.com/p/CW0sgEVMsiB/
		https://www.instagram.com/p/CazrQXNO1MZ/

		https://www.instagram.com/p/CbxXEZHrS6X/
		https://www.instagram.com/p/CfFcv4tt3_b/
		https://www.instagram.com/p/CgQCMW5s7tK/
	Homem cis gay	https://www.instagram.com/p/8o8yaMq_ES/
		https://www.instagram.com/p/BQlhSiBhpE/
		https://www.instagram.com/p/BYzYLYIBexM/
		https://www.instagram.com/p/BbQSFOphGXz/
		https://www.instagram.com/p/BiBCJjrBNz-/
		https://www.instagram.com/p/BpTCBuJAOmS/
		https://www.instagram.com/p/CFIvRF0BHhj/
https://www.instagram.com/p/CcQQtPXOy5o/		
		https://www.instagram.com/p/sTgxPzK_Dq/
		https://www.instagram.com/p/wzyOVbK_PE/
		https://www.instagram.com/p/zCmMsRq_Hb/
		https://www.instagram.com/p/zd2PP5K_CI/
		https://www.instagram.com/p/0rGGOgK_F5/
		https://www.instagram.com/p/4-nJ3JK_Gx/
		https://www.instagram.com/p/BEhnau7K_E5/
		https://www.instagram.com/p/BQ4KYnTBfGp/
		https://www.instagram.com/p/BRuNZdthzNM/

Pauperização	Desemprego	https://www.instagram.com/p/BTaV7kUBIVJ/
		https://www.instagram.com/p/BVJHo4fhrZI/
		https://www.instagram.com/p/BmR-YDNBNyX/
		https://www.instagram.com/p/BmuTKowhYfd/
		https://www.instagram.com/p/BqtGr4PAZYI/
		https://www.instagram.com/p/BrgorUOADW8/
		https://www.instagram.com/p/BxyZlCknTNO/
		https://www.instagram.com/p/CGzzehpZ4R/
		https://www.instagram.com/p/CLMn_CHpTpQ/
		https://www.instagram.com/p/ChcbQP1M8WI/
		https://www.instagram.com/p/ChpTlGsumGj/
		https://www.instagram.com/p/CmUoQ0dMMad/
	Crime organizado e suas consequências	https://www.instagram.com/p/v7L5CfK_lg/
Problemas de ordem mental	https://www.instagram.com/p/BSPR3kJBnNr/	
	https://www.instagram.com/p/BSxB2E_hJ0N/	
	https://www.instagram.com/p/BvAu7uLq3kK/	
	https://www.instagram.com/p/BvQMbeHnWT9/	
		https://www.instagram.com/p/2FOUJlq_FA/
		https://www.instagram.com/p/1US4TXq_Js/
		https://www.instagram.com/p/1wnkryq_HP/

Menores de idade ³³	Meninos	https://www.instagram.com/p/1zMa_wBK_Kk/
		https://www.instagram.com/p/2FO_UJlq_FA/
		https://www.instagram.com/p/2KZ1_kMK_Ff/
		https://www.instagram.com/p/8izBb_BK_MC/
		https://www.instagram.com/p/BExE_jNlq_Mk/
		https://www.instagram.com/p/CP54_38lpN-k/
	Meninas	https://www.instagram.com/p/BC1e_Bn9K_IG/
Sensação de invisibilidade		https://www.instagram.com/p/lvzKc_K_EB/
		https://www.instagram.com/p/zv30_MrK_MO/
		https://www.instagram.com/p/lqpk1_q_C6/
		https://www.instagram.com/p/7y3d_MoK_DF/
		https://www.instagram.com/p/Ccslc_x3M5at/
		https://www.instagram.com/p/0MM_KHmK_E2/
Vivência do Preconceito		https://www.instagram.com/p/BAvd_sPrq_IU/
		https://www.instagram.com/p/BEZ8_Easq_Np/
		https://www.instagram.com/p/BU-x_0Tfh0Yq/
		https://www.instagram.com/p/BW8_8fshhBap/
		https://www.instagram.com/p/Bkgk_KilqGC0/
		https://www.instagram.com/p/Bmk_T43AB1dH/

³³ Nem sempre são menores que vivem nas ruas, algumas vezes eles vivem com os familiares em alguma casa, mas trabalham nos faróis para ajudar na renda familiar, visto que vivem em extrema pobreza.

Vulnerabilidade		https://www.instagram.com/p/B2NoTEBHs06/
		https://www.instagram.com/p/B274so7nyJl/
		https://www.instagram.com/p/CDcmguCB45f/
		https://www.instagram.com/p/CFIFP5WByKR/
		https://www.instagram.com/p/CPV15HEpJta/
		https://www.instagram.com/p/CaAEBuPtC3l/
		https://www.instagram.com/p/CaZ-MQBOJTx/
		https://www.instagram.com/p/CbKvEmKuVa3/
		https://www.instagram.com/p/Cl6UTEyOA8L/
	Deficiência física e/ou doenças infecciosas	https://www.instagram.com/p/mG-Unyq_Ow/
		https://www.instagram.com/p/xiJA0Qq_Pa/
		https://www.instagram.com/p/z3mq4QK_Px/
		https://www.instagram.com/p/CGm7NDBJ90Z/
		https://www.instagram.com/p/CTKdSP-tuYr/
		https://www.instagram.com/p/CaSFZQolHll/
	Higiene pessoal	https://www.instagram.com/p/ByC7Rv3Hscl/
		https://www.instagram.com/p/ByEbNRUnYEpl/
		https://www.instagram.com/p/BGnhBjDq_DS/
		https://www.instagram.com/p/BGqFoPaK_Jj/
		https://www.instagram.com/p/BGsqLkxq_OC/

	Frio	https://www.instagram.com/p/BleeYrkhowV/
		https://www.instagram.com/p/Bw5xgQrHDrij/
		https://www.instagram.com/p/CPBPoEepCpp/
		https://www.instagram.com/p/CPD0O6MpCLN/
		https://www.instagram.com/p/CQ_aVpPA9rZ/
		https://www.instagram.com/p/CeJR5cBp6jZ/
		https://www.instagram.com/p/CezVpyQur66/
		https://www.instagram.com/p/CfXYxKnLPQK/
	Violência ³⁴	https://www.instagram.com/p/l_P8b7q_IL/
		https://www.instagram.com/p/sbPH1VK_Gd/
		https://www.instagram.com/p/6Im8Asg_Cm/
		https://www.instagram.com/p/BCjcVbsq_JU/
		https://www.instagram.com/p/BDo9zPwq_Nh/
		https://www.instagram.com/p/BnXfSNjhlSy/
		https://www.instagram.com/p/BvQMbeHnWT9/
https://www.instagram.com/p/BxQ7duwpUg-/		
https://www.instagram.com/p/CCZOVHYJ1FB/		
https://www.instagram.com/p/CFxsJwHh5fn/		
Roubo de documentos pessoais	https://www.instagram.com/p/0JnwASq_Fn/	

³⁴ Nesta subcategoria se enquadram diversos tipos de violências: físicas, simbólicas, as que vem por parte do Estado e/ou da sociedade em geral.

		https://www.instagram.com/p/r8WKZ7K_DY/
	Idade avançada	https://www.instagram.com/p/_VVy-2K_BN/
		https://www.instagram.com/p/CG-GOZ4JuZ5/
		https://www.instagram.com/p/CT4udy5Mlly/
Artistas Invisíveis ³⁵	Artesãos	https://www.instagram.com/p/m6d7hrK_B0/
		https://www.instagram.com/p/nWy9Tmq_Kn/
		https://www.instagram.com/p/oCki-wq_E1/
	Músicos	https://www.instagram.com/p/oSBP1Hq_Et/
		https://www.instagram.com/p/oXMCg9q_JX/
		https://www.instagram.com/p/ozgw4kq_Nm/
Malabaristas	https://www.instagram.com/p/oFJLcwK_PW/	
Crianças invisíveis ³⁶		https://www.instagram.com/p/BFfa p8Uq_Jn/
		https://www.instagram.com/p/BFkjin_IK_AW/
		https://www.instagram.com/p/BFnl_lgK_Ot/
		https://www.instagram.com/p/BFqBiCZK_Gv/
		https://www.instagram.com/p/BRXCt7VBvtl/
		https://www.instagram.com/p/BRcNt2VByyX/
		https://www.instagram.com/p/BRZmPq1h_Vc/
	https://www.instagram.com/p/pFhF	

³⁵ Categoria criada pela própria página para falar de pessoas que realizam trabalhos comumente invisibilizados, nas ruas.

³⁶ Categoria criada pela própria página para contar histórias de crianças apadrinhadas pela @visaomundialbr que participam do projeto Sampa Sul no Capão Redondo.

Torcedores invisíveis ³⁷	dDK_E5/
	https://www.instagram.com/p/pIGU1KK_AP/
	https://www.instagram.com/p/pKH NwCK_G5/
	https://www.instagram.com/p/paHjr-g_Cm/
	https://www.instagram.com/p/p5BArHK_My/
	https://www.instagram.com/p/pmbmakq_LU/
Atletas invisíveis ³⁸	https://www.instagram.com/p/BA1xoaK_IL/
	https://www.instagram.com/p/BALaKY_K_LS/
	https://www.instagram.com/p/BANXeeK_Oe/
	https://www.instagram.com/p/BAQkLk9K_K6/
	https://www.instagram.com/p/BATI9JIK_OW/
Eleições invisíveis ³⁹	https://www.instagram.com/p/Bn2KQJWAhKe/
	https://www.instagram.com/p/Bn44kz5he9t/
	https://www.instagram.com/p/Bn7gwP4AKPQ/
	https://www.instagram.com/p/BoNkeRQAf9w/
	https://www.instagram.com/p/BoacKlxg9j1/
Brumadinho	https://www.instagram.com/p/BtHC CFfASgZ/
	https://www.instagram.com/p/BtJl8WIAP79/

³⁷ Categoria criada pela própria página para falar de pessoas em situação de vulnerabilidade social que, naquele contexto da Copa do Mundo de 2014, torciam para o Brasil.

³⁸ Categoria criada pela própria página para falar das histórias de vida de jovens jogadores de futebol haitianos que vieram para São Paulo disputar a Copa São Paulo de Futebol Júnior, em 2016.

³⁹ Categoria criada pela própria página numa campanha para ouvir o que as pessoas em situação de rua tinham a dizer sobre política nas eleições para presidência em 2018.

Invisível ⁴⁰	https://www.instagram.com/p/BtMvYLqCw-/
	https://www.instagram.com/p/BtPVH-yHGfs/
	https://www.instagram.com/p/Bt182vmgAUa/
Amazônia Invisível ⁴¹	https://www.instagram.com/p/B0zhSeyHSxz/
	https://www.instagram.com/p/B02EUCInBTC/
	https://www.instagram.com/p/B06Rd03nTQW/
	https://www.instagram.com/p/B08pCqWnB6f/
	https://www.instagram.com/p/B1XkgvbnH66/
	https://www.instagram.com/p/B1h4E3ZnQO6/
Buenos Aires Invisível ⁴²	https://www.instagram.com/p/B0hgEuHnGVC/
	https://www.instagram.com/p/B0kEitIHAOe/
	https://www.instagram.com/p/B0mpIq-nykl/
	https://www.instagram.com/p/B0mpIq-nykl/
	https://www.instagram.com/p/B0pOLAwN88D/
	https://www.instagram.com/p/B0rzfT6nFgA/
Seleção Invisível ⁴³	https://www.instagram.com/p/CIBrphWuEIM/
	https://www.instagram.com/p/CIGvrX3g4JN/
	https://www.instagram.com/p/CIMiF

⁴⁰ Categoria criada pela própria página para contar as histórias dos moradores da região e também ajudá-los através da campanha Brumadinho Invisível.

⁴¹

⁴² Categoria criada pela própria página a partir da iniciativa de um dos voluntários, que viajou até Buenos Aires em 2019 e ouviu algumas pessoas em situação de rua de lá.

⁴³ Categoria criada pela própria página por ocasião da Copa do Mundo de 2022. Entrevistados vivem em situação de vulnerabilidade, não em situação de rua.

		LjBRMM/
		https://www.instagram.com/p/CITnYa_gnrC/
Refugiados ⁴⁴	Haiti	https://www.instagram.com/p/BQM PqRkAnDw/
		https://www.instagram.com/p/BQT9P7ggQN3/
	Congo	https://www.instagram.com/p/BQO2kZkqymb/
	Burkina Faso	https://www.instagram.com/p/BQRZTP3gUU8/
Estrangeiros	América Latina	https://www.instagram.com/p/mrBccqg_D4/
		https://www.instagram.com/p/CFhffSwhugr/
	África	https://www.instagram.com/p/yDovUPq_Ke/
		https://www.instagram.com/p/_nX2vEq_Ni/
Europa	https://www.instagram.com/p/CcxuyFCjdWY/	
Artistas	Artesãos	https://www.instagram.com/p/BCbt9Y4K_OZ/
		https://www.instagram.com/p/BxJMRq3J3YM/
		https://www.instagram.com/p/COVd75-pu3i/
	Pintores e desenhistas	https://www.instagram.com/p/ByRT07PHqHf/
		https://www.instagram.com/p/CKO07rJpIS1/
	Escritores e poetas	https://www.instagram.com/p/CdyG4aisK08/
	Músicos	https://www.instagram.com/p/Clyg2wuONJT/
		https://www.instagram.com/p/ml4C2kK_Ir/
		https://www.instagram.com/p/wPvc

⁴⁴ Campanha para ajudá-los a conseguir emprego. Entrevistados em extrema - pobreza mas não vivem nas ruas.

Catadores de recicláveis e ferro velho	6IK_HB/
	https://www.instagram.com/p/x0LIDUK_Kw/
	https://www.instagram.com/p/yx_BWAq_Is/
	https://www.instagram.com/p/3NTHf6q_HB/
	https://www.instagram.com/p/3sNnmSK_I9/
	https://www.instagram.com/p/BG8HG-CK_AI/
	https://www.instagram.com/p/BbVfGF2B2lr/
	https://www.instagram.com/p/BrWTV3_Aw5f/
	https://www.instagram.com/p/Bra0lt3AG1j/
	https://www.instagram.com/p/BuXiqUtHqQo/
	https://www.instagram.com/p/BukPZR3HbkG/
	https://www.instagram.com/p/Bu5AYmfHskv/
	https://www.instagram.com/p/By_clSRnLX1/
	https://www.instagram.com/p/B8NUEIJJl-K/
	https://www.instagram.com/p/CG48qmppoaX/
	https://www.instagram.com/p/CHVSP-nJ4bR/
	https://www.instagram.com/p/CH_cEwgJF4Z/
https://www.instagram.com/p/CN5NM-nJuJC/	
https://www.instagram.com/p/Ckgw5OLrneW/	
	https://www.instagram.com/p/xDPrW3q_Dw/
	https://www.instagram.com/p/ltOX5MK_CD/

Vícios	Álcool	https://www.instagram.com/p/lyYCKSg_GR/
		https://www.instagram.com/p/mEZhIOK_C9/
		https://www.instagram.com/p/mjTEftq_B4/
		https://www.instagram.com/p/2pRCkhK_lc/
		https://www.instagram.com/p/2uavmwK_LF/
		https://www.instagram.com/p/BBBfQcNq_JQ/
		https://www.instagram.com/p/BEZ8Easq_Np/
		https://www.instagram.com/p/BEufQ8rK_Ci/
		https://www.instagram.com/p/BEzpEojK_FD/
		https://www.instagram.com/p/BWbdJDrBmeF/
		https://www.instagram.com/p/BalWdWLB8DQ/
		https://www.instagram.com/p/ByrDGKVHtyt/
		Crack
	https://www.instagram.com/p/424x-Cq_Gs/	
	https://www.instagram.com/p/6oLuxwK_Pt/	
	https://www.instagram.com/p/_dDXN9K_EY/	
	https://www.instagram.com/p/BEH3dKFK_LM/	
	https://www.instagram.com/p/BHiu_NugUeu/	
	https://www.instagram.com/p/BYHmoypBu0h/	
https://www.instagram.com/p/Bk1RtWnh5KS/		

		https://www.instagram.com/p/Bme4GFSHKDB/
		https://www.instagram.com/p/BrBs3qigYx1/
		https://www.instagram.com/p/Bw8U5R9pxx1/
		https://www.instagram.com/p/CF-t3V9hJFn/
		https://www.instagram.com/p/CIYVtPipUNe/
		https://www.instagram.com/p/CNsRPrXJZ-O/
		https://www.instagram.com/p/CQRlXMTJU3D/
		https://www.instagram.com/p/CiFoGdGt5TE/
		https://www.instagram.com/p/CikhmyzucD7/
		https://www.instagram.com/p/CmFLjPfSazG/
	Demais drogas ilícitas	https://www.instagram.com/p/BGGCZpqK_ME/
		https://www.instagram.com/p/BSKg5xeBWoe/
		https://www.instagram.com/p/BShzogvhmJW/
		https://www.instagram.com/p/BV5eyyhRD/
		https://www.instagram.com/p/BgPyw6NBxH5/
		https://www.instagram.com/p/B3I2R2Pn7Ep/
		https://www.instagram.com/p/CQd8OtMtiYG/
	Ex-morador de rua	https://www.instagram.com/p/1hKsmwK_Jq/
		https://www.instagram.com/p/uhDflcK_Dq/
		https://www.instagram.com/p/x2vjgGK_Ob/

Situação de vulnerabilidade social		https://www.instagram.com/p/BpDpLvVAv5b/
	Morador de casas em situação ou área de risco	https://www.instagram.com/p/B8aLHimpVPP/
	Morador de pensionato/ albergue/ centro de acolhimento	https://www.instagram.com/p/BD6Xt0q_Pt/
https://www.instagram.com/p/BpBDebcg5WC/		
https://www.instagram.com/p/CjoHPIVL5hQ/		
Ex- presidiários		https://www.instagram.com/p/mT2SkoK_I8/
		https://www.instagram.com/p/uZTH7sq_OC/
		https://www.instagram.com/p/06i4J2q_Bs/
		https://www.instagram.com/p/BQokAQ7Bhq/
		https://www.instagram.com/p/BVTYBonBPHB/
		https://www.instagram.com/p/Bmzc9PthdCR/
		https://www.instagram.com/p/ByHAjGOnIrf/
		https://www.instagram.com/p/CFLa3aWhjb2/
		https://www.instagram.com/p/CLW7L_bp51e/
		https://www.instagram.com/p/CMFb9Frn2yO/
		https://www.instagram.com/p/CO-qlrfJldC/

ANEXO III - Inventário sumário RIO Invisível: nível Fundo

1 Área de identificação	
1.1 Código de referência	BR SP RIOIN NV
1.2 Título	Narrativas visuais
1.3 Data (s)	2014 - 2021
1.4 Nível de descrição	(1) Fundo
1.5 Dimensão e suporte	Digital: fotografias, textos e áudio, aprox. 150 itens de cada. Vídeos, aprox. 10 itens.
2 Área de contextualização	
2.1 Nome (s) do (s) produtor (es)	Voluntários do Projeto: Primeiro ciclo: 2014 - 2018 - Nelson Pinho e Yzadora Monteiro (criadores da página) Segundo ciclo: 2019 - 2021 - Letícia e Carolina (voluntárias que seguiram com o projeto até sua paralisação em 2021)
2.2 História administrativa	Conteúdos para páginas de mídias sociais criados entre 2014 e 2021. Com quatro anos de projeto seus criadores decidiram parar de realizar as entrevistas e deixaram essa tarefa para as duas voluntárias que seguiram o projeto, dando continuidade à ele até 2021. Atualmente todo o acervo está alocado no Drive do projeto.
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Posts nas mídias sociais do projeto RIO Invisível, contendo narrativas visuais de pessoas em situação de vulnerabilidade social da cidade do Rio de Janeiro. Cada post contém uma fotografia ou vídeo e na sua descrição, uma parte da entrevista que é realizada com as pessoas em situação de vulnerabilidade.
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de acesso	Acessível nas mídias sociais do projeto
4.3 Idioma	Português
8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	
8.1 Pontos de acesso e	Mídias sociais; Pessoas em situação de rua; vulnerabilidade social; Visibilidade

indexação de assuntos	
-----------------------	--

ANEXO IV - CATEGORIAS EMERGENTES NAS NARRATIVAS VISUAIS DE RIO INVISÍVEL (Nível série)

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	POSTS RELACIONADOS
Família	Conflitos familiares	https://www.instagram.com/p/Boj2F1FhnR9/
		https://www.instagram.com/p/CH5omdQJUOu/
	Morte de familiares	https://www.instagram.com/p/CH6hSvaJ1LQ/
	Divórcio	https://www.instagram.com/p/BiiM MsGhubf/
		https://www.instagram.com/p/B9pD9z6pkC7/
Rede de apoio	https://www.instagram.com/p/BjqFkMLhP5p/	
Mulheres ⁴⁵	Militância - Movimento Nacional de População de Rua do Rio de Janeiro.	https://www.instagram.com/p/Bgj4lZSnaxO/
		https://www.instagram.com/p/BgrnypChada/
	Preconceito e estigma	https://www.instagram.com/p/vFGoKTOmqd/
	Violência de gênero	https://www.instagram.com/p/BhXU9ckBIPn/
		https://www.instagram.com/p/B9fN4Z5pEaX/
	Relações afetivas na rua	https://www.instagram.com/p/Bg1xpS4BUzQ/
Pauperização	https://www.instagram.com/p/Biz9R5RBobf/	

⁴⁵ Elencamos “mulheres” como uma categoria específica devido ao fato de que elas são minoria nas ruas e acreditamos que essas narrativas elucidam a experiência que é ser mulher numa situação tão vulnerável quanto nas ruas.

	Homossexualidade	https://www.instagram.com/p/BkOB0nYhIHG/
	Relação com mães/pais e filhos	https://www.instagram.com/p/BmePVASBcf7/
		https://www.instagram.com/p/Bn4C1nCBfFP/
	Divórcio	https://www.instagram.com/p/B79UliqpnP1/
	Vício - Drogas ilícitas	https://www.instagram.com/p/BkTIudUBRt1/
Vulnerabilidade	Nascimentos nas ruas	https://www.instagram.com/p/BjKZg2qhgzA/
	Sobrevivência na pobreza	https://www.instagram.com/p/BouchJlhG_l/
	Violência	https://www.instagram.com/p/B7Yoftwp_Hy/
		https://www.instagram.com/p/B7rYmaspMID/
Artistas	Músicos	https://www.instagram.com/p/BkTIudUBRt1/
	Escritores	https://www.instagram.com/p/CTI VX4JJWC7/
Catadores	Não há	https://www.instagram.com/p/BmRVmkghH11/
Vícios	Álcool	https://www.instagram.com/p/BoPMCqyhmk3/
		https://www.instagram.com/p/CH-vW87pDO1/
Ex- presidiários	Não há	https://www.instagram.com/p/B7GnWSupbGE/
		https://www.instagram.com/p/uqLfFcummx/